

J U N T A D A

De ordem do Sr. Presidente, juntei, nesta data, os documentos a seguirmmrelacionados, constantes das defesas de ✓DURVAL ANTUNES MACHADO, ✓FRANCISCO SAMPAIO, ✓ÍTALO SAMPAIO, ✓NEREU MOREIRA / DA COSTA, ✓WIVALDINO DE SOUZA, ✓RENATO FERREIRA DE SOUZA, ✓FRANCISCO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS, ✓HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO , ✓JOÃO GARCIA DE LIMA, ✓LUIS DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, NIL - SON DE ASSIS CASTRO, ALBERTO PIZARRO JACOBINA e ELIAS GONÇALVES DA COSTA, que ficam fazendo parte integrante dos presentes autos, constantes das fls. a , vol. XXIV. E, para constar lavrei e assino o presente termo. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1968.///

Beatriz Faimi de Almeida
Secretária da C.I.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
(PORTARIA Nº 78/68 DO MINISTÉRIO DO INTERIOR)

DURVAL ANTUNES MACHADO, brasileiro, casado, funcionário público federal, categoria de Agente de Proteção aos Índios, Nível 6-B, Lotado na 7a. Inspetoria Regional do extinto Serviço de Proteção aos Índios, residente e domiciliado na cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, por seu advogado e defensor no final assinado, Bel. MARQUEZ HUDSON CÔRES, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Londrina, neste Estado e com escritório à Praça Willie Davids, 291, Sala 18, no "Edifício da Associação Comercial", na mesma cidade, devidamente inscrito sob nº 1734 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, tendo sido citado para apresentar defesa, vem, com o devido respeito e

acatamento à presença de V. EXCIA., nos termos da legislação vigente e na fluência do prazo legal, apresentar a necessária DEFESA no Processo Administrativo contra si instaurado, o que faz pelos motivos de fato e de direito adiante aduzidos:-

DO CERCEAMENTO DE DEFESA

Preliminarmente, convém que se diga que o Indiciado não está em condições de exercitar sua defesa, com a amplitude que lhe assegura a Lei, de vez que a citação recebida, lavrada em termos vagos e imprecisos, não faculta elementos que propiciem firmar seus direitos, com base em contradita.

Como se verifica do DOCUMENTO 1, em apenso, a comentada citação inicial, que deveria ser a NOTÍCIA legal da instauração do inquérito administrativo e das motivações de sua propositura, em contrário, é peça nula de pleno direito, omissa, reticente, opaca e disvirtuada em seus objetivos principais.

Não aponta as supostas "irregularidades" cometidas pelo Indiciado no cumprimento de suas funções, não o acusa de nada, em síntese, de tal forma precária que não permite, de forma alguma, pela ausência de elementos, possa lastrear a "defesa" ali apontada.

O que é mais grave, impõe uma condição que contraria os mais elementares princípios de direito, sacramentado em todos os países civilizados e que é a igualdade de condições imposta no processo administrativo, tanto ao funcionário público como ao Poder Público, sem exceção alguma.

Pela forma em que foi vasada aquela citação, omissa e nebulosa, pretende coagir o Indiciado ao abandono, de plano, de seu sacrossanto e impostergável direito de defesa, uma vez que somente tomará conhecimento das provas contra si apuradas ou das acusações que se lhe fizeram, se ACEITAR A CONDIÇÃO IMPOSTA DE

6076
5674
BIA

SE LOCOMOVER ATÉ A CIDADE DO RIO DE JANEIRO, onde "ser-lhe-a" da-
do vista dos autos do processo, nos dias úteis, das 8:30 às 11:30
e de 14:30 às 18:30 horas, NA ANTE-SALA DO GABINETE DO SENHOR MI-
NISTRO, SITUADA NA RUA DAS PALMEIRAS, 55, NA CIDADE DO RIO DE JA-
NEIRO, ESTADO DA GUANABARA", tudo como consta, "ipsis literis", da
questionada citação.

Considerando-se os baixos níveis de salário dos
funcionários do extinto S.P.I., um dos mais modestos da União, e
mais o fato de que êsses proventos sempre são pagos com regular
atrazo, no mínimo com dois meses consecutivos, bem como, quando
são pagos mal cobrem as dívidas pessoais e familiares dos serven-
tuários, alguns com prole numerosa, o que atualmente está aconte-
cendo com o INDICIADO, que desde FEVEREIRO DO CORRENTE ANO ainda
não recebeu seus parcos proventos, estando desprovido, assim, de
recursos financeiros para atendimento de suas mínimas necessida-
des, além do que, há que se considerar ainda, a circunstância de
que reside em lugar remoto, no INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ, lugar
desconfortável e isolado dos grandes centros do País, SÃO JERÔN-
IMO DA SERRA, como também, o fato incontestável de que é chefe de
família, pai de dois filhos menores e em idade escolar, É DE TODO
IMPRATICÁVEL, POR LIMITAÇÕES MATERIAIS, ATENDER OS TERMOS DA COMEN-
TADA CITAÇÃO E A IMPOSIÇÃO IMPLÍCITA DE SE LOCOMOVER À CIDADE DO RIO
DE JANEIRO, a fim de exercitar sua inalienável defesa, COM TODOS
OS RECURSOS E MEIOS QUE LHE ASSEGURA A CARTA MAGNA.

A defesa, em realidade, somente é praticada pelo
DEPOIMENTO do acusado, ocasião em que refuta ou aceita as denún-
cias contra si assacadas, apresenta motivos justificadores, indi-
ca elemntos em favôr de sua palavra, arrola testemunhas, etc., enfim,
é a oportunidade em que é ouvido no processo e dá a sua versão
aos fatos, FORNECENDO MEIOS À DEFESA, levada a efeito, mais tarde.

6077-
5678
BIO

Quanto ao Indiciado, NEM SIQUER FOI AINDA OUVIDO pela Junta Comissão de Inquérito. Pesa um silêncio tumular em relação à sua palavra. Está mudo. Impedem-no de se defender.

Releva notar que o processo deve ser contraditório, em todas as suas fases. É imperativo legal e está grifado na Constituição Federal, como princípio de direito que há de ser observado, em qualquer circunstância, sob pena de nulidade do feito.

Por outro lado, o CERCEAMENTO DE DEFESA está substanciado, inclusive, na concessão parcial de prazo legal. É princípio uniforme de direito, que na contagem dos prazos, exclui se o dia do início e inclui-se o dia final, condição não atendida na questionada citação, onde a fluência do prazo começa a correr DESDE O DIA INICIAL, limitando, no tempo, o direito de defesa.

Assim, nulo "ab initio" está o processo em relação ao Indiciado.

Em direito, ato nulo apenas gera ato nulo, sem efeito algum no campo da Lei.

DA IMPROCEDENCIA DAS ACUSAÇÕES

Conquanto até o momento não tivesse o Indiciado a notícia oficial das acusações levadas a efeito contra sua pessoa, pela citação omissa, procutou, logo depois de seu recebimento, buscar as razões que instruíram e fundamentaram a instauração do processo, VINLO A SABER, POR INTERPOSTAS PESSOAS, que alguém o aponta como autor da prática de irregularidades funcionais, a saber:

- 1º-ATROCIDADES CONTRA INDÍOS EM MANGUEIRINHA;
- 2º-CONIVÊNCIA COM DIVAL JOSÉ DE SOUZA, QUANTO AO CÓDIGO CIFRADO, EM GUARITÁ;
- 3º-PRÁTICA DE CÁRCERE PRIVADO.

A presunção, já que não há comunicado oficial sobre o assunto, é de que, provavelmente, por informações de tercei

5679/896 6078
5678/896

ros, sejam apenas essas acusações que devam merecer contradita, em defesa.

Da soma dessas três acusações, ressalta notar que duas exigem comprovação especial, via exames técnicos.

As atrocidades, implicam necessariamente, em sevícias físicas só verificáveis via exame de corpo de delito, nas prováveis vítimas.

Quanto ao cárcere privado, perícia de levantamento de local.

Pelo que se sabe, nenhuma dessas diligências foi cumprida pela Excelsa Comissão de Inquérito.

A dinâmica processual está assentada apenas em denúncias verbais de determinado funcionário, mas de tal forma imprecisas, que não podem constituir ponto de aferição com a verdade e muito menos prova, indiscutível, da culpabilidade do Indiciado, homem honrado e avesso a qualquer tipo de arbitrariedade, e acima de tudo, indianista por ideal e amante apaixonado de suas funções, ao ponto de haver dado a seus filhos varões os nomes de indígenas de IKRAN e ARIKAN, como se verifica das certidões de nascimento inclusas, DOCUMENTOS 2 e 3.

Para o Indiciado, os princípios enunciados e cumpridos por RONDIM, exemplos de dignificação da pessoa humana, constituem a Lei máxima e defensável em qualquer transe.

Com orgulho, que nenhuma assacadilha venal poderá empanar o brilho merecido, passa às mãos dessa Douta Comissão de Inquérito, os DOCUMENTOS DE N.ºs. 4 e 5, que fez juízo em longos anos de trabalho e dedicação à causa do índio, para a devida apreciação.

As acusações de que participara atrocidades ou submetera sevícolas a cárcere privado, são de tal forma improcedentes e imorais, que merecem repúdio imediato.

Como eram essas atrocidades, por que meios foram

executadas, contra quem, em que época e em que lugar dêsse imenso Brasil, quais seus efeitos, enfim, tudo aquilo que dissesse respeito a essas acusações, teria que ser devidamente comprovado, em todas as suas minudências, a fim de evitar o cometimento de injustiças contra um humilde funcionário público com mais de 15 ANOS, sòmente no S.P.I.

O denunciante é funcionário relapso e sua palavra não merece fé, basta dizer-se que, se verdadeiras as acusações endereçadas ao Indiciado, o que se aceita apenas no terreno da tese e sòmente para efeito de argumentação, descumpriu elementares deveres funcionais (ART. 194, nº VIII, ESTATUTO DOS FUNC. PÚB. CIVIS DA UNIAO), deixando de levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que teve ciência, em razão do cargo, na época devida e se o faz agora, movido por exclusivo espírito de emulação, o faz com ânimo criminoso e difamatório, visando, talvez, fins politicos inconfessáveis.

Quanto à assacadilha de que o Indiciado, algumas vezes, fêz comunicações radiofônicas em linguagem codificada, o fato é do conhecimento geral e inclusive das autoridades superiores, e visava, antes de tudo, salvaguardar o sigilo necessário sôbre assuntos de palpitante interêsse para o serviço público e comunidades indígenas.

O mesmo Art. 194, nº III, determina como DEVER DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, guardar discrição sôbre os assuntos a si confiados e no interêsse da administração.

Uma comunidade de índios constitui sociedade a parte da vida civilizada, com sua tônica própria, seus costumes, disciplina e métodos de conduta característicos, panorâma às vezes alterado, como quebra de harmonia, pela ocorrência de imprevistos vários, de origem na própria conduta de alguns velvícolas.

Afora a cobiça do homem civilizado, que procura por todos os meios explorar a ignorância do aborígene, ou até mesmo, roubar-lhe o patrimônio.

Veja-se os DOCUMENTOS DE N^{os}. 5 e 6, os quais dão uma idéia dos problemas enfrentados pela administração, com relação a terceiros.

Como se disse, a conduta imprudente, agressiva ou intempestiva de algum indio, elemento de psiquismo primário, gera às vezes ocorrências as mais graves no seio da coletividade indigena e mesmo ante civilizados, como exemplo o fato de que se circunscreve o OFICIO N^o 01/61, do P.I. de Guarita e que constitui o DOCUMENTO N^o 7, anêxo.

Dai porque, em épocas de ocorrências graves, a fim de evitar que elementos estranhos ao serviço tomassem conhecimento dos problemas internos dos Postos, elementos que permaneciam à escuta das transmissões, era usada uma linguagem codificada, tudo no interesse exclusivo do sigilo funcional e para proteger os próprios selvícolas da gula criminosa dos civilizados.

"Discrição é qualidade devida ao temperamento e, sobretudo, à formação pessoal. A sociedade leva em conta, no indivíduo, o cuidado em guardar reserva sobre fatos de seu conhecimento, suscetíveis de repercussão prejudicial. Em negócios de interesse de mais de um, a discrição conquista, para os que a demonstram, confiança geral. Lingua, advertit Ovídio, sile; non est ultra narrabile quicquam: silêncio, minha língua... Se essa é, em todas as relações da vida social, a regra de conveniência, cresce de relevo na esfera do serviço público, onde se torna indispensável manter fora de publicidade os múltiplos assuntos e fatos que para ali confluem ou ali ocorrem, de importância para a comunidade, a cujos interesses a administração provê, ou que interessam pessoalmente

6082
5682
B96

ao administrado e não é lícito ou razoavel revelar. A reserva, pois, atributo individual, é, mais ainda, atributo do funcionário público, tanto que se faz passível de punição aquêlê que nãa a observa.

Tal seja a gravidade da indiscrição, porventura danosa ao particular, corresponderá até crime..."

Esses são os ensinamentos do mestre de direito administrativo J. GUIMARÃES MENEGALE, em comentários que faz ao artigo 194 do Estatuto dos F.P.C. da União, em sua festejada obra "O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS", vol. II, pág. 524.

FINALMENTE

No interêsse da JUSTIÇA e na defesa do decôro do Processo Administrativo, R E Q U E R se digne V. EXCIA., a fim de que possa produzir defesa, em determinar:

1º- Seja o Indiciado ouvido nos autos de Inquérito;

2º- Conceder-lhe novo prazo para oferecimento de defesa, após o depoimento, para que possa fazer vingar seus direitos nas dimensões estabelecidas na Constituição Federal, artigo 150, § 15;

3º- Se lhe permita acompanhar todos os atos e termos do referido Inquérito, notificando-se seu defensor, para êsses fins;

4º:- Seja permitido ao Indiciado a efetivação de diligências, inquirição de testemunhas, cujo rol será oportunamente apresentado, juntada de novos documentos, etc.

Nestas condições, de antemão, considerando-se a improcedência das acusações, por mentirosas e desligadas da realidade, eivadas de espírito calunioso e suspeitíssimas, já que partidas de indivíduo que é inimigo pessoal do Indiciado, espera ser

5683
B1
5682
5682

considerado inocente e absolvido por sentença:

J U S T I Ç A :

São Jerônimo da Serra, 5 de Maio de 1968

Marquez Hudson
Pp. Bel. MARQUEZ HUDSON CORES
- Advogado -

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, por mim mandado datilografar e assinado, em DURVAL ANTUNES MACHADO, brasileiro, casado, funcionário público federal Nível 6-B, Lotado na 7a. Inspetoria Regional do extinto Serviço de Proteção aos Índios, residente e domiciliado em São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, nomeio e constituo meu bastante procurador o Bel. MARQUEZ HUDSON CÔRES, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Londrina, Paraná, devidamente inscrito sob nº 1734 na Ordem dos Advogados do Brasil, a quem, digo, Secção do Paraná, a quem concedo os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, por mais especiais que sejam, inclusive os constantes na cláusula "AD JUDICIA" e mui especialmente os de defender o outorgante em INQUÉRITO ADMINISTRATIVO que tramita perante o MINISTÉRIO DO INTERIOR, por Portaria nº 78/68; para tanto, além dos poderes acima citados, confiro mais os de requerer tudo aquilo que for necessário e indispensável ao melhor e mais cabal desempenho deste mandato, em qualquer instância ou tribunal; requer diligências, ouvir e arrolar testemunhas, dar de suspeito quem lhe parecer, enfim, tudo fazer na melhor defesa dos direitos e interesses do outorgante, bem como, substabelecer o presente, no todo ou em parte, a quem lhe convier, o que tudo darei por firme e valiso.-----

Durval Antunes Machado

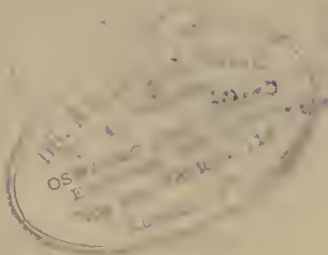
Locatário a termo de
Dival Antunes Machado

de que dou fé.

Em att.

Curitiba, 6 de maio de 1908

do Tabelião





MINISTÉRIO DO INTERIOR

5185
1986 ~~6084~~
Doc. 1 5684

Ilmo. Sr.

DURVAL ANTUNES MACHADO

Pôsto Indígena "Barão de Antonina"

S. Jerônimo da Serra

PARANÁ

De ordem do Senhor Presidente da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 78, de 22 de março de 1968, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, publicada no Diário Oficial da União, Seção I- Parte I, fls. 2 647, de 1º de abril de 1968, fica V.Sa. citado para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar defesa escrita no Processo Administrativo a que responde neste Ministério, na forma do artigo 222 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Ainda na forma do citado artigo ser-lhe-á dado vista dos autos do processo, nos dias úteis, das 8:30 às 11:30 e de 14:30 às 18:30 horas, na ante-sala do Gabinete do Senhor Ministro, situada na rua das Palmeiras, 55, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. O prazo referido começará a fluir a partir do dia 18 do corrente mês, inclusive.

Rio de Janeiro, Guanabara, 10.04.68.

Beatriz Gorini de Almeida
Beatriz Gorini de Almeida
Secretária da C.I.

*Recebi a presente citação
em 16-4-1968*

Durval Antunes Machado

Dr. Oséas Ribas Ferreira 8.º TABELIONATO "FERREIRA"

Jorge da Rosa
Oficial Maior

AUTENTICAÇÃO

KIYOSHI YUKAWA
MELCHIOR FILIUS

CONFERE COM O
ORIGINAL, DOU FÉ.

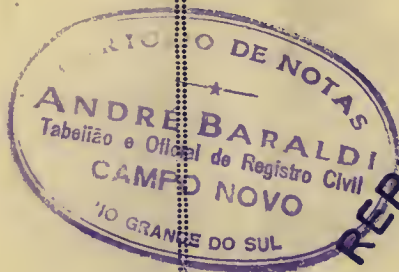
Escriventes

O PRESENTE documento

Curitiba, 4 de 15 de 1968 P

para fins _____

8.º Tabelião



5686
B/A
6085
5688

Folha única:
Baraldi

Doc. 2

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

Estado de Rio Grande do Sul

Comarca de Três Passos

Município de Campo Novo

Distrito de Cidade

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

André Baraldi, Oficial do Registro Civil

Oficial _____ do Registro Civil

CERTIFICO que, às fls. 31 do Livro A- 22, sob n.º de ordem 12.822, foi lavrado, no dia 28 de julho de 1.960 o assento de nascimento de IKRAN ANTUNES MACHADO de cor branca do sexo masculino, nascido no dia dois(2) de julho de mil novecentos e sessenta(1.960), à 2 hora e _____ minutos,

em distrito de Braga, neste município, sendo o 1.º na Ordem de filiação

filho de DURVAL ANTUNES MACHADO, funcionário federal

e de D.ª Edite Teresinha Machado, de prendas domesticas, naturaes do Estado do Parana e casados em Curitiba, mesmo Estado, residentes no distrito da cidade de Tenente Portela

São avós paternos: Pedro Antunes Machado

e D.ª Sinhorinha Domingas Iuchaks

e avós maternos: Rui Pinheiro de Moura

e D.ª Zelia dos Santos Moura

Foi declarado o proprio pai

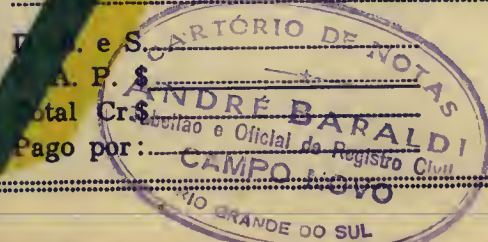
e serviram de testemunhas Elias Gonçalves da Costa e José Pedro Ramos, brasileiros, casados, respectivamente contador e funcionario federal, residentes no distrito da cidade de Tenente Portela

Observações:

EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE ABONO FAMILIAR:

Referido é verdade e dou fé.

Campo Novo, 28 de julho de 1960 de 195_____



André Baraldi
Oficial

Firma no 3.º Tabelionato
Rua Gal. Camara 365
Porto Alegre

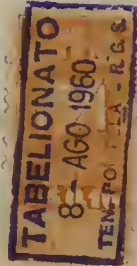
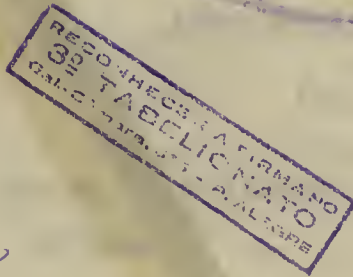
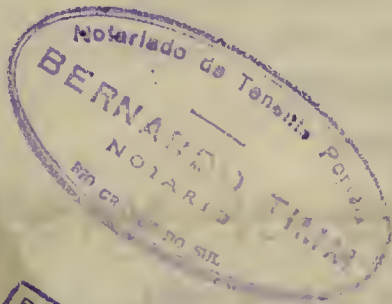
I. B. - Ord. 614

Reconheço verdadeira..... a firma..... supra e
retro de ANDRÉ BARALDI, dou fé.-

.....
em testemunho..... da verdade

Tenente Portela, 8 de agosto de 1960

O tabelião: *Bernardo Tenente*



R. 5,00

S. 15,00

J. 0,30

Gr\$ 20,30

Bernardo Tenente

REPÚBLICA DOS ESTADOS



UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

Estado do Paraná - Distrito de Curitiba - 1.ª Zona

Doc. 3

Bacharel Ermelino Agostinho de Leão Neto

Oficial Vitalício do Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Escrivão de Paz da 1.ª Zona
dêste Distrito de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, etc.

CERTIFICO, que no livro número.....322..... de registro de nascimentos, do meu Cartório
às fls.....332..... e sob o número.....1330.....acha-se o de "MARILAN ANTUN S BACHAREL" :x:x:x:x:x:
:x:x:x:x:x: nascido ao s Vinte e seis. :x:x:x:x:x: de Novembro. :x:x:x:x:x:
de 1964. *quinhentos e sessenta e quatro*
à s Sete horas e 40 minutos. :x:x:x:x:x: em o Hospital São Lucas, nest. Cidade. :x:
:x:x:x:x:x: do sexo FEMULINO. :x:x:x:x:x:
filho do Antônio de Duryl Antunes de Leão e de dona Leite Terezinha de Leão, n.
turais dêste Estado, e ambos residentes nest. Cidade. :x:x:x:x:x:
:x:x:x:x:x:
:x:x:x:x:x:
Avós paternos: *Antônio Bacharel e Tereza Antunes de Leão* :x:x:x:x:x:
:x:x:x:x:x:
Avós maternos: *Rubia Terezinha de Leão e Zelia dos Santos de Leão* :x:x:x:x:x:
:x:x:x:x:x:
Foi declarante *DAI*. :x:x:x:x:x:
OBSERVAÇÕES: *Extr. 100 do volume 1 ver. 60 em 6 de março de 1964.* :x:x:x:x:x:
:x:x:x:x:x:
:x:x:x:x:x:

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 6 de Março, :x:x:x:x:x: de 1964.

Wacir de Oliveira Gomes
Oficial do Registro Civil



of. mar.

JAYM
6°



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5688
B/A

~~6087~~
~~5687~~

loc. 4

Portaria n. 114 de 28 de maio de 1958

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios,

RESOLVE elogiar DURVAL ANTUNES MACHADO, Auxiliar de Inspetor, referência 21, da T.U.M. deste Ministério, lotado neste Serviço e com exercício na 7ª Inspetoria Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, por ter, além de cumprido de forma elogiosa seus deveres, demonstrado competência, dedicação e zelo, colaborando, desta forma, com lealdade, com a supra citada Inspetoria.

Nelson Perez Teixeira
Diretor Substº

SA/EDW

Dr. Oséas Ribas Ferreira 8.º TABELIONATO "FERREIRA"

Jorge da Rosa
Oficial Motor

AUTENTICAÇÃO

KIYOSHI Y. MIKAWA
MILTON RAMOS

CONFERE COM O
ORIGINAL, DOU FE.

Empreintes

Curitiba,

4 de

51

de 1950

O PRESENTE documento

para fins

8.º Tabelião

A DIVISÃO DO PESSOAL.

De acôrdo com os artigos 10, 16 e 2º do Decreto número 49.370, de 29-11-1960, proponho a readaptação do cargo do funcionário DURVAL ANTUNES MACHADO, anteriormente, exercendo a função de Auxiliar de Inspetor, referência 21, da T.U.M. e, hoje classificado na função de Agente de Proteção aos Índios, Nível 6, conforme publicação no Diário Oficial de 10 de dezembro de 1960 (Suplemento), para ser readaptado na função de Inspetor de Índios, Nível 12, conforme discriminação abaixo:

- 1) - Admitido na função de Auxiliar de Inspetor, referência 20, pela Portaria Ministerial nº 1576, de 3-11-1953, obtendo melhoria de salário para a referência 21, conforme Portaria Ministerial nº 527, de 9-5-56;
- 2) - Exerceu, desde 10-11-1953 até 21-5-1955, a função de Encarregado do Posto Indígena "Faxinal", município de Reserva, Estado de Paraná;
- 3) - Exerce, desde 25-6-59, até à presente data, a função de Encarregado do Posto Indígena "Guarita", município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul;
- 4) - Exerce, portanto, há mais de 2 (dois) anos interpolados, função de Encarregado de Postos Indígenas e tanto o P.I. Faxinal como o P.I. de "Guarita", são Postos de máxima importância do Serviço de Proteção aos Índios, com inúmeros deveres, estando sob a sua administração, todo o acervo deste último Posto, e vários servidores, como Trabalhadores, Auxiliar de Ensino, Motorista e toda uma grande riqueza do Patrimônio Indígena sob sua guarda;
- 5) - finalmente, o servidor possui habilitação, aptidão e predicados necessários ao desempenho da função de Inspetor, no caso, enquadrado na classificação de P-1801-12-A - Inspetor de Índios "A".

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1960.


Gen. Div. José Luiz Guedes

Diretor do S.P.I.

Dr. Oséas Ribas Ferreira 8.º TABELIONATO "FERREIRA"
Jorge da Rosa
Oficial Maior

AUTENTICAÇÃO

KIYOSHI YOSHIKAWA
MAYON RAMOS

Escreventes

CONFERE COM O
ORIGINAL, DOU FÉ.

O PRESENTE documento
para fins

Curitiba, 4 de 196 P

8.º Tabelião

5690
12/10

Doc. 5

~~6689~~
5689

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Of. 21/63 7a. INSPETORIA REGIONAL

P.I. GUARITA,
21 de Novembro de 1963

Encarregado do P.I. Guarita .

Snr. Chefe da 7a. Inspeção Regional do SPI

: Ocorrências verificadas de invasão, área indígena-(faz relatorio)

Esta administração vem passando por fases difíceis no que diz respeito a movimento anetado por elementos civilizados e estranhos a este Serviço com a única e exclusiva finalidade de invasão desta área indígena. Acredita esta administração por pesquisas realizadas, tal movimento gerou de grupos politicos da cidade de Tenente Portela que enfraquecidos em suas campanhas, instigaram os chamados "Sem terras", afim de que pudessem num golpe de desespero se fortalecer com o eleitorado.

Felizmente esta tentativa convenientemente / premeditada foi frustada graças as providencias tomadas pela / Chefia que, 48 horas antes da eclosão, entrou em contato com as autoridades policiais que sigilosamente destacaram seus comandados nos pontos mais visados desta área indígena. Tal qual como previramos, na manhã de 7 de outubro do mes proximo findo, ja transitavam comboios pelas estradas, na espera da hora demarcada para o golpe. As autoridades policiais por sua vez notando que o numero de praças seriam insuficientes para a resistencia, solicitaram a presença do Delegado Regional da cidade de Santa Rosa, snr. Amarilio C. Floriano e o Capitão Helio Chaves Lopes, assessor daquela especializada, que em avião gentilmente cedido pelo Aéreo-Clube de Tenente Portela, puderam estar de corpo presente, para comandarem as ações, afim de não permitirem a consumação do fato.

De inicio, e com muita lucidez, esta autoridades requisitaram todos os policiais destacados em cidades e distritos circumvisinhos, que sob seus comandados, conseguiram aos poucos, dispersar a massa aglomerada em vários pontos estratégicos, inclusive retirar do interior da área nada menos de que 6 familias, que burlaram a vigilancia daquelas autoridades. Posteriormente quando a situação já se achava amenizada, o snr. Amarilio C. Floriano, prevendo que o movimento de invasão ainda perdurasse, tranmitiu um rádio para o Major Vitor Hugo Martins, comandante do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar de Passo Fundo, solicitando um contingente daquela guarnição, / para permanecerem na Sede desta unidade administrativa.

continúa.

Dr. Oséas Ribas Ferreira 8.º TABELIONATO "FERREIRA"
Jorge da Rosa
Oficial Maior

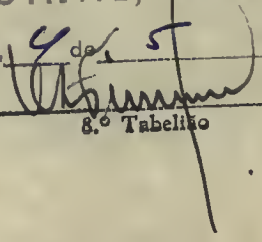
KIYOSHI YOSHIKAWA
MELTON RAMOS

Escreventes

O PRESENTE documento
para fins _____

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O
ORIGINAL, DOU FÉ.

Curitiba, 4 de 5 de 1968

8.º Tabelião

569/92 5692 6078
Na primeira fase de tal estado de coisas, convém salientar a operosidade das autoridades policiais dêste Estado, que não pouparam esforços no sentido de salvaguardar o Patrimônio Indígena. Deve-se também consignar um ato de louvor ao snr. Mario Clegari, proprietário do Posto Esso de Tenente Portela, que se não fôra sua participação em favor dêste Serviço avisando-nos antecipadamente do Golpe marcado para o dia 7, a esta altura dos acontecimentos, esta área estaria repleta de invasores, e teria trazido, sem sobras de duvidas, situação nervosa para a comunidade indígena e consequentemente para este Serviço.

Já no dia 9, pela tarde chegava a esta Séde o contingente solicitado pelo Delegado Regional de Santa Rosa, sob o comando do Tenente Noé Souza da Costa. As primeiras medidas tomadas pelo oficial, foi solicitar desta chefia uma das viaturas afim de que pudesse conduzir e distribuir sem perda de tempo, seus comandados nos pontos visados tendo em vista a retirada dos postos policiais, que anteriormente patrulhavam a área indígena como medida de segurança. Nos dias subsequentes a vigilância se tornava mais intensiva em que pesasse a normalidade da situação. Mesmo assim, com a área lotada de policiais, havia reflexos de nova tentativa de invasão, prometida para os três primeiros dias antes do pleito eleitoral, mesmo que perdurasse a intervenção policial.

Subedor desta nova noticia, o 1º tenente Noé Souza da Costa, solicitou desta administração que providenciasse e dechasse a disposição duas viaturas, no sentido de que êle pudesse mandar buscar mais reforços na guarnição de Passo Fundo, se as ameaças antes noticiadas fossem positivadas. Notando que os ânimos tornaram-se arrefecidos, foram então retirados os postos policiais dos pontos visados e recolhidos a sua guarnição. No entretanto, como medida de precaução, o oficial supracitado, ordenou que ficassem destacados na Séde dêste Posto, quatro soldados sob o comando de um 3º sargento e que permaneceram até a presente data. Snr. Chefe, antes de finalizar este modesto relato das ocorrências verificadas nesta área indígena, esta administração se envaidece com a conduta de nossos silvícolas que desde o inicio de tal estado de coisas, demonstraram bravuras, se uniram em defesa da causa. Foram úteis e prestativos as autoridades policiais, permanecendo acampados em vários grupos distribuidos no interior desta área, noite e dia, munidos de flexas e cacetetes, a espera de desordeiros que tentassem invadir sua propriedade. Nota de destaque por tanto, a atuação de nossos silvícolas. Esta administração, para que a missão tivesse efeito satisfatório, forneceu toda a alimentação, tanto para os índios como para os policiais que permaneciam destacados em todos os pontos desta área indígena.

Durval Antunes Machado
Durval Antunes Machado
Encarregado de P.I. Guarita

Dr. Oséas Ribas Ferreira 8.º TABELIONATO "FERREIRA"
AUTENTICAÇÃO

Jorge da Rosa
Oficial Maior

KIYOSHI YOSHIKAWA
MILTON RAMOS

Escreventes

CONFERE COM O
ORIGINAL, DOU FÉ.

Curitiba, 4 de 05 de 1968

O PRESENTE documento

para fins

8.º Tabelião

~~6091~~
5692
EJA
Doc. 6

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
L. R. 7

25 de maio de 1957.

Aux. de Inspetor DURVAL ANTUNES MACHADO

Sr. LOURIVAL DA MOTA CABRAL-M.D. Chefe da L. R. 7. -

: desaparecimento de índios da Serra dos Dourados.

Comunico a V. S.^a que na última expedição de que participei à Serra dos Dourados, de conformidade com ordem recebida desta Chefia, a fim de estudar um local adequado para a instalação do Posto de Atração que deverá atender os índios ali existentes, fui informado pelo Sr. ANTÔNIO LUSTOSA DE FREITAS, Delegado do S. P. L., de que soubera o mesmo por fonte fidedigna de que passou em cima de um caminhão, com rumo ignorado, um índio adulto da tribo da Serra dos Dourados, fato este ocorrido em Umuarama.

Outrossim, quando de meu regresso, passando por Cianorte, fui informado pelo Chefe da Oficina Sto. Antônio, no Posto de gasolina do mesmo nome, naquela localidade, de que um cidadão não identificado, que se dizia residir em Baurá-SP., para onde se destinava numa camioneta jeep, levava em sua companhia um indiosinho, também, da Serra dos Dourados, presumidamente de 12 anos de idade e que atendia pelo nome de Coém. Tal fato, verdadeiramente criminoso, se deu entre setembro e outubro de 1956.

Informou-me ainda o referido Chefe de Oficina, Sr. Simão Duarte que o cidadão conduzia o indiosinho para Baurá-SP., onde reside, em endereço ignorado.

Respeitosas Saudações

Durval Antunes Machado
DURVAL ANTUNES MACHADO
Auxiliar de Inspetor, ref. 21

Dr. Oséas Ribas Ferreira 8.º TABELIONATO "FERREIRA"

Jorge da Rosa
Oficial Maior

AUTENTICAÇÃO

KIYOSHI YOSHIKAWA
BRYTON RAMOS

Escreventes

CONFERE COM O
ORIGINAL, DOU FÉ.

Curitiba, 4 de 5 de 1968

O PRESENTE documento

para fins: _____

8.º Tabelião

6092
5692
5693
286

Doc. 7

Ofício nº 01/61

P.I. Guarita
13 de janeiro de 1961

Encarregado do P.I. Guarita

Exm^a. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Três Passos

Despacho de V. Exa. - Sobre

Nesta oportunidade estamos acusando o recebimento do ofício nº 128/60, exarado em 12 de dezembro do ano próximo findo e somente entregue em nossas mãos, pelo Departamento dos Correios e Telegráfos, na data de 14 do mês em epígrafe às 16 horas aproximadamente, véspera de minha viagem para Curitiba, sede da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, onde fui chamado com urgência pelo Sr. Chefe daquela Regional a fim de tratar de assuntos correlatos com a administração deste Posto no qual, tomei ciência e passo a respondê-lo, solicitando é óbvio, de V. Exa., as mais sentidas excusas, no que tange a um pronunciamento, para uma resposta, na data já delineada para a viagem a Capital Paranaense.

No entanto, já de regresso a este Posto, incontinenti, tomei as providências que se faziam necessárias em respeito ao despacho de V. Exa., passando a narrar minuciosamente os fatos.

Que, no dia 5 (cinco) do mês de novembro do ano findo, data em que, encontrava-me ausente da Repartição onde sou titular, pois havia me deslocado até a cidade de Ijuí, tratar de assuntos atinentes ao Serviço, compareceu a este Posto, o sr. Delegado de Polícia desse município, sr. Rene F. Motta, se fazendo acompanhar do chefe do destacamento policial, cabo Atilio Santos, entregando a minha esposa, uma folha de papel comum, anexado ao presente, dizendo que a mim fôsse cientificado, quando de minha chegada, contendo uma relação de tecidos, escrita com caneta esferográfica, segundo me parece, que pelas declarações do mesmo, supunha que teriam sido furtados da loja comercial do Sr. Theobaldo Emmel, comerciante estabelecido no lugar denominado "Gamelinha", por selvícolas pertencentes a este Posto Indígena.

Que, no regresso de minha curta estada naquela vizinha cidade, no dia 5 (cinco) à noite, tomei conhecimento do suposto

continua

furto e, consequentemente, as providências que se faziam necessa-
no sentido de apurar a procedência ou não, do acontecido.

Que; sabedor da presença do sr. Delegado de Polícia e do chefe do destacamento policial, nesta repartição, e com o intuito fiél de colaborar com aquelas autoridades, mostrando-me solícito em elucidar e solucionar o caso pendente, apesar de não me parecer legal a queixa formulada, logo de imediato, isto é, no dia 6(seis) do mesmo mês, fiz uma reunião entre os indígenas e depois de acareações incessantes, constatei que de fato, as suposições do sr. Delegado de Polícia, eram verídicas.

Que; logo após haver sido apreendido o produto do furto pela Polícia Indígena, procurei fazer uma conferência com os da dos que possuía, verificando que os tecidos ora reclamados, não condi ziam com os relacionados pelo sr. Delegado de Polícia, o que, peço vê nia. a V. Exa., para estabelecer a comparação, citando-os: 1(uma) peça de brim azul; 2(duas) peças de brim azul; 1(uma) peça de brim bran co; 1(uma) peça de lãnerie rosa; 1(uma) peça de lãnerie verde, já com algumas falhas; 2(duas) peças de lãnerie azul claro e 3(três) pares de sapatos pretos.

Que; de posse dos tecidos apreendidos pela Polícia Indígena, aguardei ainda por alguns dias, esperando qualquer pronuncia mento das autoridades policiais, o que não aconteceu, e sim, depois de haverem sido entregues os tecidos furtados ao seu legítimo dono, con fôrme seu ofício de nº 161/60 de 17/11, dirigido a esta repartição, e que sómente foi recebido no dia 3 de dezembro, como bem mostra o enve lope que anexo ao presente, com a caligrafia da agente postal, atestan do a data da entrega, apesar de não constituir um documento para efeito de prova, data em que acusamos o recebimento do ofício supracitado, pelo ofício nº 54/60, no qual junto cópia.

Que; não havendo o pronunciamento das autoridades policiais sobre o que se deveria fazer com os artigos furtados, e como funcionário que tenho uma missão a cumprir na observação do regulamen to interno d'êste Serviço, para o bem da coletividade, incrementando no aborígenes as boas maneiras, corrigindo-os contra as contravenções, e como bem mostra a consideração que dispensei ao Papel Comun, não exi gindo da vítima, depois da entrega dos produtos furtados, um recibo co probatório da devolução, me dirigi pessoalmente ao estabelecimento co mercial do sr. Theobaldo Emanuel, entregando-lhes os tecidos de sua pro priidade, onde se faziam presentes o meu auxiliar, um viajante do Labo ratório Incas de Porto Alegre, e o sr. Noedy de Almeida, ilustre edil d'êsse município, que poderão firmar não serem palavras de desrespeito dirigidas aquelas autoridades policiais, como assim o diz, o sr. Dele gado, em seu ofício 165/60, exarado em 23/11, ao Exmº Sr. Dr. Promotor de Justiça.

Que; depois da entrega dos produtos do furto, a vítima
continúa..

alegou a falta de mais alguns, no qual foi devidamente anotado no mesmo papel comum, com a caligrafia do meu auxiliar, sr. Elias Gonçalves da Costa, a fim de que prosseguisse nos trabalhos de pesquisas, no sentido de elucidar si de fato haviam sido furtados ou não, os artigos escritos pelo meu auxiliar, o que não se positivou depois das diligências efetuadas.

Que; mesmo que tivesse recebido em tempo o ofício nº 161/60, para a apresentação na delegacia de polícia, dos tecidos / furtados, bem como, dos indígenas implicados, na data de 25/11/60, conforme solicitação do sr. Delegado é de estranhar, é de achar censurável que aquela autoridade policial, não tenha observado o prazo estipulado, porquanto como V. Exa., pode verificar que já no dia 23/11/60, DOIS DIAS ANTES (o grifo é meu), do atendimento da solicitação contida no ofício supracitado, o sr. Delegado de Polícia, expediu ao Exmº Sr. Dr. Promotor de Justiça, o ofício de nº 165/60, narrando fatos sobre o caso em questão e queixas contra a minha pessoa, e que absolutamente não procedem, pelas razões expostas no presente.

Isso posto, face aos presentes esclarecimentos, a crédito que V. Exa. em seu alto senso de justiça há-de convir em que a administração deste Posto tomou todas as providências cabíveis e de imediato, no sentido de investigar o furto imputado a índios deste P.I. e assim devidamente esclarecido, inclusive com o ressarcimento do prejuízo o que ocorreu com a entrega do produto do furto ao seu legítimo dono.

Outrossim, com a devida vênia de V.Exa., nesta oportunidade se patenteia o espírito de colaboração deste Serviço com as dignas autoridades judiciárias e policiais deste Município, o que não poderia ocorrer de forma contrária, já que em se tratando deste Posto Indígena de uma dependência do Executivo Federal, pauta em seu responsável pelo estrito cumprimento das Leis, que de forma clara e superior estabelecem as normas de comportamento entre órgãos públicos e tão citamente a harmonia dos Poderes constituídos da Nação.

Quanto à indicação do autor, no caso, autores do / furto, em que pese o respeitável pronunciamento do eminente Dr. Promotor Público desta Comarca, constante no parágrafo final de sua petição de 29/11/60, encaminhada a V. Exa., peço vênia para discordar da conceituação na mesma expendida relativamente a não serem considerados silvícolas os índios desta região, eis que tutelados pelo Governo da União, por êle assistidos através deste Serviço, têm inequivocamente sua situação configurada nos dispositivos constantes do Decreto nº 5484, de 27 de junho de 1928, diploma legal que regula a situação dos índios nascidos no Território Nacional e dentro de cujas cominações no que tange a disposições de direito penal (Título IV), foram enquadrados por esta Administração os autores em causa.

À v.exa., meus atenciosos respeitos.

Durval Antunes Machado - Enc. do Posto

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Cartório de Casamentos



Primeira Zona de Curitiba

EDIFÍCIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

CENTRO CÍVICO

ESTADO DO PARANÁ - Caixa Postal, 571 - Fone: 4-8153

SEVERO AGIBERT JÚNIOR

BACHAREL

Escrivão e Oficial de Registro Civil Obrigatório de Casamentos

ARACÉLIS R. AGIBERT

ESC. JURAM

CASAMENTO N.º -515-

CERTIFICO que a fls. -144- do livro N.º 98 de Registro de Casamentos

foi lavrado em 5-setembro-1959- o assento do matrimônio de "Durval Antunes Machado-

com- Edite Teresinha dos Santos Moura" contraído perante o Juiz

Dr. Ariel Ferreira do Amaral e Silva e as testemunhas

Orestes F. dos Santos; O contraente solteiro natural

deste Estado, nascido em Campinas dos Pupos-Tibagi no dia cinco de

janeiro de 1913, com anos de idade; domiciliado e resi-

dente nesta Capital com profissão, Func. P. Federal filho legítimo de

Pedro Antunes Machado e de dona Senhorinha Domingues Lucheshs.

Sendo a contraente solteira natural deste Estado nascida em Curitiba.

no dia seis de junho de 1937, com

anos de idade; domiciliada e residente nesta Capital.

com profissão Doméstica filha legítima de Rubens Pinheiro de Mou-

ra e de dona Zelie dos Santos Moura.

A nubente em virtude de seu casamento, passará a assinar-se: "Edite Teresinha Machado".

Foram apresentados em Cartório os documentos a que se refere o art. 180, de n.ºs 1, 2, e 4.

do Código Civil.

Observações: Termo lavrado em data de hoje.

Severo Agibert Junior

OFICIAL VITALÍCIO DA PRIMEIRA

ZONA DA CAPITAL

5 SET 1959

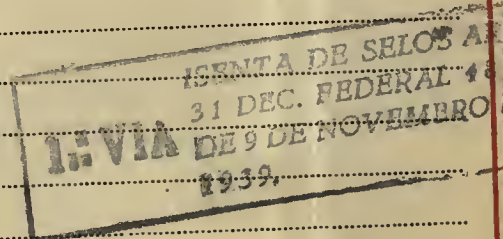
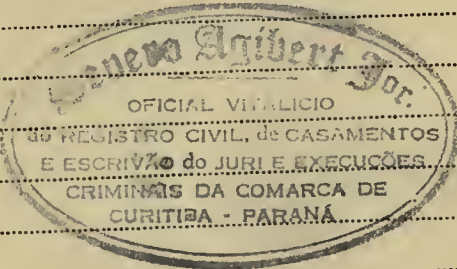
COMARCA DE CURITIBA

PARANÁ

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, -5- de setembro - de 1959

Severo Agibert Junior
Oficial



5697
BIA

5696
5696

Sr. Presidente da Comissão de Inquerito do extinto Serviço de Proteção aos Indios.

FRANCISCO SAMPAIO, abaixo assinado, funcionário público federal, aposentado, ex-chefe da 4ª Inspeção Regional do S.P.I., sediada em Recife PE, citado por V.Sa. e tendo vista dos autos do inquérito que apura irregularidades naquele extinto Serviço, apresenta nesta peça as alegações, a bem dos seus direitos.

Ao exame dos autos, verificou que o depoimento do Sr. João Nazareth (fls.712) única peça em que seu nome é abordado, não existe, data venia, qualquer acusação a respeito de prática de ato lesivo aos interesses da União.

Nessas condições, entende o alegante que sua posição no processo não é propriamente de acusado, eis que, a seu ver, para isso, era necessária a acusação de descumprimento de normas legais, o que não se verificou no caso dos autos.

Cumpriu e fez cumprir às ordens emanadas da autoridade competente. Dirigiu os trabalhos da Inspeção respeitando as leis e regulamentos. Remeteu na época devida as prestações de suas contas ao Egrégio Tribunal de Contas da União, entendendo assim, que não há porque lhe pesar qualquer acusação.

Realmente o depoimento do Sr. João Nazareth, não compromete o alegante e isso V.Sª irá facilmente depreender.

Relativamente à dúvida da Comissão Parlamentar a respeito do produto dos juros dos depósitos em nome do signatário, esclarece que as quantias depositadas em nome de servidor para atendimento de despesas públicas são feitas na conta "Deposito de Poderes Públicos" não rendendo, obviamente, quaisquer juros em benefi-

PAULO LAPORTE
4º
TABELIÃO
Paulino Laporte
ESC. AUT.
Siva Corrêa
Alves de Araujo
ESC. AUT.
R. Mat. Floriano
Pelxoto, 116
Curitiba - Paraná

Receita de pagamento de imposto de selo

Severus Agostino Junior

Em test. Jaeger do que em p.
Curitiba. 28 de dez + 59
Durant



5699
B98

~~6098~~
5698

Exmo. Snr. Presidente da Comissão de Inquerito.

ITALO SAMPAIO, brasileiro, casado, Guarda Nivel '8-A, vem, com o devido respeito e dentro do prazo legal, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos da União, oferecer defesa que a seguir deduz:

1. segundo se infere da indicação de infração, o defendente teria, como corresponsável e conivente, participado de ocorrências que trouxeram, por suas irregularidades, prejuízos a terceiros e especialmente ao Serviço de Proteção aos Índios.

Acontece que,

2. data vênua, nenhuma participação o defendente teve em qualquer irregularidade pois que:

a) - o defendente era funcionário do então Departamento de Recursos Naturais Renováveis, sem qualquer interligação com o Serviço de Proteção aos Índios.

E,

b) - tendo o Diretor do S.P.I., pela ordem de serviço n. 100, designado o Sr. Inspetor de Índios Alisio de Carvalho, Chefe da 7a. Inspeção Regional, com sede em Curitiba, para proceder a venda e industrialização de madeiras dos Postos Indígenas, este Inspetor, pelo ofício n. 275, solicitou a designação de um funcionário do DRNR para integrar a respectiva Comissão. Assim, conforme se vê pelo Of. 90/64, de 6 de outubro de 1.964, o Sr. Interventor da Agência no Paraná, designou o defendente para integrar a mencionada Comissão.

João Alberto Guimarães

2.º Tabelado

A presente fotocópia e reprodução
do documento apresentado nesta
cartório, em data

Curitiba,

6 de maio de 1968

NOTA: APOSTILA - OF. MAIOR
SIC. M. INQUE - ESC. AUTORIZADO

FOTO INTERNACIONAL
FOTOGRAFIAS E FOTOCÓPIAS
RUA MARECHAL DEÓDORO, 157
CURITIBA

5400
39/6

~~6099~~
5699

Doc 1



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Curitiba, Pr.

Of. nº 275

Em 5 de outubro de 1964.

Do Chefe da 7ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios
Ao Sr. Chefe da Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis em CURITIBA-PR.
Assunto: colaboração de funcionário (Solicita)

Sr. Chefe,

Considerando que face a autorização do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios farei instalar na Sede desta I.R., nesta Capital, Comissão de Concorrência destinada ao julgamento de Concorrência Pública que realizarei para a venda de pinheiros da Área do Posto Indígena "Dr. SELISTRE DE CAMPOS", sito em Xanxerê, Estado de Santa Catarina e, outrossim, considerando que da referida Comissão deverá fazer parte um funcionário do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, tenho a honra de solicitar a digna colaboração de V.Sa. no sentido de indicar da lotação desse órgão um servidor que será, então, por mim, oficialmente, designado para membro da supracitada Comissão.

Agradecendo a prestimosa cooperação de V.Sa. para a concretização do que ora lhe solicito, valho-me deste ensejo para apresentar a V.Sa. meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Alisio de Carvalho

Alisio de Carvalho
Chefe da 7ª. I.R. do S.P.I.

*Recebido
em 5/10/64
Atendido mediante
Ofício nº 90/64 de 6/10/64
EJW*

João Alberto Guimarães
2.º Tabelião

A presente fotocópia e reprodução
fiel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

Cariacoba, *de 196* de 196 *v*

FOR SIGNATÓRIO PÚBLICO - SE. MAIOR
E. C. MAINQUE - E. C. AUTORIZADO

FOTO INTERNACIONAL
FOTOGRAFIAS E FOTOCÓPIAS

RUA MARECHAL DEODORO, 157

GUATUBA

5701 5700
Doc 2

Of.90/64.-

Em, 6 de Outubro de 1.964.-

Do Interventor na Agência no Paraná do D.R.N.R.

Ao Sr. Chefe da 7ª I.R. do Serviço de Proteção aos Índios

Assunto: Apresenta funcionário

Em atenção aos termos contido no vosso ofício nº 275, de 5 de outubro do corrente exercício, apresentamos para os devidos fins o Guarda nível 8-A, ITALO SAMPAIO, pertencente a esta Agência no Paraná do Departamento de Recursos Naturais Renováveis.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S. às
minhas

Atenciosas Saudações

AFONSO BIALLI
Interv.Subst.Agência Paraná
do D.R.N.R.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO FLORESTAL
7.ª INSPETORIA REGIONAL

Doc. 3

5202
B98

Of. nº 93/64

Curitiba, 14 de Outubro de 1.964

Do Interventer na Agência no Paraná do D.R.N.R.

Ao Sr. Chefe da 7.ª. Inspetoria Regional do S.P.I.

Assunto: Aueriza permanência de servidor

Vimos pelo presente autorizar, de acôrde com a solicitação contida no ofício nº 300 da 7.ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, que o funcionário Italo Sampaio, lotado na Agência no Paraná do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, permaneça a disposição desta Inspetoria Regional do Serviço / de Proteção aos Índios, para fazer parte da Comissão de Concorrência destinada ao julgamento da Concorrência Pública para a venda de pinheiros das áreas indígenas dos Postos "Cel.Telêmaco Borba", "Faz. ravante Esperança" e "Cacique Capanema" situados neste Estado.

Atenciosas Saudações

AYRTON DE MATTOS
Interventer na Agência no
Paraná do D.R.N.R.

João Alberto Guimarães
2.º Tabelião

A presente fotocópia e reprodução
fiel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

Cartório, de 1986

REYNOL STANATO FILHO - OF. MAIOR
ELO MARINQUE - EC. AUTORIZADA

FOTO INTERNACIONAL
FOTOGRAFIAS E FOTOCÓPIAS
RUA MARECHAL DEODORO, 157
CURITIBA

5702
5703
15/10



Doc. 4

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
7a. Inspetoria Regional

Curitiba-Pr.

Of. nº 300.

Em 14 de outubro de 1964

Do Chefe da 7a. Inspetoria Regional do S.P.I.

Ao Sr. Chefe da Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis em CURITIBA-PR.

Assunto: colaboração de funcionário (Solicitação)

Ofício de 14/10/64

Sr. Chefe,

A permissão de

Considerando que face a autorização do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios farei instalar na Sede desta I.R., nesta Capital, Comissão de Concorrência destinada ao julgamento de Concorrência Pública que realizarei para a venda de pinheiros das áreas indígenas dos Postos "CEL. TELEMACHO BORBA", "FIORAVANTE ESPERANÇA" e "CACIQUE CAPANEMA", situados neste Estado e, outrossim, considerando que da referida Comissão deverá fazer parte um funcionário do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, tenho a honra de solicitar a digna colaboração de V.Sa. no sentido de estender a indicação do Sr. Italo Sampaio à presente Concorrência, que será, então por mim, oficialmente, designado para membro da supracitada Concorrência.

Agradecendo a prestimosa cooperação de V.Sa. para a concretização do que ora lhe solicito, valho-me dêste ensejo para apresentar a V.Sa. meus protestos de alta estima e distinta consideração.-

Alisio de Carvalho

Alisio de Carvalho
Chefe da 7a. I.R. do S.P.I.

Quente
Respondido
p/ofício Nº 93/64
de 14/10/64
conf. Augusto

João Alberto Guimarães
2.º Tabelião

A presente fotocópia é reprodução
fidel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

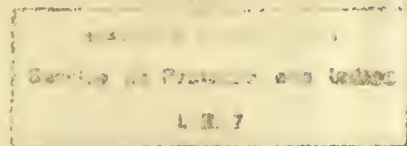
Curitiba, 6 de maio de 1962

HEITOR STAMATO FILHO - OF. MAIOR
ELC. MAINGUÊ - ELC. AUTORIZADO

FOTO INTERNACIONAL
FOTOGRAFIAS E FOTOCÓPIAS
RUA MARECHAL DEODORO, 157
CURITIBA

1

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios



ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 100

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, item 6, do Regimento do S.P.I., aprovado pelo Decreto nº 52 668, de 11 de outubro de 1 963,

D E S I G N A o Inspetor de Índios, P. 801-14B ALÍSIO DE CARVALHO, Chefe da 7a. Inspeção Regional, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, para, em comissão a ser designada pelo referido Chefe, proceder a venda ou industrialização de madeiras dos Postos Indígenas subordinados à mesma I.R., inclusive assinar os respectivos contratos e demais expedientes necessários, obedecidas as normas e exigências estabelecidas no Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, aprovado pelo Decreto nº 52 442, de 10 de setembro de 1 963 e o Código de Contabilidade da União.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Brasília, 24 de agosto de 1 964

(a) LUÍZ VINHAS NEVES

Cap Av Luiz Vinhas Neves
Diretor do S.P.I.

CONFERE COM O ORIGINAL

Vivalcino de Souza
Vivalcino de Souza
Auxiliar de Fortaria nível 7-A

ASS/BP
GS

João Alberto Guimarães

2.º Tabelião

A presente fotocópia e reprodução
fiel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

Curitiba, de 196

HEITOR STAMATO FILHO - OF. MAIOR
ELC. MAINGUE - DE AUTORIZADO

Exmos. Srs. Presidentes e demais membros da Comissão de Inquérito Administrativo, PORTARIA Nº 78/68 do MINISTÉRIO DO INTERIOR.

RIO DE JANEIRO - ESTADO DA GUANABARA.

WALDEMAR DA SILVEIRA, Sub-Tenente aposentado da Força Pública do Estado de Santa Catarina, vem a pedido do Sr. Nereu Moreira da Costa, Agente do extinto S.P.I., a presença da digna Comissão de Inquérito através da presente carta fazer alguns esclarecimentos que é de seu inteiro conhecimento.

Quase a totalidade do período que o Sr. Nereu Moreira da Costa, foi encarregado do Posto de Chapecó, hoje Posto Indígena Dr. - Selistre de Campos ; Eu também fui Delegado de Polícia de Xanxerê ; - Nunca chegou queixa ou mesmo boatos populares nem mesmo de políticos que o Sr. Nereu Moreira da Costa tivessem coagido índios pondo-os em " Troncos ", embriagando ou fazendo qualquer espécie de maltratos ; - Pelo contrario, a pedido do mesmo Senhor abri dezenas de inqueritos - policiais contra pessoas que vendiam bebidas alcoólicas aos índios faziam negocios com índios sem autorização do Posto, ate mesmo contra - firmas poderosissimas que invadiram a area e foi prontamente rechaçada pelo encarregado do Posto e índios ; O menor atentado contra a família e patrimonio indígena o referido senhor não deixava passar impune até muitas das vezes com certos exageros ; Recordo como se fosse hoje em uma ocasião um indiozinho mudou extraviou-se do Toldo Piamhalzinho, o senhor Nereu pos toda a area em alvoroço, pusemos a policia de Xanxerê mais de trinta dias a disposição dele fizemos dezenas de prisões ate que localizamos o indiozinho na cidade de Chapecó, deixarei de contar toda essa odisséia porque ocuparia paginas inteira o que não é o caso no momento.

Srs. Presidentes e demais membros da Comissão, acredito que em Xanxerê, Xaxim, Chapecó, Abelardo Lutz todos os que conhecemos índios conhecem Nereu Moreira da Costa, ate mesmo os seus proprios - inimigos naturalmente, atuar como ele atuou na frente deste Posto Indígena em defesa do indio fez muitos inimigos gratuitos, tenho plena certeza que ninguem ousam a acusa-lo de maus tratos aos índios porque isso na realidade nunca aconteceu.

Srs. Presidentes e demais membros da Comissão, ponho-me inteiramente a disposição da justiça e do direito para ajudar esclarecer fatos que sejam necessarios para o cumprimento do dever dessa elevada e distinta Comissão.

Xanxerê, 29 de abril de 1.968

WaldeMAR DA SILVEIRA

WALDEMAR DA SILVEIRA
Sub-tenente ex delegado de Xanxerê



RECONHECO verdadeira a assinatura

de

WaldeMAR DA SILVEIRA

do que dou fé.
Em Testemunho da verdade.
Xanxerê, 30 de Abril de 1968

Xanxerê

O TABELIAO

DR. AUGUSTO WALDRIGUES
DR. NOGUEMAR ALVES NOGUEIRA

Advogados

Rua José Loureiro, 133 - 1º andar - sala 1.708
CURITIBA - Fone: 4-9893 - PARANÁ

5906-
Bja

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

NERÉU MOREIRA DA COSTA, brasileiro, casado, funcionário público federal, ocupante do cargo de Agente 6-B, do extinto SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, lotado no Pôsto Indígena "DR. SELISTRE DE CAMPOS", no Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, onde é residente e domiciliado, nos autos, digo, domiciliado, por seu advogado e bastante procurador, adiante assinado, "ut" instrumento de mandato incluso (doc. nº 1), nos autos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 78, de 22 de março de 1968, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, em cumprimento ao respeitável despacho de V. Exª., constante do ofício sem número, datado de 10 de abril do corrente ano, e, na forma do estatuído no artigo 22, § 1º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), vem, com todo o acatamento, perante V. Exª., dentro no prazo legal, apresentar a sua

DEFESA

Por esta e melhor forma de direito

E. S. N.

PROVARÁ

Norma H. H. H.

P R O V A R Á

a) - Preliminarmente

1ª) - Que o defendente foi acusado da prática dos seguintes ilícitos de ordem administrativa:

a) que, na sua administração, no Posto Indígena "DR. Selistre de Campos", em Xanxerê, um índio foi colocado no "tronco";

b) que prendia índios e deixava / que outros se embriagassem.

2ª) - Que o Serviço de Proteção aos Índios era subordinado ao Ministério da Agricultura, porém, com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o extinto SPI passou a pertencer ao Ministério do Interior;

3ª) - Que o defendente é funcionário público federal, contando vinte e seis (26) anos de serviço público, e nunca foi acusado de qualquer irregularidade no exercício de suas funções;

4ª) - Que, apesar de já ter sido indiciado num Inquérito Administrativo, em 1963, nenhuma culpabilidade foi constatada, tendo sido, por isso mesmo, ABSOLVIDO / das imputações que lhe foram ~~assa~~çadas;

5ª) - Que o defendente protesta, preliminarmente, pela sua total e basoluta INOCÊNCIA, desafinando / aos seus acusadores e detratores que provem documental e testemunhalmente, as suas acusações, que são levianas, irresponsáveis e destituídas de quaisquer fundamentos legais e jurídicos;

6ª) - Que, no uso da prerrogativa constitucional de direito de defesa, o defendente provará que é inocente e não cometeu nenhum ilícito penal ou administrativo,

August 11, 1892

administrativo, eis que, nem colocar índio no "tronco" ou admitir que silvícolas se embriaguem, constituem delito de qualquer espécie;

7º) - Que tudo quanto consta do presente Processo Administrativo, quer quanto ao defendente, quer quanto a muitos dos demais indiciados, não passa de simples intrigas oriundas da covardia e da vilania de certos elementos que, por falta de coragem e de vergonha, se aproveitaram da atual situação para procurar incriminar, sem provas e sem quaisquer fundamentos jurídicos, antigos e dedicados funcionários que sempre pautaram suas atividades pelo direito e pelo bom e honesto procedimento no desempenho de seus encargos.

b) - NO MÉRITO

Ressumbrando, claro e isofismável, nos autos, que nada do que foi dito e assinado por testemunhas / covardes e desavergonhadas resultou, suficiente e cabalmente provado, como é o caso do depoimento de **JOSE DE ALMEIDA** (fls. 1.829), que declarou, in verbis:

"que sabe que na gestão de Nereu Moreira da Costa um índio foi colocado no "tronco" por determinação do próprio Cacique **ANTONIO PICAPAU**; que o índio suplicado chamava-se Aut, digo, Domingos Coito".

Acontece, Senhor Presidente que a declaração dessa testemunha, além de suspeita, é mentirosa, porquanto o índio que foi colocado no "tronco", não se chamava **DOMINGOS COITO**, e sim, **DOMINGO ESIDORO**; nem o cacique que assim procedeu, se chamava **ANTONIO PICA PAU**, mas sim, **PEDRO PICA PAU**.

Daí se depreende que o mentiroso e irresponsável depoente **JOSE DE ALMEIDA** não é testemunha de coisa alguma; ouviu o galo cantar, mas não sabe a onde... como se diz na gíria. Seu desejo doentio é acusar, acusar sempre, / como se isso fôsse bastante. Não se lembrou, todavia, que **ACTORI INCUMBIT ONUS PROBANDI** (a quem acusa é que cabe o ônus da prova), como acentua o velho brocardo latino.

Além disso, Senhor Presidente, o depoimento da testemunha **JOSE DE ALMEIDA** não tem valor provante de espécie alguma, porquanto, na carta que endereçou a Vossa

Donna di Maria

a Vossa Excelência (doc. nº 2), declara sponte sua:

"Nereu Moreira da Costa, encarregado do Pôsto Dr. Selistre de Campos naquela época estava viajando para Curitiba a serviço do Pôsto. Nêsse interm os índios Domingos Ezidoro e Fernando Couto saíram fóra da área indígena nas colônia do Município de Xaxim e lá compraram dois litros de aguardente e quando regressavam para a área indígena por carreios i - nóspedes (sic) a sertão a dentro ingeriram um dos litros de aguardente ficando ambos completamente embriagados, entraram em luta corporal e acabaram passando para as cacetadas, e o índio Domingos Ezidoro, mais forte, mais experiente, com passado de brigas e lutas acabou matando o índio Couto".

O documento segue em anexo. A prova está nas mãos de Vossa Excelência.

Nesta condições, onde a responsabilidade do defendente? Se o defendente estava em Curitiba; se os índios se embriagaram e um acabou matando o outro, qual a / responsabilidade do então encarregado do Pôsto Indígena? Como se explica o depoimento de JOSÉ DE ALMEIDA perante essa Comissão, procurando incriminar o defendente?

Terminando sua carta, assim se expressa JOSÉ DE ALMEIDA (documento incluso, já mencionado):

"Srs. Presidentes e demais membros, em outras ocasiões nem de leve ouvi falar, digo, ouvi o Sr. Nereu Moreira da Costa falar em "Troncos" ou outras modalidades de trucidamento, aí está a prova mais autêntica da aversão / por castigos aos índios que até a / cadeia êle tinha extinguido. Penso / que com os esclarecimentos que fiz de maneira alguma cabe culpa ao referido senhor".

James A. Thompson

senhor".

Data venia, Senhor Presidente, a análise do assunto fica ao critério de Vossa Excelência.

Ademais, a carta do Senhor ~~JOSE~~ DE ALMEIDA, acima mencionada e transcrita, em parte, está devidamente corroborada pelas declarações do índio ANTONIO ESIDORO (doc. nº 3), quando afirma textualmente:

"~~De~~claro que quando o meu irmão Domingos Ezidoro matou o índio Fernando Couto, o Senhor Nereu Moreira da Costa encontrava-se em Curitiba estado do Paraná. Foi o Conselho Indígena dirigido naquela época pelo cacique Pedro Pica-Pau, foi quem pôs o meu irmão no "Tronco", foi mais como medida de segurança porque o Pôsto não tinha mais cadeia, e os índios parentes do morto queriam matar meu irmão que era também tido do morto, ele nada sofreu porque foi feito uma cava nas varas evitando que as mesmas ferissem a perna dele".

Embora o signatário de tal documento seja analfabeto e não saiba assinar, o mesmo está assinado por duas testemunhas e traz a impressão digital do signatário. As firmas das testemunhas estão devidamente reconhecidas por Tabelião, sendo que o documento foi feito e assinado na presença do Sr. Capitão ARLINDO WARKEN, atual / Chefe do Pôsto.

Quanto à declaração de que o defendente prendia índios e deixava que outros se embriagassem, como se vê das fls. 1.828 e 1.837, também, data venia, nenhuma procedência podem ter, pelo seguinte:

a) desde quando prender índios sob a vigilância e responsabilidade do Pôsto constitui crime previsto na lei?

b) qual o delito cometido por autoridades e por policiais quando prendem e encarceram bêbados e desordeiros?

c) qual, igualmente, o delito cometido pelo Chefe do Pôsto Indígena, se alguns índios, contra a sua vontade e violando a sua vigilância, se embriaga-

Norman McQuinn

5710
5711
BGA

se embriagaram e promoveram desordens?

d) onde, Sr. Presidente, e qual o dispositivo do Estatutos dos Funcionários Públicos que prevê semelhante delito?

e) além do mais, a declaração de PEDRO ALÍPIO, ex-Capitão dos Índios, perante essa douta Comissão, não tem valor algum, uma vez que declarou não saber assinar o nome, e, na carta inclusa (doc. nº 4), dirigida a Vossa Excelência e demais membros da Comissão, assinou de próprio a carta em aprêço, na presença do Capitão ARLINDO WARKEN, como se depreende da declaração contida no verso da mesma.

f) são dêsse documentos as seguintes declarações espontâneas do mencionado depoente:

"Quando o Sr. Nereu Moreira da Costa foic chefe do nosso Pôsto de Índios não consetia que nós, os índios, andassemos bêbados roubando, brigando e vandiano pela área; quando isso acontecia a Polícia Indígena recolhia para o Pôsto e o conselho de Índios dava a punição que a causa merecesse, nunca foi imposto por êle condições para as penalidades, era nosso Conselho autônomo nêsse sentido. A cadeia quando êle chegou já existia, veio dos outros chefes / que lhe antecederam, mas, depois de um certo período até mesmoa a cadeia foi desmanhacada, digo, desmanchada...."

E, mais adiante:

"O nosso patrimônio foi sempre defendido heroicamente pelo referido senhor, dava conhecimento de tudo que se passava a respeito da nossa área e quando era preciso era como se fôsse uma pessoa só, índios e todos os funcionários, e êle ia na frente..."

g) por fim, todos os depoimentos constantes dos documentos retromencionados se encontram exuberan-

Wolfgang Wagner

August 11, 1892

exuberantemente provados e ratificados pela carta do Sr. Sub-Tenente **WALDEMAR DA SILVEIRA**, ex-Delegado de Polícia de Xanxerê, como se depreende do incluso documento (doc. nº 5), que declara, inicialmente:

"Quase a totalidade do período em que o Sr. Nereu Moreira da Costa, foi encarregado do Pôsto de Chapecó, hoje Pôsto Indígena Dr. Selistre de Campos; eu também fui Delegado de Polícia de Xanxerê; Nunca chegou queixa ou mesmo boatos populares nem mesmo de políticos que o Sr. Nereu Moreira da Costa tivesse coagido índios pondo-os em "Troncos", embiragnado ou fazendo qualquer espécie de maltratos..."

Esta, Sr. Presidente, a palavra de uma autoridade, que, embora não mais o sendo, presentemente, está em condições de falar a verdade e, se o contrário tivesse sido registrado, por certo, não assumiria esta declaração de livre e espontânea vontade, como fez.

c) Conclusão

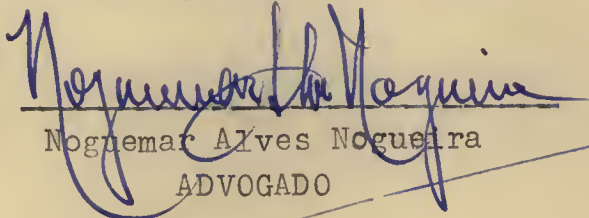
À vista do exposto e mais que dos autos consta, o defendente, que é funcionário público federal; Ex-Combatente do Segundo Conflito Mundial; chefe de família, sendo pai de onze (11) filhos menores; homem honesto e funcionário zeloso que sempre pautou seus atos pelo reto procedimento e pela áspero caminho do dever; que provou, de forma robusta e insofismável a sua inocência no presente processo administrativo; que, em última análise está sendo vítima de perseguição mesquinha e de intrigas próprias da baixeza humana; que não cometeu nenhum ilícito civil ou penal no exercício de sua longa fôlha de serviço público de vinte e seis (26) anos de serviço prestado ao Brasil, nas mais duras e incompreendidas funções públicas; que, quando mais necessitou nunca pode contar com a assistência dos órgãos superiores, requer, com todo o acatamento, se digne Vossa Excelência determinar a sua EXCLUSÃO do presente Processo Administrativo, julgando-o INOCENTE, desde já, com o que Vossa Excelência estará praticando a mais correta e perfeita JUSTIÇA.

JUSTIÇA.

Protestando pela produção de todo o gênero de provas em direito admitidas, tais como, depoimentos das testemunhas do rol abaixo, acareação das testemunhas de acusação cujos depoimentos são divergentes, realização de vistorias, perícias e arbitramentos,

Pede deferimento.

Curitiba, 6 de maio de 1968.


Nogueira Alves Nogueira
ADVOGADO

ROL DE TESTEMUNHAS

1. FRANCISCO SIQUEIRA FORTES - brasileiro, solteiro, lavrador, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC.;
2. DR. HÉLIO CALDEIRA CALADO, brasileiro, advogado, casado, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC.;
3. WALDEMAR DA SILVEIRA, brasileiro, casado, sub-tenente da Polícia Militar de Santa Catarina, residente domiciliado na cidade de Xanxerê - SC.

Nº 1

5713

5714

096

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, eu, NEREU MOPEIRA DA COSTA, adiante assinado, brasileiro, casado, funcionário público federal, residente e domiciliado em Cascata, Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, nomeio(amos) e constituo(imos), em conjunto ou separadamente, sem obedecer à ordem de colocação de seus nomes, meus (nossos) bastantes procuradores os Drs. NOGUEMAR ALVES NOGUEIRA e AUGUSTO WALDRIGUES, brasileiros, casados, advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, respectivamente, sob os números 3.320 e 2.926, com escritório à Rua José Loureiro, 133 - 1.º andar - salas, 101/2 fone, 4-6715, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, a quem confiro(imos) amplos, gerais e ilimitados poderes, inclusive os constantes da cláusula "ad juditia", para o fôro em geral e, especialmente, para promoverem minha defesa no Processo Administrativo instaurado pelo Portaria Ministareial nº 78/68, de 22 de março de 1968, do Sr. Ministro do Interior, bem assim, em todo e qualquer processo, inclusive, criminal, decorrentes do aludido Processo Administrativo, e mais os poderes necessários para confessar, desistir, reconvir, firmar compromisso, receber e dar quitação, passar recibo, apelar e recorrer, transigir e substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Curitiba, 3 de maio de 1968

Nereu Moreira da Costa
(Nereu Moreira da Costa).

2.º Tabelião

J. A. Guimarães

Hector Amato Jr.
Esc. Not.º

Elis Matheus
Esc. Not.º

Rua M. L. D.odoro, 126
sub. 1 - Fone 4 6977

Reconheço a aut.º

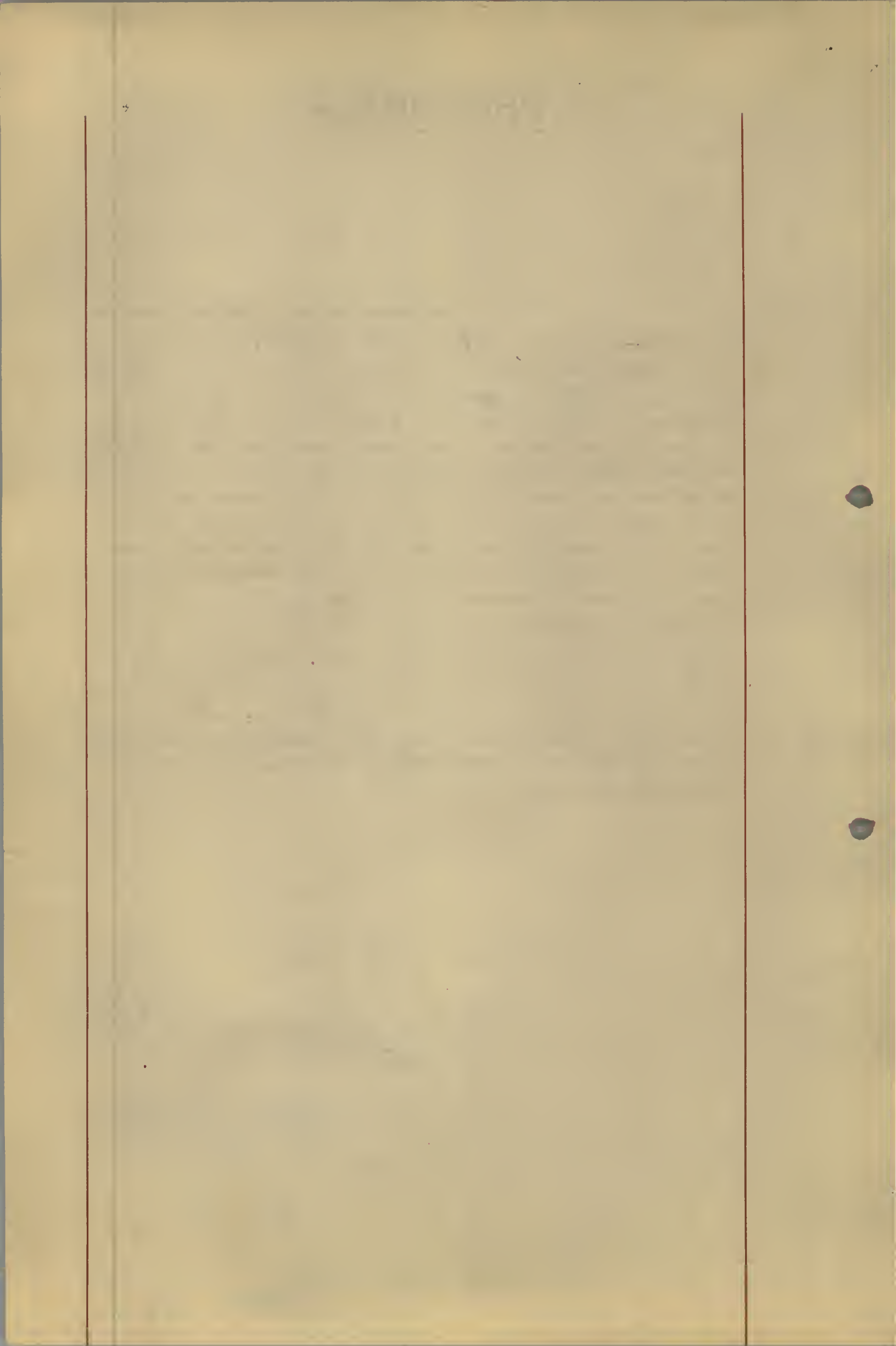
Nereu Moreira da Costa

do que dou fé.

Ctba., 6, 5, 8

Em test.º "

Nereu Moreira da Costa



Nº 2

5714

5715

92

Exmos. Srs. Presidentes e demais membros da comissão de inquérito administrativo, PORTARIA Nº 78/68 do MINISTÉRIO DO INTERIOR.

RIO DE JANEIRO - ESTADO DA GUANABARA.

JOSÉ DE ALMEIDA, agente nível 6B do extinto Serviço de Proteção aos Índios.- Vem à presença de vossas Senhorias através da presente carta, dar explicações detalhadas, quanto ao seu depoimento, folhas Nº 1.829 do processo administrativo instaurado por VV.SS. ; por ordem do Excelentíssimo Sr. Ministro do Interior.

Efetivamente declarei que o índio Domingos Ezidoro foi colocado no " Tronco ", pelo Cacique dos índios, Pedro Pica-Pau e esse fato deu-se na gestão do Sr. Nereu Moreira da Costa. Pela minha falta de argumentação ou pobreza de explicação em meu depoimento, ficou o Sr. Nereu Moreira da Costa, culpado. Vou historiar o acontecimento com todos os detalhes para melhor essa digna Comissão ter uma ideia e poder fazer o julgamento com justiça.

Nereu Moreira da Costa, encarregado do Posto Dr. Selistre de Campos naquela época estava viajando para Curitiba a serviço do Posto. Nesse interím os índios Domingos Ezidoro e Fernando Couto saíram fora da área indígena nas colônias do Município de Xaxim e lá compraram dois litros de aguardente e quando regressavam para a área indígena por carreiros inóspetos a sertão adentro ingeriram um dos litros de aguardente ficando ambos completamente embriagados, entraram em luta corporal e acabaram passando para as cacetadas, e o índio Domingos Ezidoro, mais forte, mais experiente, com passado de brigas e lutas acabou matando o índio

Couto. Fomos informados pelos índios desse acontecimento imediatamente reuni a Polícia indígena e os trabalhadores do Posto e seguimos para a localidade do acontecimento, enquanto recolhíamos o cadáver para a sede do Posto em dia frio e chuvoso de maio, a Polícia indígena e o Conselho Indígena pos-se a caça do assassino, que no mesmo dia foi preso e conduzido para a sede do Posto. Como nessa época já tinha sido extinta a cadeia no Posto o Conselho Indígena deliberou que se usasse os métodos antigos dos indígenas para deixar o índio preso e mesmo poder salvar das fúrias dos parentes do morto que queriam linchá-lo, a tribo toda estava em revolta pelo tragico acontecimento não tivemos outra alternativa a não ser aceitar a imposição do Conselho indígena, mas, foi pedido que se fizesse uma cava nas varas para não ferir a canela do índio, e assim foi feito, não causando ferimento algum. Demos imediatamente aviso pelo rádio o que deceu incontinentemente para o Posto em companhia do Sr. Chefe da Inspetoria e o índio foi imediatamente transferido para um Posto no Paraná conforme a deliberação do Conselho Indígena acalmando assim a exaltada tribo indígena (desceu o Sr. Nereu Moreira da Costa encarregado do posto) .

Srs. Presidentes e demais membros, em outras ocasiões nem de leve ouvi falar, digo, ouvi o Sr. Nereu Moreira da Costa falar em " Troncos " ou outras modalidades de trucidamento, aí está a prova mais autêntica da versão por castigos aos índios que até a cadeia ele tinha extinguido. Penso que com o esclarecimento que fiz de maneira alguma cabe culpa ao referido senhor.

Xanxerê, 29 de abril de 1.968

RECONHEÇO verdadeira a assinatura

de

JOSÉ DE ALMEIDA

Agente 6B

, de que dou fé.

Em Testemunho da verdade.

Xanxerê, 30 de abril de 1968

© TABELAIO



Nº 3

5745-
5716
Bj6

Exmos. Srs. Presidentes e demais membros da Comissão de Inquérito Administrativo, PORTARIA Nº 78/68 do MINISTÉRIO DO INTERIOR.

RIO DE JANEIRO - ESTADO DA GUANABARA.

Declaro que quando o meu irmão Domingos Ezidoro matou o índio Fernando Couto, o senhor Nereu Moreira da Costa encontrava-se em Curitiba estado do Paraná. Foi o Conselho Indígena dirigido na aquela época pelo cacique Pedro Pica-Pau, foi quem pôs o meu irmão no "Tronco", foi mais como medida de segurança porque o Posto não tinha mais cadeia, e os índios parentes do morto queriam matar meu irmão que era também tio do morto, ele nada sofreu porque foi feito uma cava nas varas evitando que as mesmas ferissem a perna dele.

Domingos Ezidoro está atualmente morando em um Posto do Estado no Rio Grande do Sul (Votoran). Assim que o Sr. Nereu Moreira da Costa teve conhecimento do fato em Curitiba voltou imediatamente ao Posto junto com o Sr. Chefe da Inspetoria e foi imediatamente meu mano conduzido na mesma condução que veio o chefe para Curitiba, e de lá foi para um Posto no Norte do Paraná, conforme o Conselho Indígena tinha deliberado, mais tarde meu mano passou por este posto e foi residir no Rio Grande do Sul por sua espontânea vontade para ficar longe dos parentes do morto. Não tendo de maneira alguma queixa de espécie alguma contra o Sr. Nereu Moreira da Costa.

Declaração esta foi prestada na presença do senhor encarregado do Posto Arlindo Warken.

Pôsto Indígena Dr. Selistre de Campos, 29 de abril de 1.968

Assinam duas testemunhas pelo fato do declarante ser analfabeto.

ANTONIO ESIDORO

IMP. DIGITAL

Testemunhas :

Era Fortes de Lora

Francisco Liguira Fortes



RECONHEÇO verdadeira - a - assinatura
de Era Fortes de Lora
Francisco Liguira Fortes

_____, do que dou fé.
Em Testemunha da verdade.
Xanxerê 30 de Abril de 1968

O TABELIAO

Exmos. Srs. Presidentes e demais membros da Comissão de Inquérito Administrativo, PORTARIA Nº 78/68 do MINISTÉRIO DO INTERIOR.

RIO DE JANEIRO - ESTADO DA GUANABARA.

Os índios abaixo assinados todos do Pôsto Índigena Dr. Selistre de Campos em Xanxerê Santa Catarina.-- Levam ao conhecimento de VV.SS. Presidentes e demais membrs da Comissão de Inquerito, por intermedio da presente carta queremos fazer alguns esclarecimentos.

Quando o Sr. Nereu Moreira da Costa foi chefe do nosso Pôsto de índios não consentia que nos, os índios, andássemos bebados roubando, brigando e vadiando pela area ; quando isso acontecia a Policia Índigena recolhia para o Pôsto e o conselho de índios dava a punição que a causa merecesse, nunca foi imposto por ele condições para as penalidades, era o nosso conselho autônomo nesse sentido. A cadeia quando ele aqui chegou já existia, veio dos outros chefes que lhe antecederam, mas, depois de um certo período até mesmo a cadeia foi desmanchada, mesmo quando existia a cadeia não era como método de opressão e sim somente para os índios dormirem a noite e não fugirem, porque durante o dia ficavam trabalhando nas lidas do Pôsto e recebiam a alimentação dada pelo proprio Pôsto, ate uma vez o Sr. Nereu Moreira da Costa foi criticado pelo Conselho Índigena reunido mensalmente, que aquilo que ele fazia não era castigo e que eles tinham imposto que o índio devia ser castigado mas, estava sendo tão bem tratado iguais os seus familiares. Sobre hipotese alguma ele consentia " Troncos " ou outros metodos antigos de coação usados pelos indigenas, depois que um índio era preso não consentia de maneira alguma que fôsse batido.

O nosso patrimônio foi sempre defendido heroicamente pelo referido senhor, dava conhecimento de tudo que se passava a respeito da nossa area e quando era preciso agir, era como se fôsse uma pessoa só, índios e todos os funcionarios, e ele ia na frente, diversas vezes rechassamos invasões do nosso velho inimigo que a mais de cinquenta anos vem tentando roubar o nosso pinhal, a nossa terra dizendo que e de herdeiros que deu procuração a ele, para tratar de seus direitos, esse cidadão mora no Rio Grande do Sul, na cidade de Passo Fundo, chama-se Alberto Berthier de Almeida e foi no passado grande influente politico de Chapeco.

O Sr. Nereu Moreira da Costa ajudou muito nós na planta do trigo chegamos a ser os maiores plantadores de trigo da região, tínhamos armazem muito bem sortido e nos levavamos tudo em sacos, farinha de trigo, açúcar, etc. pagava somente quando colhia o trigo, quando o armazem quebrou-se passamos a ser garantidos no comércio e continuavamos trabalhando do mesmo jeito, e antes de ele sair já estava pleiteando no Banco do Brasil imprestimos agrícolas para nossas lavoutras com a garantia dele encarregado do Pôsto, quanto ao trabalho de graça ao Pôsto prestavamos como ainda se presta somente seis dias ao ano, dois na limpeza da estrada, dois nas roçadas de inverno e ao redor do Pôsto e dois no conserto de cerca, quando tínhamos, o resto dos serviços prestados eram pagos preço do dia na região, não se movia uma pedra sem o devido pagamento.

Assim pensamos estarmos prestando informações para que justiça seja feita, a quem de fato merece.

Pôsto Índigena Dr. Selistre de Campos, 29 de abril 1.968

Pedro Alípio

Pedro Francisco

José Domingos Palhano

Flávio Belino

RECONHECO verdadeira a assinatura
de Arlindo Warken



do que dou fé.
Em Testemunho da verdade.
Xanxerê, 30 de abril de 1968

O TABELIAO

Declaro que as assinaturas do presente documento, foram
feitas na minha presença.

As assinaturas em pauta, são dos índios: PEDRO ALFARO, JOSÉ
DIONÍSIO PALHANO, FLORIANO BELINO e PEDRO FRANCISCO. Todos
pertencentes a este Póind.

Póind Dr Selistre de Campos, 30 de abril de 1968

Arlindo Warken
Arlindo Warken - Chefe do Pósto
Ch. do Pósto

5712
5718
396

Exm^o. Sr. Presidente da Comissão de Inquérito

DEFESA

Vou primeiramente lavrar na minha defesa uma/ página negra na história de um inquérito realizado na 7a. Ins- petoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios aqui em Cu- ritiba. Capital do Estado do Paraná.

Os fatos que vou narrar foram praticados por pessoas que acompanharam a Comissão de Inquérito presidida // V.Sa. e também pela própria Comissão.

O Sr. Paulo Conceição, que se diz Major do E- xército, quando eu já estava sendo inquirido foi em minha re- sidência e perguntando por minha filha à minha senhora, obri- gou-a ir onde essa se encontrava, dizendo-lhe que eu estava/ sendo torturado e chamava por ambas constantemente.

Muito nervosa minha senhora saiu de casa com os trajes que estava no momento e foi até a casa onde se reali- zava uma festinha.

Lá chegando entrou quase acompanhada, porta a dentro, na casa da família (futuro sogro dela) dizendo que o pai estava chamando e daí foram conduzidas como condenadas a- té a sede da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção// aos Índios.

Chegadas aqui na Inspetoria foram fechadas // n'uma sala até que compareceu o Dr. Jader de Figueiredo Cor- reia presidente da Comissão que mandou minha filha sair para outra sala, ficando a sós com minha senhora.

Dêste momento em diante começou o Sr. Presi- dente a me chingar de bandido, assassino, ladrão e homem frio e depois trouxe-a na sala onde eu estava e aí mandava que ela me dissesse para eu dizer o que sabia e o que não sabia e que acusasse DIVAL JOSÉ DE SOUZA e SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA. Ca- so eu nada dissesse, nós (minha senhora e eu) iríamos ver nos- sa filha tôda estragada pois êles podiam fazer o que quizes- sem com ela porque tinham carta branca do Sr. Ministro.

Ouvindo estas palavras, minha espôsa gritou // que queria sua filha pois era a única riqueza que possuía.

Presentes na sala além de minha espôsa e eu, // estavam Dr. Jader de Figueiredo Correia, Dr. Francisco de Pau- la Pessoa, Dr. Udimar de tal, Major Paulo Conceição, Ten. Car- los Lombardi e Max de tal, Secretário da Comissão, que conti- nuaram a me maltratar moralmente com palavras ofensivas até//

(continua)

que perdendo os sentidos sob um descontrôle de nervos minha esposa teve um ataque. Ai o Dr. Udimar de tal e Ten. Lombar-di levaram-na para outra sala e lhe deram um copo de leite, // continuando no entanto a lhe obrigar a contar o que não sabia, pois não é ela funcionária. Ameaçavam-na dizendo que se caso/ eu não confessasse alguma coisa iriam desaparecer comigo e com minha filha e que logo já iam me conduzir n'uma camioneta para me torturarem enfiando ^{agulha} em meu corpo até sair sangue e outras coisas próprias de regimes ditatoriais, como o comunismo/ e integralismo.

Continuavam dizendo-lhe que eu era ladrão para ajudar os chefes e que ela era uma mendiga pelos trajes // que se apresentava.

Como consequência, até hoje minha esposa está com os nervos abalados e quase chora quando lembra esta hedionda página de sua vida.

Agora já calmo longe das torturas mentais que os componentes da Comissão de Inquérito me impunham com minha família menos nervosa e já avisada dos perigos que poderão sofrer motivadas por pessoas que vizam a desarmonia e a destituição dos lares, que praticavam verdadeiros sadismo mental, como fizeram os Srs. membros desta Comissão de Inquérito, longe de tudo isto, amparado pelos sentimentos humanos e o carinho/ de minha família, passarei daqui por diante a refutar as acusações que me imputaram, com os argumentos que seguem:

a) - Preliminarmente fui acusado de - Omissão dolosa no caso de não comparecimento de funcionárias e assinatura de livro ponto nas residências das mesmas e atribuição / de frequência integral a funcionária MIRTES RIBEIRO CARVALHO, no Pôsto Indígena "Cacique Doble" e residindo em Lagoa Vermelha (fls. 1727).

Analizando cuidadosamente esta acusação, acho que os membros da Comissão de Inquérito se enganaram quando / me atribuíram tal omissão.

Pois fui encarregado do ponto dos funcionários da sede e dos Postos, isto é, no fim do mês lembrava ao Chefe da 7a. Inspetoria Regional que o ponto deveria ser enviado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. Mas não era encarregado de fiscalizar o livro ponto, isto é, de verificar se o funcionário havia faltado ou não, pois isto é atribuição da Chefia/ e não de um simples funcionário como eu, sujeito a tôdas as penas disciplinares quando também não assino o feferido ponto.

Entre ponto e livro-ponto existe uma diferença muito grande.

O livro-ponto é fiscalizado em qualquer repartição pelo seu Chefe ou se Substituto legal, e prova pela assinatura do funcionário que êle compareceu ao serviço.

O ponto é a freqüência do funcionário ou seja é o documento que prova na Delegacia Fiscal, para efeito de / pagamento, a assiduidade do servidor público. Deverá ser remetido à Delegacia Fiscal até o dia X por ela determinado.

Caso não seja entregue até o prazo marcado, os vencimentos ficam atrasados. Eu fiquei encarregado de fazer / êste ponto mensalmente para não atrasar os vencimentos do pessoal.

Minha missão consiste portanto em não deixar / que os meus colegas de serviço recebessem seus vencimentos tardiamente.

Quanto à freqüência integral de MIRTES RIBEIRO CARVALHO, funcionária do Pôsto Indígena "Cacique Doble", nada tenho a ver com isto pois eu transcrevia no ponto os dizeres / do Chefe do referido Pôsto, enviados por telegramas, cujas cópias existem nos arquivos da 7a. Inspeção Regional. Se a funcionária não comparecia ao serviço e seu Chefe lhe dava freqüência integral a culpa não era minha. Eu não residia em Lagoa / Vermelha para saber isto. Acredito que ela comparecesse ao expediente pois era casada com o Chefe do Pôsto e morava dentro dele.

Se por acaso eu disse o inverso em meu depoimento fui coajido pela Comissão que usou de violência comigo / e com minha família. Fiquei apavorado vendo-me ameaçado de cadeia e torturas e confessei algumas coisa que me ditaram para livrar de individuos como o Sr. Paulo Conceição que solicitou licença verbal ao Sr. Presidente da Comissão para dar uma volta comigo na camioneta acrescentando que depois dela eu confessaria o que sabia e também o que não sabia. Ameaçado desta maneira e com as fraquezas do espírito humano, tudo é possível.

b) - A segunda acusação é a de haver participado como Secretário da Comissão de Inquérito MA-605/66, que apurou irregularidades na I.R.7, apesar de saber-se impedido / do visto que atestara contas de modo irregular (fls 1728).

Quanto a esta acusação, primeiramente quero / fazer ver a V.Sa. que sou Auxiliar de Portaria nível 7-A e não um funcionário letrado e com ousadia para protestar contra designação de funcionários de categoria superior e com autoridade para tanto.

O Professor Eduardo P. Pessoa Sobrinho no seu / livro "Manual dos Servidores do Estado" à página 956 na 10a. / linha (contando de baixo para cima) diz: A designação para fazer parte de Comissão de Inquérito constitue encargo obrigatório - As causas que assumem cunho pessoal e consideram a situação dos funcionários, possivelmente envolvidos no processo, revelam falta de noção de cumprimento do dever e ausência de espírito público, que impede o servidor a não se isentar de xxx

5720
5721
396

de missões espinhosas, exigidas pelo imperativo de moralidade administrativa.

Logo, por analogia aos membros da Comissão de Inquérito eu não poderia recusar à designação que me fizeram. Secretariei aquela Comissão de Inquérito por designação de ~~XX~~ seu Presidente e aprendi nesta função muita coisa.

O artigo 219 § 2º do Estatuto manda o presidente de Comissão de Inquérito designar um secretário. Por // destino fui eu o designado pela Comissão nomeada pela Portaria MA-605/66.

Ademais nos itens 3 e 4 apresento minha defesa onde se nota (sem espírito de prevenção) que não existe impedimento algum, pois todos os meus atos me dignificam. Não tenho crimes contra mim nem contra minha pátria.

c) - Fui acusado de atestar irregularmente // conta da Renda Indígena sem haver visto fazer o serviço nem registrado a entrada do material atestado (fls. 1728).

Nesta imputação nota-se em suas entrelinhas, o desejo único de me consignar a todo custo, qualquer culpa.

É uma aleivosia muito grande contra mim. Realmente atestei, porém regularmente, os recibos de pagamento de pessoal, porque vi o pessoal receber dinheiro. Atestei também recibos de compras de material, porém este material também entrou na repartição.

Que culpa tenho eu que o material não tenha / tido o registro de entrada? Por acaso sou Almoхарife? Afinal / quantas atribuições devo ter?

O Almoхарife ou o encarregado do Almoхарifado é o responsável pelo registro do material. Nunca tive tal atribuição.

d) - Fui denunciado por atestar o documento // nº 7 referente a julho de 1965, da Renda Indígena na qual a / signatária do recibo de Cr\$.60.845 é Neusa Maria Souza, sua filha e menor de idade, na época, tendo perfeita ciência do impedimento (fls. 1728).

Nesta imputação nota-se o desejo de me prejudicar a todo custo. Aqui, pode-se dizer alguém pensou assim: / "Temos que arranjar qualquer culpa para ele". Pois bem Neusa / Maria Souza é minha filha e realmente recebeu Cr\$.60,845 por- / que trabalhou muito, datilografando expediente do serviço.

Atestei um trabalho honradíssimo, honestíssimo. O que não foi honesto foi o pagamento, porque foi muito / pouco em relação ao trabalho executado. Se não fosse o espírito de cooperação e compreensão que tenho não teria deixado // que minha filha trabalhasse no S.P.I.

Para fazer o serviço bem feito, ela não era / menor, mas para me imputar uma transgressão estatutária aparece sua menoridade e seu grau de parentesco.

Pois bem: Atestei o serviço de minha filha //

V. Silva

justamente, por ser ela menor e ser eu seu pai, o maior responsável perante a lei, por ela.

Acredito ainda, que aqui existe mais um ato / de maldade contra minha filha que foi humilhada pela Comissão / de Inquérito pois foram lhe tirar de uma festinha de aniversário, chamando a atenção de todos seus componentes que ficaram / surpresos pela sua intempestiva saída, pois era quase noiva do filho do dono da casa.

Veja V.Exa. que as tramas que tentaram me envolver não resistem a argumentos visíveis a luz dos olhos e // sem muito raciocínio.

e) - Culpam-me por ser pessoa de confiança de DIVAL JOSÉ DE SOUZA, meu irmão e também por ter sido encarregado das chaves dos códigos secretos com os Postos. As mensagens eram rasgadas após a transmissão, não ficando cópia e se referiam a venda de madeira, movimentação financeira, aviso de próxima chegada de Comissão de Inquérito (fls. 1729 e 1910).

É uma honra para o defendente, ser irmão de criação de Dival; só nos honra aqueles que possuem qualidades / positivas, e isso é fato no caso em análise, porque nunca me foi dado observar qualquer ato menos digno de Dival José de // Souza, nas lides da Chefia da I.R.7.

Qual o crime que cometi por conhecer códigos?

Francamente nada de culpa encontro aqui. A // administração daquele tempo achou que deveria existir um código com seus subordinados. Este foi feito e eu o conhecia, ainda / mais que esses códigos tinham a razão de espírito altamente beneficiário a Repartição a que pertencia e a causa que a mesma / se destinava, como seja, na defesa intransigente das terras // das comunidades tribais, cobiça perene de inescrupulosos civilizados, foram essassem dúvida, as razões da elaboração de tão falado códigos.

Dai, onde está o crime? Em se ter segredo?

Para melhor elucidação vou transcrever o que / diz o artigo 207 item VII do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União: "A pena de demissão será aplicada nos casos de : VII - Revelação de segredo que o funcionário conheça / em razão do cargo".

Conclusão: O serviço público admite que haja / segredo. Logo não há crime. Haveria crime se eu revelasse esse segredo para os outros.

Digo e reafirmo com a convicção dos que têm / em mente à elucidação dos fatos, que foram esse os assuntos // tratados nos códigos que tive o ensejo de conhecer.

O assunto é por demais controvertido, ainda / mais se se levar em consideração que a expressão caluniosa // consta do próprio depoimento do defendente, note-se como foi /

Handwritten signature/initials

5723
210

dito no início desta defesa, e ficou patenteado a coação de // que foi vítima o ora acusado, ensejando que assim procedesse: // Exemplo típico é o da elaboração do código que faz parte dos // autos às fls. 1910, elaborado por determinação autoritária do Sr. Presidente da Comissão, inclusive o Dr. Francisco Pessoa, // também, autoritariamente e ameaçadoramente, determinou que o // defendente codificasse a palavra "DINHEIRO", o que não nego foi feito pelo defendente, que naquelas alturas dos acontecimentos tudo fazia para livrar-se dos seus algozes inquiridores. Assim fica comprovado o intuito da Comissão em comprometer a todo // custo alguém que estivesse em sua mira.

Quanto a não existir cópia, nada tenho com // isso. Nessa alegada culpa, quanta maquinação houve, por de // traz do pano!...

Como se observa a finalidade era uma só, com-// prometer..., comprometer... e comprometer.

f) - A última imputação é a de ter secretaria do Comissão de Concorrência para a venda irregular de sassafraz a MAX WEISE, no Pôsto Indígena "Duque de Caxias" na qual houve diversas irregularidades entre as quais ter sido feita concorrência administrativa em Curitiba - Edital publicado em A NA-// ÇÃO jornal particular de Blumenau uma só vez, adiamento da con-// corrência sem motivo declarado, preço insignificante, um só con-// corrente, Edital assinado pelo Chefe da Inspetoria, liberação caução antes do fim do contrato (fls.2.805).

Examinando esta imputação, com a cabeça fria/ e sem motivos preconcebidos, atenta-se apenas a infantilidade/ da mesma. //

Não sei porque secretariei esta Comissão. Tal vez porque não recusasse serviço algum.

Parece-me que qualquer função por mim desempe-// nhada constitue crime para a presente Comissão.

O papel do Secretário de uma Comissão, consis-// te simplesmente em documentar ou lavrar atos por ela pratica-// dos mediante uma ata. Tanto que no seu final, as atas terminam assim: "e eu fulano de tal lavrei a presente ata que vai por // todos assinada".

Conclue-se que o papel do secretário é simples-// mente datilografar atos praticados pelos membros da Comissão e outros interessados.

Como secretário da Comissão não vendi árvores, nem regular, nem irregular e tão pouco mandei publicar edital/ em qualquer jornal, bem como não tive poderes para adiar con-//corrência.

O Professor Eduardo P. Pessoa Sobrinho, comen-// tando o artigo 219 diz na 9a. linha de sua obra "Manual dos // Servidores do Estado": Nos processos administrativos, sòmente/ a respectiva Comissão de Inquérito e as autoridades julgadoras

deverão intervir. Por analogia n'uma Comissão de concorrência, o Secretário que não membro da Comissão, nela não tem intervenção.

O mesmo autor à página 958 da mesma obra na / 6a. linha diz: "Entre os membros da comissão de inquérito, não se inclui o secretário, pois que, tendo este, tão-somente, função auxiliar, como o próprio nome indica, não influi nas deliberações da comissão.

Conclusão: O Secretário não é membro de comissão alguma. É um simples ajudante automato.

Para terminar, acrescento mais esta: Em janeiro deste ano fui designado para secretariar outra comissão de inquérito administrativo. Este funcionou no Departamento de Promoção Agropecuária no Paraná. Será que tenho culpa por mais // esta designação?

Em conclusão suplico aos mui dignos informantes e julgadores desta defesa, seja a minha situação encarada/ com justiça no sentido de ser eu absolvido de faltas que me foram atribuídas.


Curitiba, 7 de maio de 1968.

Vivaldino de Souza
Vivaldino de Souza

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

X-X-X-X-X-X-X



$$\begin{array}{r} 5724 \\ 5725 \\ \hline 696 \end{array}$$

RIO DE JANEIRO-Guanabara

RENATO FERREIRA DE SOUZA, infra-assinado, ocupante do cargo /
de Trabalhador nível 1, do extinto Serviço de Proteção aos Índios, presentemente/
com exercício na 7a. Inspetoria Regional, em Curitiba, Estado do Paraná, vem mui
respeitosamente a presença de V.Sa. apresentar defesa da acusação que lhe foi im-
putada no processo de trata a Portaria supra referida, como passa a expôr:

Versa a acusação sôbre o tópicó:

1 - TENTATIVA DE AGRESSÃO A SUPERIOR HIERÁRQUICO NO RECINTO DO/
PÔSTO COM AGRAVANTE DE ALICIAR ÍNDIOS PARA AJUDÁ-LO(fls. //

848).

D E F E S A

1 - A acusação não procede, não cometi ato de agressão, nem //
tão pouco aliciei índios para tal fim, - é uma inverdade. Quando o Sr. Fernando /
da Cruz chegou no Pôsto eu estava na oficina de carpintaria, atendendo as minhas /
obrigações, nem sequer vi; fui chamado por um índio dizendo tem "gente", demo- /
rei-me um pouco a atender, pois eu estava trabalhando, mas ainda sem saber de quem
se tratava. Quando cheguei encontrei o Sr. Fernando, irritado, perguntando pelo //
Encarregado do Pôsto, com palavras grosseiras e ofensivas, a isto eu repliquei, //
dizendo não aceitar as suas ofensas, mas com educação e respeito; quanto ao dizer /
que aliciei índios e outras pessoas para agredí-lo não é verdade, como também não //
obstei em nada, pois só fiquei sabendo de quem se tratava quando cheguei ali em
sua presença e dali não me retirei; o Sr. Fernando demorou-se muito pouco, visto /
que o Encarregado não estava, no momento, mas também não disse o que queria nem o
que pretendia; retirou-se, sem nada mais.

Apesar dos fatos terem ocorridos como acima foi dito, por representação do Sr. Fernando Cruz, junto ao Diretor, na época, fui punido com uma suspensão de 30(trinta) dias, conforme junto fotocópia autenticada da Portaria nº 112, de 29/12/65.

Diante do exposto e finalmente, é meu dever solicitar a essa /
Douta Comissão que julgue improcedente a acusação por que fui indiciado para apre-
sentar defesa e por outro lado reconheça a minha inocência no fato que por incompe-
reensão de superior fui punido imerecidamente, NÃO PODENDO SER PUNIDO NOVAMENTE
PELA MESMA FALTA./

Curitiba, 7 de maio de 1968.

Renato Ferreira de Souza

X-X

X-X-X-X-X-X-X-X-X-

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSE BENTO
F. ARQUES
Tullio Vitalino
José Paulo da Rocha Zingales
Rachael Mendry
Cléia Soares de Oliveira
escreventes juramentados
Galeria Tijuca, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba, 21 / maio / 1983

Trilau

Guarip

5725
5726
5727

Atestamos que o Sr. JOSÉ MARIA DE SOUZA, nascido em 15 de março de 1906, em São Paulo, Estado de São Paulo, é casado com a Sra. MARIA APARECIDA DE SOUZA, nascida em 15 de março de 1906, em São Paulo, Estado de São Paulo, e que ambos são proprietários de um imóvel situado na Rua ... nº ..., cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Atestamos também que o Sr. JOSÉ MARIA DE SOUZA, nascido em 15 de março de 1906, em São Paulo, Estado de São Paulo, é casado com a Sra. MARIA APARECIDA DE SOUZA, nascida em 15 de março de 1906, em São Paulo, Estado de São Paulo, e que ambos são proprietários de um imóvel situado na Rua ... nº ..., cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

5726

5727

~~5726~~

12. OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelão Vitalício
Praça da Rocha Marques
Rua Mandry
Rua Soares de Oliveira
Escritórios Juntas Leigas
Galeria Tijucas, 9
Curitiba - Paraná

A presente fotocópia é reprodução
fiel do documento apresentado neste
cartório, n/ data.

Curitiba

2 / maio

19

68

Isidoro G. Lourenço

5718 *Finis*
394 5727

Ilmo Snr. M.D. Presidente da Comissão de Inquérito Tstau da
pela Portaria nº 78, de 22 de Março 1968 do Exmo senhor Ministro
do Interior.

Rio de Janeiro - G.

Defesa de Francisco José Vieira dos Santos, servidor aposentado do antigo
Serviço de Proteção aos Índios: -

Item I:-

Acusado pela compra de 20 (vinte) touros NELOE, no Município de Anicuns, em Goiaz para reprodução na Fazenda do Bananal e que até o momento não foram entregues (fol. nº1585 do Processo). É verdade que comprei estes touros do Snr. Epaminondas, naquele Município, no mês de Dezembro de 1964 e permaneceram nas pastagens dos campos daquele Cidadão, até que fosse possível leva-los para a Fazenda do Bananal e isto porque as grandes chuvas e cheias dos Rios, naquela Região do Brasil, se ocasionam nos meses de Outubro a Maio, quando começa a baixa das águas e somente é possível chegar na Ilha, por terra, pelo "Vao" do Rio Javaé e foi este o motivo por que deixei estes touros naquela Fazenda e iriam ficar até Maio seguinte, logo que desse passe o Rio Javaé. Mas aconteceu que nos primeiros dias do mês de Fevereiro o Diretor, Major Luiz Vinhas Neves me chamou em Brasília e me deu conhecimento de que a Ilha do Bananal não pertencia mais à administração da 8ª Inspeção, que havia ligado diretamente à Diretoria e que eu não tinha nada mais com a Ilha e que qualquer responsabilidade e toda a atividade era consigo, Diretor, e assim e por isso, não voltei mais à Ilha, visto que nada mais eu teria que fazer ali; e, então, pedi, de imediato, o meu retorno para Curitiba, como fiz; -- Quanto aos touros que iriam ser levados para a Ilha, no mês de Maio, logo desse passagem o Rio Javaé, ficaram por conta do Diretor, Major Neves e de então nada mais eu soube de lá;

Item II:-

Não fui conivente da venda irregular de 500 rezes e cerca de 200 abatimento na Fazenda Karajá, Ilha do Bananal (fol. 1687). Por ordem de serviço do Diretor, Major Neves, Ordem de Serviço Nº 92 de 14 de Agosto de 1964 fui autorizado a vender "o gado excedente e disponível", da Fazenda Karajas; para isto publiquei Editais e compareceram alguns interessados, inclusive uma Firma de Belem do Pará. Marquei dia e hora para abrir as Propostas com a presença dos interessados, o que foi feito, por uma comissão que designei composta pelo inspetor 12, Dorival Pampolona, presidente, Gentil Espirito Santo e Salin Costa, todos funcionarios. Foi vencedor o Sr. Gilberto Santana com a maior oferta de Cr. 37.000- (trinta e sete mil Cruzeiros) por unidade e foram vendidos 201 (duzentos e um) boizinhos de 2 e 3 anos de idade, de cuja importância foi prestado conta à Diretoria. Quanto à demais venda e abatimento de 200 (duzentas) rezes não é do meu conhecimento, nem sou sabedor, sem dúvida eu não estava mais em Goiaz, portanto não posso ser apontado como conivente daquilo que eu não tenho culpa alguma. Eu, de Goiaz, logo saí,

5729
B98

Furido
5728

saí assim que o Diretor me deu conhecimento que em primeiros de Fevereiro desligou a Ilha do Bananal da 8ª Inspeção, como eu disse acima, no Item I.

Item III:-

Diz:- Embriagava-se em serviço a ponto de tentar o suicídio(fol.1734). Quanto à embriaguez é injurioso, nunca pratiquei ato de embriaguez em minha vida e nem iria fazê-lo em serviço; quanto à tentativa de suicídio é imaginoso; o que aconteceu foi um acidente, quando eu limpava e lubrificava um revólver de calibre 32, dentro de minha casa, aqui em Curitiba; por descuido ficara uma bala e daí o acidente que me atingiu no lado, mas sem qualquer consequência;

Item IV:-

Diz:- Demandando em Nonoai e também no Fioravante, onde vendeu pinho(fol.1734). Nunca vendi pinho, nem no Nonoai e nem no Fioravante-não é verdade;-----

Item V:-

Diz:- Irresponsabilidade funcional, conforme denuncia de Oficiais da Fab ao Major Luiz Vinhas Neves, por embriaguez no "bananal"(fol.1734). Isto é injurioso, nunca pratiquei atos de embriaguez em minha vida e muito menos em serviço. Eu pouco parei na Ilha, sempre em andança pelo interior; estive na Serra do Roncador em contato com os índios Xavantes; descí até o Rio Tapirapé, na Tribo dos índios do mesmo nome, e percorri grande parte do interior da Ilha do Bananal; logo assim não me sobraria tempo para andar de bebedeira, na Ilha; ora, se realmente eu tivesse cometido estas irregularidades o Diretor devia ter me suspenso e dispensado das funções que eu exercia na 8ª Inspeção, mas isto não aconteceu; fui eu que pedi a minha dispensa das funções e o meu retorno para Curitiba, pelas razões que explico no Item I;-----

Item VI:-

Diz:- Participou do gasto de Cr\$9.000,000- da farra em Florianópolis(fol.1759.) Realmente eu fui à Florianópolis, a convite do Sr. Fernando Cruz, então chefe da IR7, bem com mais alguns funcionários. O Sr. Fernando destinava-se a receber os Títulos das Áreas indígenas dos Postos Duque de Caxias e Selistre de Campos e por isso desejou levar mais alguns funcionários para assistirem ao ato da entrega dos Títulos dessas Áreas e assim chegando em Florianópolis dirigiu-se à Repartição incumbida de fazer a entrega dos mesmos; após esta cerimônia convidou o Titular daquela Repartição para um almoço no Hotel onde estava, o que foi realizado com a presença daquele alto funcionário e mais os que acompanhavam a comitiva e nada mais eu vi, nem soube de qualquer extravagância; e, em quanto teria montado a despesa daquele almoço, também não fiquei sabendo, mas se tratava de um almoço normal;-----

Item VII:-

Diz:- Responsável pelo suplicio de índios no "Tronco"(fol.1824). Não posso ser nem sou responsável por castigo de índio no "Tronco"; este uso sempre foi de índio Kaingang e eram os chefes tribais que criavam e impunham o castigo; quando cheguei em Nonoai já existia este castigo; então procurei substituí-lo por um trabalho qualquer e que era, sempre a limpeza dos arredores de seus ranchos e isto era

5729
5730
B91

Francisco

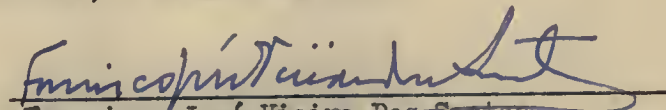
necessário persuadir os próprios chefes indígenas, pois se tratava de uso e costume da tribu, o que só se pode mudar - o uso e costume da tribu - pela persuasão, mas, felizmente, consegui abolir o "tronco", porem, depois de minha saída não sei mais o que fizeram e o que fizeram depois não poderá recair na minha resabilidade, digo, responsabilidade.-----

Sr. Presidente da Comissão de Inquerito.

Tenho por feita a minha defesa e respondido a todos os sete Itens que me acusam, com injurias que me atiraram.

Estou aposentado, cerca de dois anos, com 36 de serviço e 60 de idade e alquebrado pela saúde e os anos e pelas peripécies de uma vida de interior e sertão e não possuo uma casinha, própria, para eu morar - pago aluguel. Assim, nesta altura da vida não esperav tanta miséria que me jogaram, que me acabrumhou bastante - tenho filhos para dar satisfações e educação, se puder. E assim dito, espero e confio na justiça.

Curitiba, 6 de Maio de 1968.


Francisco José Vieira Dos Santos
Servidor aposentado do antigo SPI

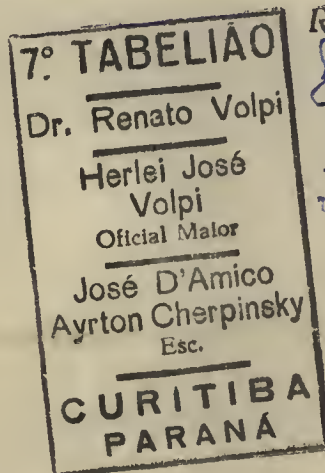
5731
39A
5732

PROCURAÇÃO

Pela presente procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador com poderes ad judícia e extra o Sr. Dr. Ney Moreira da Fonseca, brasileiro, casado, advogado, inscrito na O.A.B.-GB, sob o nº 11.145, com res. nesta cidade, para requerer vista de autos e certidões no processo administrativo instaurado no Ministério do Interior, para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, podendo substabelecer.

Curitiba-PR., 18 de abril de 1968

Hamilton de Oliveira Castro
Hamilton de Oliveira Castro



Reconheço verdadeira a firma
Hamilton de Oliveira Castro
do que dou fé
Curitiba, 22 de abril de 1968
Em test. Cherpinsky da verdade.
7º TABELIAO

5732
B98

5731

ILM^{os}. SRS. PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO (PORTARIA Nº 78/68 - MI.)

RIO DE JANEIRO - ESTADO DA GUANABARA

HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná, ex- Diretor do extinto Serviço de Proteção aos Índios, domiciliado e residente em Curitiba, Estado do Paraná, à rua Goiás nº 241, vem mui respeitosamente apresentar a V.Sas., a sua defesa relativamente as acusações que lhe foram imputadas no processo de que trata a Portaria Ministerial acima transcrita, na forma seguinte:

1 - PAGOU ALUGUÉIS DE SEU APTº PARTICULAR EM BRASÍLIA COM DINHEIRO DA RENDA INDÍGENA; (FLS. 4166;940;1518);

1 - O apartamento em referência, era, pelo então G.T.B., destinado a moradia do Diretor do S.P.I. Acontece que o pagamento dos aluguéis estava atrasado em vários meses e para o cupá-lo, o defendente se viu na contingência de saldar o débito, visto que o G.T.B. ameaçava inclusive, de não mais ceder o imóvel ao S.P.I. Como a "RENTA INDÍGENA", não é "RENTA PÚBLICA" e como o Diretor é o gestor dos bens do índio, resolveu satisfazer a aquela exigência do G.T.B., com dinheiro da citada "RENTA INDÍGENA", tendo ainda o escrúpulo de submeter o competente processo à apreciação Ministerial. Ouvida a seção competente que se manifestou favorável que fôsse o débito resgatado pela "RENTA INDÍGENA" uma vez que não dispunha de recursos orçamentários para tal fim, diante do exposto fui autorizado pelo então Ministro Sr. Dr. Severo Gomes comprovar a veracidade do que afirmo junto o (DOC.Nº 1). Após o pagamento dos aluguéis atrasados, foi efetivamente ocupado o apartamento pelo defendente, que daquela data em diante passou a efetuar o pagamento do numerário correspondente do seu próprio bolso, como se poderá comprovar facilmente, consultando ao órgão recebedor(G.T.B.).

2 - DEIXOU DÍVIDA DE SUA HOSPEDAGEM NO HOTEL AMAZONAS, EM MANAUS, PAGA COM DINHEIRO DA RENDA INDÍGENA; REPOR NCR\$ 43,89(FLS. 4348);

2 - Quanto a êste ítem tenho a informar, que em viagem de inspeção a la. Inspeção Regional sediada em Manaus, Amazonas, o defendente hospedou-se no Hotel Amazonas em companhia do DR. HILTON BRANDÃO, então Delegado de repressão ao tráfico de pessoas da Polícia Federal de Brasília. Esse Delegado viajava em objeto de serviço em companhia do indiciado, com a finalidade de apurar em conjunto, irregularidades praticadas por funcionários do S.P.I. Ao deixar o Hotel e solicitar da gerência do mesmo a continúa

ta, foi informado que já estava paga, vindo a saber que por cortezia do Chefe da Inspetoria, Sr. Gilberto Pinto Figueiredo Costa, foi a / mesma saldada. Jamais passou pela mente do indiciado de que tal despesa seria paga pela "RENDA INDÍGENA", pois se assim fôsse não aceitaria como creio piamente que também não aceitaria o DR. HILTON BRANDÃO, figura inatacável, uma das grandes reservas morais da Polícia Federal.

3 - COMPRA DE UM TELEFONE PARA SUA RESIDENCIA PAGO POR RENDA INDIGENA AO DR. LIDIO DINIZ HENRIQUE(FLS. 916 918; 940; 4164; 4167; 4168; 1547; 1518);

3 - Efetivamente o defendente adquiriu por conta própria o aparelho telefônico nº 2-0787, pertencente ao Dr. Lidio Diniz Henrique. Como estava constantemente viajando no interesse do Serviço, o defendente encarregou dos contatos, em horário extra expediente, os funcionários Benedito Pimentel e Luiz França Pereira de Araújo, tendo deixado com o último a importância de NCR\$500,00(QUINHENTOS CRUZEIROS NOVOS), para o respectivo pagamento. Uma vez efetuado o negócio em caráter estritamente particular, não parece ao defendente como não parece a um sereno julgador, que aja irregularidades em tal processamento. Tendo o vendedor fornecido ao indiciado em caráter também particular, um recibo dando quitação(DOC. Nº2) anexo ao presente.

4 - DEIXOU DE INSTAURAR INQUÉRITO ADMINISTRATIVO CONTRA O SR. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, APESAR DE TER CONHECIMENTO DO FATO OCORRIDO NA ILHA DE BANANAL, ATRAVÉS DO RELATÓRIO DE NILO VELOSO(FLS. 918);

4 - O fato foi, na ocasião, motivo de averiguação por parte do próprio Gabinete do Ministro, por solicitação do defendente, como também, o foi pela própria Polícia Federal que melhor poderá dizer a respeito. O Sr. Newton Costa assessor do Ministério para assuntos parlamentares, sindicou o fato devidamente autorizado pelo Gabinete do Ministro, tendo os respectivos processos vindo às mãos do defendente que os submeteu à apreciação superior, através de encaminhamento ao Gabinete do Sr. Ministro. Ressalte-se nesta oportunidade, que na época o defendente encetava verdadeira ação de moralização no S.P.I., com abertura de vários inquéritos para apurar demandas e assim sendo não deixaria de tomar conhecimento de tal queixa, como também apurar devidamente.

5 - MANDOU DIVAL JOSÉ DE SOUZA, VENDER PINHO SERRADO EM FIORAVANTE ESPERANÇA E CACIQUE CAPANEMA POR COLATA DE PREÇO(FLS. 1735);

5 - Quanto a este item devo informar que houve equívoco dessa Douta Comissão, visto que, no P.I. Cacique Capanema não houve nenhuma venda, e sim liberação de madeira já cortada por conta de um contrato celebrado em gestão anterior, cujo produto pertencia a

- continua -

firma SERRARIAS REUNIDAS IRMÃOS FERNANDES S.A., e se encontrava apodrecendo naquela área. Relativamente a venda efetuada no P.I. Fioravante Esperança, trata-se de madeira serrada estocada, proveniente de gestão anterior, e que foi providenciada a sua venda a fim de minorar a situação aflitiva que se encontrava o supracitado Pôsto Indígena, com imensos débitos, também, contraídos por gestões anteriores, bem como, para atender as necessidades da 7a. Inspetoria, para pagamento de pessoal atrasado e outros encargos inerentes à assistência aos índios, valendo dizer que o produto dessa venda teve a finalidade altamente benéfica no soerguimento do conceito do Serviço, na região de Palmas, no Paraná.

6- AUTORIZOU SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA A VENDER A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE CACIQUE DOBLE(FLS.1867);

6- O defendente realmente autorizou o recolhimento do numerário da venda de cereais, uma vez que os recursos indígenas, eram movimentados com discricionária aplicação, no / custeio de todas as despesas necessárias ligada a proteção ao índio e o defendente como gestor deste PATRIMÔNIO PRIVADO, tinha / condição para fazê-lo.

7- PELA OSI Nº73, DE 07.10.66, MANDOU DIVAL LIBERAR 1.210 DUZIAS DE PINHO SERRADO A FAVOR DA MESMA FIRMA, APESAR DO PARECER Nº215-M, DE 19.7.65, DA CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA(DOU- FLS. 8562)(FLS.3263;3264);

7- Jamais o defendente autorizou prosseguimento dos contratos atendendo ao que determinava o parecer em referência. A liberação em questão, era de madeira serrada em contratos feitos por gestões anteriores que estavam apodrecendo, tendo a / firma em aprêço pago o total do contrato, sendo consequentemente a madeira excedente de propriedade da firma.

8- AUTORIZOU A VENDA SEM CONCORRÊNCIA DE 1.500 DUZIAS DE TABUAS DE PINHO EM SELISTRE DE CAMPOS A ERNANI COUTINHO AO PREÇO DE NCR\$10,50, QUANDO DIVAL RECUSARA AO PREÇO DE NCR\$12,20 A MADEIREIRA LIMA LTDA; EM 28.08.57(FLS.2866 a 2868), POR ACHAR INSIGNIFICANTE. PREJUÍZO - NCR\$ 2.550,00(FLS.2809);

8- Efetivamente foi autorizado na minha gestão ao Sr. Dival José de Souza, então na Chefia da IR7, a venda de 1.500 dzs. de madeira serrada, por força de um contrato em gestão anterior, restando ao SPI, o aproveitamento dessa madeira para que não se deteriorasse totalmente. No 1º aviso era condição indispensável que o lote fosse pago à vista e que não encontrou ofertante. A importância de NCR\$12.200,00(DOZE MIL E DUZENTOS CRUZEIROS NOVOS) pela firma Madeireira Lima Ltda., em pagamento parcelado, razão porque não foi concretizado o negócio. Posteriormente, como já foi citado acima, tendo em vista o longo tempo decorrido da primeira oferta e como a referida madeira esti-

-continúa-

vesse cada vez mais se deteriorando, aprovei a sua venda, A VISTA, pelo preço de NCR\$10.500,00(DEZ MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS NOVOS) o melhor ofertado na ocasião.

9 - DETERMINOU O PAGAMENTO DO ALUGUEL DA SEDE DA IR-7 PELA RENDA INDÍGENA, APESAR DE NÃO CONTRATO, PUBLICADO A PAGINA 11 DO DIÁRIO OFICIAL DO PARANÁ, DECLARAR NA CLAUSULA 7 QUE CORRERIA A CONTA DA LEI 4.900, DE 10.12.65, ART.4º- ANEXO 4 - PODER EXECUTIVO- 05. MA. 4.05.26. S.P.I.3.0.0.0- DESPESAS CORRENTES- 3.1.0.0- DESPESAS DE CUSTEIO- 3.1.3.0- SERVIÇOS DE TERCEIROS-10.00- LOCAÇÃO DE MOVEIS E IMOVEIS(VERBA ORÇAMENTARIA) A DETERMINAÇÃO DATADA DE 14 REFERE-SE A ALUGUEIS ATRAZADOS(FLS. 2929);

9 - Como gestor do PATRIMÔNIO INDÍGENA, e responsável pelo bom nome da Repartição, autorizei o pagamento por conta de RECURSOS PRÓPRIOS, dos alugueis já em atraso(8 meses). Tal medida se justifica plenamente, porquanto a locadora do imóvel já estava em vias de entrar com ação de despêjo do prédio onde funcionava a 7a.Inspetoria Regional, providência que julguei e julgo acertada, evitando um vexame de despêjo na Repartição que me cabia por dever funcional, zelar.

10- EMPRESTIMOS DE DINHEIROS PÚBLICOS A FUNCIONÁRIOS (FLS. 1527;1539);

10- Efetivamente o defendente adiantou vales a Servidores eventuais e provisórios admitidos para pagamento contra recibo, a base mais ou menos correspondente ao mercado local de trabalho. Vales esses, que permitia aos mesmos a própria sobrevivência, uma vez que com os seus salários atrasados, não tinham condição de continuarem prestando sua valiosa colaboração ao S.P.I. Devo acrescentar que sendo a RENTA INDÍGENA, movimentada com discricionária aplicação, e sendo Diretor do S.P.I. e os Inspetores Chefes, gestores do PATRIMÔNIO INDÍGENA, nada havia que proibisse tal movimentação. Os vales em questão, eram resgatados pelos beneficiários quando recebiam seus correspondentes salários.

11- FALTA DE EXAÇÃO NO CUMPRIMENTO DOS DEVERES POR NÃO TER PUNIDO SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA, - QUANDO DENUNCIADO POR VENDA DE 15 REZES NO POSTO INDÍGENA MARIANO DE OLIVEIRA, EM MINAS GERAIS(FLS. 1480);

11- Depoimento confuso e contraditório do servidor AUGUSTO DE SOUZA LEÃO(FLS. 1480). Que a princípio acha que não houve venda e mais adiante retifica o nome do possível vendedor. Informa também, que o fato foi comunicado ao Diretor substituto. Como poderia o titular responder ? - O defendente só pode afirmar que tomou em todos os casos que se constatou irregularidades em sua gestão, as providências urgentes e moralizadoras, razão aliás, de sua nomeação para Diretor do S.P.I.(DOC; Nº 4)

12- TRANSFERÊNCIA EM CESSÃO GRATUITA E DEFINITIVA DE UMA VIATURA MARCA CHEVROLET C- 14. 1965-CABINE DUPLA, EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA A POLICIA RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEM OBEDIÊNCIA AS FORMALIDADES LEGAIS(FLS.1481);

- continúa -

12- Puro equívoco, dessa Douta Comissão, não existiu transferência definitiva do citado veículo a Polícia Rural de Minas Gerais e nem poderia haver. Houve isto sim, acôrdo para a Polícia Rural auxiliar a recuperação dos índios Maxacalis, que estavam em situação de verdadeira calamidade, por falta de recursos e negligência de alguns funcionários. De acôrdo em téla, tomou conhecimento o CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, que a título de experiência, resolveu testar à ação honesta da Polícia Rural de Minas Gerais, aprovando uma proposta daquela Corporação Militar. Foi então entregue a mesma, a viatura em referência para melhor atendimento dos seus propósitos. Qualquer observador constatará que na porta do veículo tem a inscrição "S.P.I." - Pôsto Maxacalis. A Polícia Mineira tem proporcionado aos índios, relevantes serviços. A crescente-se que a pintura usada na viatura em análise com as cores da Polícia, teve como objetivo a sua conservação, como também, demonstrar aos exploradores dos índios que os mesmos doravante estão sob a proteção daquela Corporação. A corretidão desse ato foi perpetuada, uma vez que o sucessor do defendente, houve por bem ratificar todos os atos a respeito.

13- RECEBIA GRATIFICAÇÃO MENSAL DE NCR\$450,00 POR CONTA DA RENDA INDIGENA, APESAR DE OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, ATRIBUIDA POR SI PRÓPRIO(FLS.1537);

13- A afirmação acima constata a leviandade do seu depoente. As gratificações do Diretor do S.P.I., na gestão do defendente, eram pagas pela USAID, através de acôrdo na época com o Ministério(MA). Tais pagamentos eram feitos através de cheques visados e facilmente comprováveis. Na verdade se cogitou do recebimento por "RECURSOS PRÓPRIOS", como era de praxe. Todavia o defendente assim não admitiu por não lhe parecer legal.

14- DEIXOU CONTINUAR A EXPLORAÇÃO DE CASSITERITA, EM RONDÔNIA, APESAR DA PROIBIÇÃO MINISTERIAL(FLS. 1584);

14- Quanto a êsse ítem tenho a informar que uma das primeiras medidas tomadas pelo defendente, ao ter conhecimento da exploração, de cassiterita, foi suspender a autorização para tal exploração, tanto que, fôra efetivada pelo Gabinete do Ministro com a participação do indiciado, gestões junto ao Govêrno de Rondônia para rescisão do contrato até então existente. Que o defendente em reuniões com os assessores do Ministério e o Governador de Rondônia, / reafirmou o seu ponto de vista pela não exploração de Cassiterita, concordando com o defendente as autoridades que terminaram com aquela exploração. Se houve exploração posterior, foi sem o conhecimento e autorização do defendente.

15- AUTORIZOU SEM LICENÇA MINISTERIAL SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA A VENDER MADEIRA NOS POSTOS DA I. R.7(FLS. 3724;3731);

- continúa-

15- A Ordem de Serviço em referência é de uma clareza meridiana e diz do aproveitamento da madeira derrubada em decorrência da abertura de uma estrada feita pelo Estado de Santa - Catarina. Obra essa considerada de utilidade pública. Como gestor do PATRIMÔNIO INDÍGENA, jamais poderia deixar que apodrecesse ou deteriorasse a madeira derrubada pelas razões expostas. Autorizei a sua venda que foi feita de forma regular e objetivando antes de mais nada minorar as dificuldades oriundas da falta de recursos. Não vejo nessa acusação, nenhuma irregularidade que pudesse ser a pontada.

16- AFASTOU DA CHEFIA DA IR-9, O SR ALBERICO SOARES PEREIRA, PELO FATO DE TER REALIZADO EXPLORAÇÃO NAS TERRAS DO IGARAPÉ - FLORESTA NO RIO CANDEIAS, COM O FIM DE VERIFICAR SE HAVIA EXPLORAÇÃO E ASSASSINATO DE INDIOS PELOS GARIMPEIROS(FLS. 4009;1579);

16- Houve nessa acusação mistificação e intuito de ocultar a verdade. O afastamento de Alberico Soares Pereira, da 9a. IR., foi processado em virtude de ter ele acompanhado elementos de firma interessada na exploração de cassiterita, até o local onde pretendiam se alojar. Implicando desse modo o nome do S. P.I. e deixando transparecer aquiescência do órgão naquela transação. Tive conhecimento da denúncia através do Gabinete do Governador de Rondônia. A prudência aconselhou o defendente a substituição do Sr. Alberico, visto que, o defendente como Diretor do S.P. I., e o próprio Ministério não estavam dispostos a permitir a exploração daquele minério. Facilmente se comprova junto ao Governo de Rondônia através de seus arquivos(VISTO QUE O SPI FOI CONSUMIDO PELO FOGO) da veracidade dos fatos sobre a cassiterita, como também, se comprovará o ato do defendente e a sua perfeita correção no fato.

"C O N C L U S ã O"

Assumi a direção do Serviço de Proteção aos Índios, em época bastante tumultuada, encontrando dívidas num montante aproximado de NCR\$ 220.000,00(DUZENTOS E VINTE MIL CRUZEIROS NOVOS), constatando ainda de início um avultado número de irregularidades e desmandos, vi-me na obrigação de agir com energia, a fim de coibir novos abusos por parte de funcionários relapsos de há muito habituados com a impunidade. Determinei à abertura de vários inquéritos administrativos na esfera de minha competência, solicitando a instauração de outros quando fugia a minha alçada, diligenciando no sentido de ser fornecido à autoridade competente as facilidades que estivesse a meu alcance, procurando dessa forma escoimar o Órgão de elementos perniciosos, razão porque fiquei sendo alvo, por parte dos atingidos de severa campanha, com o intuito de

- continua -

desmoralizar-me e com isso afastar-me do cargo, facilitando assim a consecução de seus objetivos.

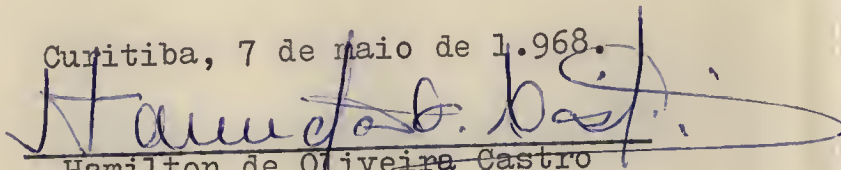
Após muita luta e persistência, contando inclusive com a colaboração da Polícia Federal e Serviço Nacional de Informações, foram expurgados alguns elementos nocivos ao Serviço, ficando a medida como exemplo, para muitos.

Extranhei que elementos banidos pela Revolução, como incursos no Ato Institucional, por corrupção tenham prestado depoimento a essa Douta Comissão, sendo levado em consideração acusações caluniosas desses elementos, acusações muitas das quais já devidamente apuradas em processo regular, onde ficou comprovado a malícia desses elementos em atingir pessoas que com eles não compactuassem ou que oferecesse resistência as suas maquinacões.

Na curta estadia a frente do Serviço de Proteção aos Índios, sempre procurei servir com denodo a causa indígena e se mais não fiz, foi por falta absoluta de recursos, obrigando-me a lançar mão da chamada RENDA INDÍGENA para atender as necessidades mais prementes dos índios e da Repartição, uma vez que as dotações orçamentárias alem de irrisórias nem chegaram a ser distribuidas, ao passo que os problemas se avolumaram-se a ponto de ter que solicitar minha exoneração em caráter irrevogável ao Exm^o. Sr. Ministro do Interior.

Tenho a consciência tranquila do dever cumprido / restando a essa Douta Comissão o reconhecimento dessa verdade, excluindo -me do Processo Administrativo que ora respondo.

Curitiba, 7 de maio de 1.968.


Hamilton de Oliveira Castro

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Sr. Subchefe do Gabinete

No expediente anexo, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios solicita autorização para liquidar o débito no montante de Cr\$ 1.098.161, - decorrente de alugueis atrasados do apartamento cedido pelo Grupo de Trabalho de Brasília, para residência do dirigente do referido Serviço.

A dívida em aprêço corresponde a alugueis vencidos em 15 de julho passado, data em que o atual diretor do S.P.I. passou a ocupar o apartamento em questão, assumindo perante o GTB a responsabilidade pessoal pelo pagamento do seu aluguel e demais despesas.

Segundo esclarecimentos prestados pessoalmente pelo Diretor do SPI a esta Divisão, dispõe aquele órgão de saldo da renda indígena arrecadada anteriormente à data do ato que determinou passasse ela a ser recolhida ao Fundo Federal Agropecuário.

Por outro lado, há a considerar que os recursos postos à disposição da D.M. para atendimento de dívidas de alugueis (1ª cota: Cr\$80.000.000 e 2ª cota: Cr\$ 70.000.000) estão sendo insuficientes para cobrir todas as despesas, não só de exercícios passados como as do corrente ano, resultantes de insuficiência de recursos orçamentários próprios.

Tratando-se de recursos exyra-orçamentários, a serem aplicados pelo Diretor do S.P.I. na qualidade de tutor dos índios, nada impede que os mesmos tenham a destinação que se pretende dar no expediente em aprêço, por se tratar de saldo não atingido pela determinação de recolhimento da Renda Indígena ao F.F.A.P.

Opina, portanto, esta D.M. por que seja a matéria submetida à autorização do Sr. Ministro, encaminhando o S.P.I. a documentação correspondente ao Conselho do Fundo Federal Agropecuário, juntamente com o extrato de conta-corrente e demais documentos que comprovem a aplicação total do saldo existente e o consequente encerramento da conta bancária.

Em 22 de setembro de 1966

Heloisa E. Suckow de Oliveira

Heloisa E. Suckow de Oliveira
Diretora da D.M.Autorizo
23.9.66
[Assinatura]

Cr\$ 500.000-

Recebi do Sr. Coronel Hamilton de Oliveira Castro, a importância acima de Cr\$500.000 (quinhentos mil cruzeiros), em pagamento da cessão de direito ao uso do aparelho telefônico, de nº 2-07-87, instalado no apartamento 102, bloco 2, S. Q. S., 203, nesta Capital, consoante consta da lista telefônica do exercício em curso.

Na ocasião oportuna, assinarei a documentação pertinente à transferência do citado telefone, para o nome do novo cessionário, Coronel Hamilton de Oliveira Castro, ou, tão logo me seja apresentada a documentação alusiva à legalização do ato, perante o órgão competente.

Brasília, 05 de outubro de 1966.

Lydia Diniz Henriques

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DECLARAÇÃO

DECLARO, a bem da verdade e para o que interessar possa, cômico de minha responsabilidade funcional, que o Diretor dêste Serviço, Coronel Hamilton de Oliveira Castro, nenhuma transação fez, relativa à compra de aparelho telefônico, para seu uso particular, com dinheiro desta Repartição, e jamais permitiu que se utilizassem recursos financeiros oficiais, em atividades estranhas à esfera de nossa competência administrativa.

Brasília, 07 de dezembro de 1966.

Luiz de França Pereira de Araújo
Luiz de França Pereira de Araújo
Chefe da Seção do Patrimônio Indígena
do Serviço de Proteção aos Índios

RECEBUE DO 2º OFÍCIO

Luiz de França Pereira de Araújo

07 de 12

1966

João Carlos de Azevedo Sobrinho
Escrevente

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SPI -

C Ó P I A

Brasília,
30/1/1.967

Do: Encarregado da Sindicância na Ilha do Bananal
Ao: Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Assunto: encaminha relatório

Senhor Diretor

Cumprindo determinação de V.S., no sentido de apurar irregularidades atribuídas ao Sr. Boanerges Fagundes de Oliveira, durante sua estada na Ilha do Bananal na qualidade de Presidente da Comissão de Inquerito, encaminho-lhe anexos os depoimentos dos elementos citados na denuncia. Devo esclarecer que, para melhor apurar a veracidade dos fatos, ouvi, ainda, outras pessoas que não tinham sido citadas na denuncia.

Os depoimentos, em folhas separadas, numeradas de 1 a 6, foram todas por mim rubricadas.

São os seguintes os depoentes:

Doc. nº 1 - Índia Maria Karajá

Doc. nº 2 - Índia Cuxixara

Doc. nº 3 - Índio Ângelo Karovina

Doc. nº 4 - Manoel Gomes dos Santos

Doc. nº 5 - Salim Costa Oliveira

Doc. nº 6 - Maria Mendes

Tendo em vista o que foi dito nos depoimentos, e ainda, em conversas ouvidas aqui e alí, a CONCLUSÃO é de que a denuncia é inverídica, inconsistente, tôrpe e teve por fim, unicamente, desmoralizar o Presidente da Comissão de Inquerito, Sr. Boanerges Fagundes Oliveira.

Assim me pareceu.

Atenciosas Saudações.

as. José Emir Queiroz Oliveira
José Emir Queiroz Oliveira.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 10 de março de 1967
Maurício Lins de Silva
Leet. 11

VISTO		
Em 10	de	do 1967
DIRETOR DO S. P. I.		

Cont.....

DECLARAÇÕES PRESTADA PELA ÍNDIA MARIA KARAJÁ, NA CIDADE DE SÃO FÉLIX
- MATO GROSSO.

- P) Conhecêu o Sr. Boanerges Fagundez Oliveira, durante sua estada na ilha do Bananal?
- R) Sim.
- P) É verdade que vive em um bordel de sua propriedade aqui em São Félix?
- R) Não, aqui em São Félix tenho uma casa onde moro.
- P) Por que motivo não mora na ilha com os outros índios?
- R) A vida que levo é mais tranquila e tenho o que q' quero .
- P) É verdade que o Sr. Boanerges Fagundez Oliveira , esteve certo dia aqui em sua casa?
- R) Sim, é verdade.
- P) O que veio êle fazer aqui?
- R) Saber o motivo de não morar na ilha.
- P) É verdade que o Sr. Boanerges Fagundez Oliveira , chegou completamente embriagado em sua casa?
- R) Não, eu nunca ví o Sr. Baanerges embriagado..
- P) É verdade que o Sr. Boanerges Fagundez Oliveira ' manteve relações sexuais com você?
- R) Não, tudo não passa de mentira do Sr. Salim.
- P) Você já foi proprietária de um bordel aqui em São Félix?
- R) Não, em 1946, tive um em Goiás Velho.
- P) Alguma vez esteve o sr. Boanerges Fagundez Oliveira bebendo aqui em São Félix?
- R) Sim, uma vez êle estava tomando uma cerveja em um bar.
- P) Pode informar se o mesmo estava embriagado?
- R) Não.

as. Emir Queiroz Olivéria.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 10 de maço, de 1962

Sebastião Francisco de Sá
Ass. 11. P

VISTO.		
Em	10 de	3 de 10/62
DIRETOR DO S. P. L.		

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA ÍNDIA CUXIXARÁ, NA ILHA DO BANANAL.

- P - Você é a esposa do Índio Bobocí;?
 R - Sim.
 P - Vive com seu esposo?
 R - Sim.
 P - Já separou dêle alguma vez?
 R - Não.
 P - Conheceu o Sr. Boanerges Fagúndez Oliveira?
 R - Sim.
 P - É verdade que seu esposo separou-se de você por causa do Sr. Boanerges?
 R - Não, vivo com Bobocí e nunca tive nada com o Sr. Boanerges.
 P - Teve conhecimento que o Sr. Salim Costa Oliveira, denunciou o Sr. Boanerges, por ter tido relações sexuais com você?
 R - Soube, tudo é mentira do Sr. Salim.
 P - É verdade que o Sr. Salim surpreendeu o Sr. Boanerges espreitando-a quando você se abrigava sob a escuridão de uma mangueira?
 R - Não, eu estava aqui em baixo dessa mangueira e o Sr. Boanerges, lá junto ao depósito, o Sr. Salim veio e passaram a discutir dizendo que êle estava me esperando, porém tudo é mentira.
 P - O seu esposo encontra-se aqui na ilha?
 R - Sim, mas está na roça.
 P - Você nega que tenha estado com o Sr. Boanerges, como é que confirmou ao Sr. Nilo Veloso?
 R - Não é verdade, eu não disse nada ao Sr. Nilo Veloso.

As. Emir Queiroz Oliveira.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 10 de março de 1967

João Paulo Henrique Silva
 Secret. 11 P

VISTO		
Em	10	de 3 de 1967
<i>[Assinatura]</i>		
DIRETOR DO S. P. I.		

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO ÍNDIO ÂNGELO KAROVINA, REFERENTES AS DENÚNCIAS DO SR. SALIM COSTA OLIVEIRA:.

- P - É verdade que o Sr. Boanerges Fagundež Oliveira, tinha encontros com índias em sua casa?
- R - Não o Sr. Boanerges nunca esteve em minha casa com qualquer índia.
- P - Sabe informar se o Sr. Boanerges teve encontros com a índia Maria Karajá, em São Félix?
- R - Não sei informar.
- P - Sabe informar se o Sr. Boanerges vivia embriagado aqui na Ilha do Bananal ou em São Félix?
- R - Nunca encontrei o Sr. Boanerges embriagado.
- P - O Senhor Presenciou algum encontro do Sr. Boanerges com a índia Cuxixara?
- R - Não.
- P - Tem alguma declaração a fazer a respeito do procedimento do Sr. Boanerges?
- R - O Senhor Boanerges sempre tratou a todos muito bem, não sei o motivo dessas mentiras todas.

as. Emir Queiroz Oliveira.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 10 de maio de 1967
Guarany de Lencina Silva
 Recpt. 117

VISTO		
Em 10	de 3	de 1967
DIRETOR DO S. P. I.		

DECLARAÇÕES DO VAQUEIRO MANOEL GOMES DA SILVA.

Declara nunca ter visto o Sr. Boanerges Fagundez de Oliveira embriagado. Diz que certo dia o Sr. Boanerges promoveu uma marcação de gado do S.P.I. onde foram marcados perto de 1.000 cabeças e que durante os trabalhos o Sr. Boanerges comprou duas garrafas de ' aguardente para que o pessoal em número de oito pudessem trabalhar de vido as chuvas. As declarações acima citada foram confirmadas pelos Srs. José Adelson, Waldemar Lima e Francisco Tomaz dos Santos.

As. Emir Queiroz Oliveira.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 10 de março de 1967
Manoel Gomes da Silva
 PCCR. 117

VISTO		
Em	<u>10</u>	de <u>3</u> de <u>1967</u>
DIRETOR DO S. P. I.		

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELO SR. SALIM COSTA OLIVEIRA, NA ILHA DO BANANAL, A RESPEITO DE SUA DENÚNCIA CONTRA O SR. BOANERGES FAGUNDEZ OLIVEIRA.

P - São verdadeiras as acusações contidas em seu relatório, datado de 13/8/66, e encaminhado ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios?

R - Sim.

P - Então o Sr. afirma ter visto o Sr. Boanerges durante sua estada aqui na ilha do Bananal, completamente embriagado;?

R - Não, eu nunca vi o Sr. Boanerges embriagado aqui na ilha.

P - O Senhor acaba de declarar serem verdadeiras as suas denúncias?

R - A minha denuncia foi a de que ele vivia embriagado em São Félix.

P - Então o Sr. afirma ter visto o Sr. Boanerges embriagado em São Félix. ?

R - As informações foram prestadas pelos índios.

P - Quer dizer que o senhor nunca encontrou o Sr. Boanerges embriagado?

R - Não.

P - Os índios costumam beber sempre, ou foi somente com a presença do Sr. Boanerges?

R - Sempre os índios beberam, principalmente os mais jovens.

P - É verdade que sua empregada Marlene, fez escândalo com o Sr. Boanerges quando tomava banho?

R - Sim.

P - Poderia interrogar a sua empregada?

R - Ela não encontra-se morando digo Ela não mora mais na Ilha.

P - O Senhor presenciou o escândalo?

R - Não, encontrava-me em São Félix com minha esposa

P - Quer dizer que nem o Senhor nem sua esposa presenciaram o ocorrido;?

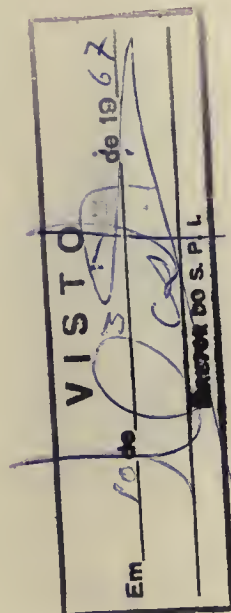
R - Não, o fato foi relatado pela Marlene.

P - Desejava interrogar a filha do servidor Victor do Nascimento?

R - Ela juntamente com sua família já não mora mais aqui.

P - O Senhor pode afirmar que o Sr. Boanerges estava espreitando uma índia que se abrigava na mangueira?

as. Emir Queiroz Oliveiras.



CONFERE COM O ORIGINAL
Em 10 de 1967
Queluz, 11/8/67
Emir Queiroz Oliveiras

5747
696

5736

- 5748
94
- 5739 -
- R - Tirei a conclusão.
- P - O que o Senhor fazia aquelas horas, naquele local?
- R - Fazia ronda noturna.
- P - Poderia informar que horas eram?
- R - Perto das 21 horas.
- P - Qual o motivo do Senhor tirar a conclusão ' de que os dois estavam de encontro marcado?
- R - O que poderia o Sr. Boanerges estar fazendo ali.
- P - As denúncias referentes a índia Maria Karajá, também foram colhidas por informações ' prestadas pelos índios?
- R - Sim.
- P - Quer dizer que o Senhor não presenciou nada?
- R - Nada.
- P - As denúncias apresentadas no relatório data do de 13 de agosto do ano passado, foram de sua autoria ?
- R - Eu assinei o relatório feito pelo Sr. Nilo' Veloso.

as. Emir Queiroz Oliveira.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 10 de março de 1967
Francisco de Assis Silva
Diretor 112

VISTO		
Em 10	de	3 de 1967
DIRETOR DO S. P.		

DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA SENHORA MARIA MENDES EX-ENFERMEIRA NA
ILHA DO BANANAL.

- P - É verdade que o Sr. Boanerges Fagundes Oli
veira, promoveu a sua substituição por ou-
tra enfermeira?
R - Sim, é verdade.
P - Sabe qual o motivo de sua substituição?
R - Não, ouvi dizer que a outra enfermeira ti-
nha um curso qualquer e eu não.
P - É verdade que o Senhor Boanerges, fez vá-
rios galhanteios a senhora?
R - Não, o Sr. Boanerges sempre me tratou com
respeito, nunca fez galhanteios. (Essas de-
clarações foram feitas na presença do Sr..
Waldemar Lima servidor do S.P.I.)

as. Emir Queiroz Oliveira.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 10 de março de 1967

Juan Carlos da Silva
Leet. 11

VISTO		
Em 10	de 3	de 1967
DIRETOR DO S. P. I.		

C Ó P I A

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Of/s/na

Brasília - DF

Em 5 de setembro de 1966

Do Coronel Hamilton de Oliveira Castro, Diretor do SPI
Ao Exmo. Snr. Severo Fagundes Gomes,
Assunto: Relatório (faz)

Senhor Ministro:

Na qualidade de Diretores de um órgão deste Ministério pedimos vênia para um relato franco e honesto, feito sem rebuscos, como a gravidade da situação está exigir.

O Serviço de Proteção aos Índios, se encontra em verdadeira situação de calamidade, sem condições para cumprir com suas obrigações e finalidades.

Com um quadro de funcionário diminuto, a maioria dos quais com vencimentos de baixo padrão, com uma verba assistencial muito aquém do necessário e sem dispor de Médicos, Dentistas e Sanitaristas, aliados ao fato de ainda existirem elementos desonestos nos vários setores do Serviço, esta o SPI carente de cuidados e atenções, para que possa sair do verdadeiro caos que se encontra.

Senhor Ministro. Não fantasio e nem exagero os fatos. O Índio brasileiro está morrendo a míngua. A fome, a doença, a falta de higiene e a ganância de maus brasileiros, está dezimando tribos inteiras. É deprimente e até vexatória a situação de nossos selvícolas. Salvo pequenas exceções, os postos indígenas se encontram na mais extrema miséria, onde a falta de alimentação adequada, a tuberculose, a gripe, o sarampo etc., minam a saúde dos aldeados; a bebida e a prostituição combalem a sua moral.

Tudo isso acrescido do fato de funcionários desleais que desviam as poucas verbas destinadas aos Postos e consomem aquilo que o selvícola produz. Os poderosos avançam nas férteis e ricas terras e o SPI pouco ou nada pode fazer por falta de recursos.

Ao assumir-mos a Direção do Serviço, encontramos dívidas num montante aproximada de DUEZENTOS E VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS, (CR\$ 220.000.000), com funcionários que recebem pela renda indígena com seus salários atrasados em 4,8,14, e até 18 meses. A situação era e ainda é embaraçosa.

Os fatos nos levaram a determinar a abertura de seis (6) inquéritos administrativos e tomar outras medidas saneadoras, com vistas a normalização do Serviço.

Como era de se prever, os corruptos e desonestos não ficaram contentes. A finalidade do SPI, para esse grupo, é para se beneficiarem com a verba e o produto indígena. Nada querem do índio a não ser os seus lucros.

Agrupados em torno de seus baixos propósitos, procuram dificultar, de todos os modos, a ação de um Serviço sadio. Agem sempre nas sombras e dificilmente serão apanhados. Na fachada não integres defensores do sevículas, mas, na verdade nada querem com eles. Sentem até repulsa quando se fala em "Proteger" o índio.

Esses elementos ainda infestam o SPI, num desafio a Revolução Redentora. São os responsáveis pelo péssimo conceito em que é tido o SPI, dentro e fora deste Ministério e que nos tem criado sérios obstáculos na conquista de algo que pudessemos empregar em proveito do índio. Esses poucos maus funcionários estão sobear regando os bons. A carga é muito pesada. É preciso que os ajudemos para que não sejam esmagados.

Enquanto se trava esta verdadeira guerra fria nos corregores do SPI, o índio perece.

Senhor Ministro, é necessário fazer algo. Será ato de humanidade. O índio não pode e nem deve continuar como pária neste território onde ele é o verdadeiro dono.

Não poderíamos assistir o drama que se desenrola no Serviço de Proteção aos Índios sem que viésse-mos, por dever de lealdade, dar conhecimento a V. Excia. solicitando medidas saneadoras.

Medidas desse quilate Senhor Ministro, deve ser objetivadas a curto prazo, porque não dizer, urgente, sem o que, no consoante ao órgão que dirigimos, estamos fadados ao fracasso irreparável, comprometendo desta forma, o próprio Ministério da Agricultura, a cuja frente V. Excia tem propósitos de administração pródicas e moralizadoras.

Certos de termos procedido com o mais alto dos propósitos, apresentamos os nossos protestos de estima e alta consideração.

ASS) Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO
DIRETOR-SPI

5944



LA-101- 0061 -67

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



57 53
B98

5742 1/EB

MA - 101

PROTOCOLADO SOB Nº 0061

04 janeiro 67

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Ofº nº 368

Em: 27/12/1966

Do: Presidente do C.N.P.I.

Ao: Ilustríssimo Senhor Diretor do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
MA - 4º and. - Espl. Ministerios - Bl.8 - Brasília, D.F.

Assunto: Voto de solidariedade (comunica)

Senhor Diretor

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios comunica a Vossa Senhoria que o Plenário do C.N.P.I., em sua 23ª Sessão, de 7/12/66, resolveu, por unanimidade, aprovar um voto de solidariedade total ao Diretor do S.P.I. pela maneira como vem atuando na direção desse órgão e para que perdure sua ação.

Nesta oportunidade subscrevo-me atenciosamente.

HELOISA ALBERTO TORRES

Presidente do C.N.P.I.

AMP

DR. AUGUSTO WALDRIGUES
DR. NOGUEMAR ALVES NOGUEIRA

Advogados

Rua José Loureiro, 133 - 1º andar - sala 1.708
CURITIBA - Fone: 4-9893 - PARANÁ

5749
5154
B9A

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

JOÃO GARCIA DE LIMA, brasileiro, desquitado, funcionário público federal, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, 5-A, do extinto SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, lotado, atualmente, no Escritório de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, onde é residente e domiciliado, por seu advogado e procurador, adiante assinado, "ut" instrumento de mandato incluso (doc. nº 1), nos autos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 78, de 22 de março de 1968, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, em cumprimento ao respeitável despacho de V. Exª., constante do ofício sem número, de 10 de abril do corrente ano, e nos termos do disposto no artigo 22, § 1º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), vem, com todo o acatamento, perante V. Exª., dentro no prazo legal, apresentar a sua

DEFESA

Por esta e melhor forma de direito

E. S. N.

PROVARÁ

a) - Preliminarmente

Veronica H. Quinn

5744
5455
B96

a) - Preliminarmente

1ª) - Que o defendente está indiciado no presente Processo Administrativo por ter sido acusado da prática dos seguintes ilícitos de ordem administrativa e criminal:

- a) assinar recibos graciosos, dando quitação de quantias vultosas segundo suas próprias declarações e não foram efetivamente recebidas (fls. 2.596, 2.403, 1.877 e 4.733);
- b) vender, irregularmente, 500 pinheiros no Posto Indígena "Xavier da Silva", de Londrina; com edital publicado na "Fôlha de Londrina", quando a coleta foi feita em Curitiba, dando ganho de causa à Serraria "Santa Tereza", de KANTOR & FRANCO LTDA., por preço de CR\$ 19.000, quando a Serraria Irerê, de IZIDRO MAXIMINO ofertou CR\$ 21.050, dentro das cláusulas do Edital: / Prejuízo a repor NCR\$ 1.025,00 (fls. 3.155 e 3.168);
- c) maus tratos aos índios e trabalhos em regime de escravo, em proveito próprio (fls. 1.720, 1.721);
- d) inutilizar documento público / qual seja o rasgar do recibo / gracioso que deu a JOSE FERNANDO DA CRUZ" (fls. 1.877, 2.403 e 2.404).

2ª) - Que nenhuma dessas acusações resultou provada nos presentes autos, eis que, ou são graciosas ou foram feitas por vingança pessoal ou, ainda, por pessoas / irresponsáveis, que jamais conseguirão provar sua atitude;

3ª) - Que o defendente é funcionário público federal há quase vinte e seis (26) anos, tendo prestado serviço, inclusive, ao Exército Nacional, por mais de cinco (5) anos;

4ª) - Que nunca foi envolvido em qualquer processo, quer de ordem administrativa, quer de ordem civil ou criminal;

5ª) - Que o defendente protesta, preliminarmente, pela sua total e absoluta INOCÊNCIA, desafiando aos seus acusadores e detratores que PROVEM documental ou testemunhalmente, as suas acusações, sob pena de serem processados criminalmente, na forma da legislação vigente.

Question the Name

vigente;

6º) - Que, além dos serviços públicos prestados, o defendente serviu, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, em zona de guerra, durante o último conflito mundial;

7º) - Que, finalmente, no uso da prerrogativa constitucional do DIPEITO DE DEFESA, o defendente, / provará que é inocente e não cometeu os delitos de que foi acusado, frente ao extinto Serviço de Proteção aos Índios;

8º) - Que, data venia maxima, quer salientar, desde logo, que tudo quanto consta do presente Processo Administrativo, relativamente ao acusado, não passa de intrigas oriundas da covardia e baixeza de certos elementos, que, por falta de coragem e ombridade, valendo-se da atual situação pro que passa a instituição a que pertencem, não vacilaram em caluniar e derramar o veneno corrosivo de sua falta de caráter, contra funcionários inocentes, honestos e cumpridores dos seus deveres, como é o caso do defendete.

b) - No Mérito

Quanto à assinatura de RECIBOS GRA - CIOSOS, como consta dos autos, desde que efetivamente GRACIOSOS, é evidente que não constitui crime de espécie alguma, e isso porque não havendo recibo a importância constante do mesmo recibo, digo, porque não havendo recebido a importância constante do mesmo, tal documento ficou sem valor algum, e o defendente, sem qualquer obrigação de restituir essa quantia ou dela prestar contas.

Daí o direito indiscutível do defendente de inutilizar tal recibo, que não era documento público e não tinha, assim, valor de espécie alguma.

Improcedente, por outro lado, a acusação de haver o defendente se apropriado violentamente de tal recibo, que, como disse, não tinha valor algum, uma vez que, como prova a inclusa "DECLARAÇÃO" firmada por JOSÉ FERNANDO DA CURZ, então Chefe da Inspetoria, na qual afirma que todas as vias do recibo, em número de cinco, me foram devolvidas pelo referido funcionário (doc. nº 2).

Em tais condições, havendo passado o recibo, mas NÃO TENDO RECIBIDO A IMPORTÂNCIA ao mesmo correspondente, é claro que o aludido documento não poderia ficar

Wm. H. Jones

ficar em poder da repartição e, muito menos, ser contabilizado. Só então, se isso tivesse ocorrido, haveria qualquer responsabilidade por parte do defendente, ao inutilizar um documento público, de caráter contábil.

Mas, o que é curioso é que o defendente é acusado de uma irregularidade administrativa e funcional dessa natureza, quando é o próprio processo (fls. / 1.877, 2403 e 2.596) quem afirma o defendente **RASGOU RECIBO GRACIOSO**.

Ora, se o recibo era gracioso, qual o delito cometido pelo defendente ao rasgá-lo eu inutilizá-lo? Por que, ao invés disso, não se diz que o defendente recebeu irregularmente a quantia constante do recibo e não prestou conta, como era de seu dever?

Mas, onde as provas disso?

Muito ao contrário, existe prova de que o defendente não recebeu a importância de tal recibo e, em consequência, NADA DEVE À INSPECTORIA REGIONAL, em decorrência do mencionado recibo ou em virtude de qualquer outro ato (doc. nº 3).

Aliás, esse documento consta dos autos do Processo, razão por que, tanto mais estranho parece, data venia, venha essa douta Comissão inquirir o defendente a respeito de tal assunto, ou imputar-lhe uma falta que não cometeu e a respeito da qual já existe prova em contrário, nos autos.

QUANTO À VENDA DE PINHEIROS

Absurda e verdadeiramente tórpe a acusação de haver o defendente VENDIDO pinheiros de propriedade dos índios, em Londrina. Absurda, tórpe e deslavada a acusação nesse sentido.

Eis a verdade dos fatos:

A venda dos pinheiros foi feita por concorrência pública e teve seu início no seguinte ato do então Chefe da Inspetoria Regional do SPI, em Curitiba:

"**ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 11**

"**O Chefe da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,**

RESOLVE designar os Agentes de Pro-

W. J. Rogers

Agentes de Proteção aos Índios -
ALAN CARDEC MARTINS PEDROSA e JOÃO
GARCIA DE LIMA, para, sob a pre-
sidência de PHELIPPE AUGUSTO DA
CÂMARA BRASIL, constituírem a Co-
missão de Coleta de Preços, para
a venda de 500 (quinhentos) pi-
nheiros do Patrimônio Indígena, d
da área do POIND "Dr. Xavier da
Silva", situado no Distrito de /
Tamarana, Município de Londrina,
Estado do Paraná.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Curitiba, 28 de maio de 1965.

(as.) ALÍSIO DE CARVALHO
Chefe da Inspetoria".

Tendo em vista que o documento su-
pra se encontra na Inspetoria Regional do SPI, em Pôrto Ale-
gre, o defendente não pôde - dada a carência de tempo - ob-
ter cópia ou certidão, motivo por que, na forma da lei, re-
quer, com todo o acamamento, digo, acatamento, se digne V. /
Exa. requisitar uma cópia da mesmo, para ser juntada aos au-
tos dêste Processo.

Do exposto, se verifica que a venda
dos pinheiros foi autorizada pelo Chefe da 7ª Inspetoria Re-
gional, com sede em Curitiba.

Para tanto, foi constituída uma Comis-
são de tomada de preços, sob a presidência do funcionário
PHELIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL. O defendente apenas par-
ticipou da referida Comissão, como um dos seus membros. Logo,
não poderia ter vendido - por sua própria conta - os pinheiros
que estavam em concorrência pública.

Muito menos, datissima venia, pode
ser responsabilizado por um ato que partiu de autoridade /
superior e foi, em última análise, posto em prática por uma
Comissão composta de três pessoas.

Embora o defendente não esteja auto-
rizado a fazer a defesa da Comissão, mas em sua defesa pró-
pria, pede licença para transcrever o inteiro teor da ata da
Comissão que promoveu a venda dos mencionados pinheiros:

"Aos nove dias do mês de junho do

James D. Power

junho do ano de 1965, na sede do POIND "Dr. Xavier da Silva", no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, Estado do Paraná, presentes os Agentes de Proteção aos Índios, PHELIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, ALAN CARDEC PEDR, digo MARTINS PEDROSA e JOÃO GARCIA DE LIMA, e ainda os representantes de diversas firmas concorrentes à Coleta de Preços efetuada por esta Inspetoria para a venda de 500 (quinhentos) pinheiros da referida área indígena foi procedida à abertura das / propostas da Serraria "Irerê" preço CR\$ 21.050 (vinte e um mil cruzeiros e cinconeta cruzeiros) por pinheiro; demais condições as da carta / convite. Proposta da Serraria Companhia Guarauna de Madeiras: preço CR\$ 14.000 (catorze mil cruzeiros) por pinheiro: condições de pagamento 50% no ato e o restante em dois / pagamentos iguais e vencidos de seis (6) em seis (6) meses, / sendo o prazo do primeiro no pagamento contado trinta (30) dias - após a assinatura do contrato; quantidade de pinheiros: 1.000 (mil) pinheiros; prazo para mais um ano, a partir da assinatura do contrato; demais condições as da carta convite. Serraria Santa Tereza: Preço CR\$... 19.000 (dezenove mil cruzeiros) por pinheiro condições de pagamento: à vista; aceitas as demais condições da carta convite. E, para constar, eu ALAN CARDEC MARTINS PEDROSA, Agente de Proteção aos Índios, do Quadro de Pessoal-Parte Permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Índios e com exercício na supracitada Inspetoria, lavre a presente Ata que

W. H. H. H. H. H.

5749
5160
B9A

Ata que vai assinada por mim e pelas demais pessoas presentes. POIND "Dr. Xavier da Silva", 9 de junho de 1965 (seguem-se as assinaturas)".

In casu, o defendente participou de uma Comissão designada por autoridade superior e tomou parte nos trabalhos da mesma, no que concerne à venda, por concorrência pública, dos pinheiros em questão.

Quem HOMOLOGOU a referida venda não foi a Comissão, mas o então Chefe da Inspetoria Regional em Curitiba. O defendente não recebeu dinheiro, não teve, / nem poderia ter qualquer interesse excuso no negócio, não serviu de intermediário e, como funcionário do SPI não poderia / deixar de cumprir uma determinação superior.

Foi o que aconteceu.

Como então responsabilizar o defendente por esse negócio? Foi ele lícito ou ilícito? Não cabia ao defendente indagar disso. Onde estão as provas de haver o defendente recebido dinheiro dessa venda?

Onde o seu crime? Por que há de o defendente repor a importância de NCr\$ 1.025,00 ? Qual a lei que o obriga a isso?

Desde quando o funcionário subalterno é responsável pelos atos praticados por seus superiores?

Considerando que as demais provas, a respeito do negócio, estão em poder da Inspetoria de Porto Alegre, bem assim, da "Serraria Santa Tereza", de KANTOR & FRANCO LTDA. (Av. Paraná, nº 1.086, Fone: 834) LONDRINA, Paraná, o defendente requer, com devido acatamento, se digne V. Ex^a. mandar que sejam requisitadas cópias ou certidões das mesmas, bem assim, da "FÔLHA DE LONDRINA", que publicou os Editais, para ficarem fazendo prova dos autos, e, além disso, ratificarem o que aqui fica dito, a respeito do assunto.

QUANTO A MAUS TRATOS AOS ÍNDIOS

Destituída de qualquer fundamento é o depoimento de SAMUEL BRASIL, ao acusar do defendente da prática de maus tratos aos índios, bem assim, de que o defendente escravizou silvícolas, obrigando-os a trabalhar para si.

Mentirosa e infundada tal acusa-

James J. Donnan

5750
5761
GA

tal acusação porque tal depoente JAMAIS, em época alguma, esteve no Pôsto Indígena "José Maria de Paula", situado em Guarapuava, durante o tempo em que o defendente chefiou referido Pôsto.

É lamentável, Sr. Presidente, além de doloroso, que um colega de serviço se tenha prestado a um ato de tamanha falta de caráter e de vergonha.

Todavia, mais alto do que a mentira de um irresponsável, como SAMUEL BRASIL, falam autoridades e pessoas honestas e de bom-senso.

"A mentira tem pernas curtas" - dí-lo a sabedoria popular.

E, para desmacarar a mentira de um indivíduo dessa extirpe, vai aqui a palavra autorizada e honesta do Dr. ÉRICO BORGES, atual Juiz de Direito da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina (doc. nº 4).

Além disso, vem em favor da idoneidade do defendente, a palavra espontânea, verdadeira e incontestável do Revmo. Pe. JOÃO ADOLFO BARENDRE, ilustre Vigário Cooperador de Guarapuava (doc. nº 5), quem retraça de maneira franca e concreta a atuação do defendente, quando exerceu o cargo de Chefe do Pôsto Indígena daquela cidade.

O resto - data venia maxima - eminente Presidente e demais membros da douta Comissão de Inquérito, tudo quanto disse aquele depoente é falso, mentiroso e carente de provas de qualquer espécie.

Eis, em síntese, eminentes Membros da Comissão de Inquérito, a verdade, tãda a verdade, a respeito dos fatos que levaram essa douta Comissão a indiciar o defendente no Processo Administrativo sob a vossa esclarecida, digna e honrada responsabilidade.

Actori incumbit onus probandi - diz o vetusto brocardo latino, seguido pelo Direito pátrio.

E isso não foi feito pelos meus acusadores gratuitos e irresponsáveis. Logo, as suas declarações são destituídas de todo e qualquer valor brobante.

A verdade, embora tarde, aparece. E diante da verdade, caem por terra a mentira, a falsidade, a calúnia e a vontade de incriminar pessoas honestas.

Norma D. Rogers

honestas.

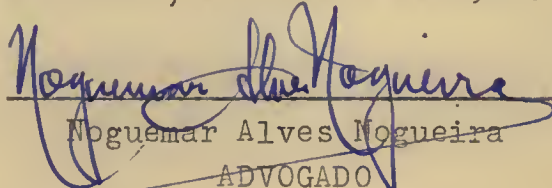
Assim, não têm fundamento e são falsas e inverídicas as acusações de Samuel Brasil, segundo as quais o acusado fazia trocas de índios e os maltratava, pois as roças que eles faziam era para eles e não para o defendente. Mesmo porque referido depoente nunca esteve no Pôsto.

À vista do exposto, o defendente espera que V. Ex^a., Sr. Presidente, se digne mandar EXCLUIR o seu nome do rol constante dêste Processo Administrativo. Pede e espera que V. Ex^a. haja por bem assim proceder, porque o defendente não cometeu nenhuma irregularidade, nem participou / de qualquer delito civil, administrativo ou penal. Funcionário público federal, com mais de vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício, chefe de família numerosa, pois é pai de sete (7) filhos quase todos menores, homem pobre que nada tem de seu, a não ser uma parte ideal de uma pequena casa em Curitiba, o acusado espera e confia na inteireza dessa douta Comissão e na clarividência de V. Ex^a. que seu nome será riscado do rol dos acusados no presente Processo e declarada a sua total inocência, por ser de justiça.

Protestando pela produção de todo o gênero de provas em direito admitidas, tais como, ouvida das testemunhas do rol abaixo, juntada de documentos, realização de perícias, vistorias e arbitramentos,

P. deferimento.

Curitiba, 6 de maio de 1968.


Nogueira Alves Nogueira
ADVOGADO

ROL DE TESTEMUNHAS

1. PADRE JOÃO ADOLFO BARENDSE - Vigário de Guarapuava;
2. JORGE SAADE - Pouzinho, Município de Guarapuava;
3. HUGO BOCK - Gerente da Usina Elétrica de Londrina S/A;
4. DINARTE MARTINS DE LARA - Rua Lassalle, Xanxerê, SC.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, eu, JOÃO GARCIA DE LIMA, adiante assinado, funcionário público federal, residente e domiciliado à Rua Nunes Machado, nº 1.676, em Curitiba, Capital do Estado do Paraná., nomeio(amos) e constituo(imos), em conjunto ou separadamente, sem obedecer à ordem de colocação de seus nomes, meus (nossos) bastantes procuradores os Drs. NOGUEMAR ALVES NOGUEIRA e AUGUSTO WALDRIGUES, brasileiros, casados, advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, respectivamente, sob os números 3.320 e 2.926, com escritório à Rua José Loureiro, 133 - 1.º andar - salas, 101/2 fone, 4-6715, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, a quem confiro(imos) amplos, gerais e ilimitados poderes, inclusive os constantes da cláusula "ad juditia", para o fôro em geral e, especialmente, para promoverem minha defesa no Processo Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 78/68, de 22 de março de 1968, do Sr. Ministro do Interior, bem como, em todo e qualquer processo, inclusive, criminal, decorrente do referido Processo Administrativo, e mais os poderes necessários para confessar, desistir, reconvir, firmar compromisso, receber e dar quitação, passar recibo, apelar e recorrer, transigir e substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Curitiba, 3 de maio de 1968

João Garcia de Lima
(João Garcia de Lima)

2.º Tabelião

J. A. Guimarães

Heitor Namato J.º

Cf. Maior

Elô Mainguê

Esc. Aut.º

do que dou fé.

Ctba.,

Em test.º "

Rua Mal. Deodoro, 126

sobreloja - Fone 4-6977

Curitiba - Paraná

6, 5, 1, 8

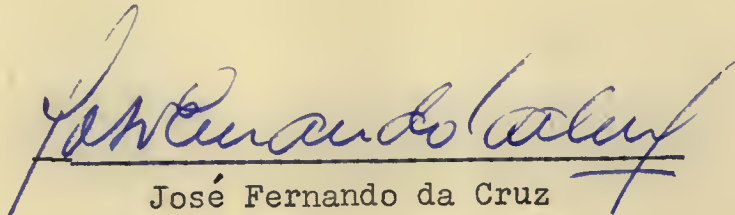
D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, para os devidos fins e efeitos legais, a quem interessar possa, que o Sr. João Garcia de Lima, jamais recebeu da Chefia da 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, na gestão do signatário da presente presente, quaisquer importância para aplicação em Postos indígenas da jurisdição da supracitada Inspeção.

A presente declaração, me foi pela pessoa do Sr. João Garcia de Lima, com referência a importância de Cr\$7.108.228 (SETE MILHÕES, CENTO E OITO MIL, DUZENTOS E VINTE OITO CRUZEIROS ANTIGOS), recibo esse que efetivamente fora assinado pelo aludido funcionário, não /// obstante não lhe foi entregue, uma vez que a Chefia da Inspeção, não recebeu como esperava suprimento da Diretoria, motivo porque lhe foi // devolvido todas as vias do recibo, em número de cinco.

Por ser verdade, dato e assino a presente declaração, para que surta seus efeitos legais.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1968


José Fernando da Cruz

10.º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO
MARQUES
Tabelião Vitalício
José Paulo da Rocha Marques
Rachel Mendry
Cléia Soares de Oliveira
escreventes juramentados
Galeria Tijuca, 9
Curitiba - Paraná

Reconheço verdadeira a assinatura

José Fernando da Cruz

do que dou fé

Curitiba, 04 de maio de 19 68

Em testº [assinatura] da verdade.



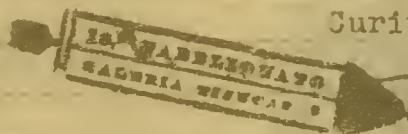
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Doc. nº 3

57-54
5765
B216

Proc. IR7-611/66

Cumprindo determinação constante do Processo IR7/644 de 11 de julho de 1.966, certifico a quem interessar possa, que o Agente de Proteção aos Índios 5(P 1802-5-A), JOÃO GARCIA DE LIMA, localizado e com exercício no Posto Indígena "Dr. XAVIER DA SILVA", situado no município de Londrina, Estado do Paraná, e a seu próprio pedido em requerimento exarado em 8 de julho do ano pretérito, nada constar na contabilidade desta Regional, e importância de R\$ 7.108.228 (SETE MILHÕES, CENTO E OITO MIL, DUZENTOS E VINTE E OITO CRUZEIROS), que tenha recebido como "SUPRIMENTO" à conta de Recursos Próprios (Renda Indígena), para aplicação no Posto em epígrafe.



Curitiba, IR7-SPI, em

1 de 1967

Elias Gonçalves da Costa
Elias Gonçalves da Costa
Encarregado da Contabilidade.-

Elias Gonçalves da Costa
Rachid Ben da
Rachid Ben da
Assistente Administrativo

1º OFÍCIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO MARQUES
TAREIRO
Curitiba - Pr.

JOSE BENTO MARQUES
10.º TABELIAO

A presente fotocópia é reprodução
fidel do documento apresentado neste
cartório, em data

Castro, 6/11/1967.
Rachely Mendry
Esc. J. J.

10.º OFICIO DE NOTAS
JOSÉ BENTO MARQUES
TABELIAO VITALICIO
JOSÉ PAULO DA ROCHA MARQUES
ESCRIVENTE JURAMENTADO
GALERIA TIJUCAS 2
CURITIBA - PARANA

Kauêrê, 04 de Maio de 1968

Exmos. Srs. Presidentes e demais membros da Comissão de Inquérito Administrativo (Port. 78/68, do Exmo. Sr. Ministro do Interior

GUANABRA - RJ.

Prezados Senhores:

A pedido do Sr. João Garcia de Lima, agente nível B-D, do Extinto Serviço de Proteção ao Índio, na qualidade de Juiz Substituto, no exercício de Juiz de Direito da Comarca de Kauêrê, Estado de Santa Catarina, cuja Comarca existia o Pôsto - Índigena Dr. Benistene de Campos, cujo funcionário acima, exerceu suas funções pelo espaço de aproximadamente 90 dias, vem a presença de Vv. Excias. informar:-

Que tão logo assumi o exercício de minhas funções nesta Comarca, fui procurado pelo funcionário João Garcia de Lima, de que naquele Pôsto, proprietários de bares e boategas estavam fornecendo bebidas alcoólicas aos índigenas ali radicados, e solicitei-lui para mim mesmo verificar a contravenção, razões que comuniquei, através de carta, e pelo emissora local, a presença de todos os proprietários de bares a comparecerem naquele Pôsto dia e hora marcada, onde também compareci e a presença unânime daqueles proprietários de aproximadamente 1.000 índios, solicitava - que os senhores donos de bares não mais fornecessem bebidas alcoólicas a índios, sobre qualquer pretexto, responsabilizando-os pela infração.

Daquela data em diante, qualquer transgressão, tanto de índio, como de mestiço ou branco, o funcionário encarregado do Pôsto, imediatamente trazia ao conhecimento deste Juízo.

Por essas razões posso informar a V. Excias. de que aquele funcionário, durante o tempo que permaneceu à frente do Pôsto, sempre foi zeloso pelo serviço a que estava incumbido, bem como, sempre procurou à atender as necessidades que o cargo exigia, com relação ao cuidado, tanto da área que lhe era confiada, como aos interesses da classe indígena.

Que, durante este tempo que aqui permaneceu, e que este Juízo estava no exercício, nada chegou ao meu conhecimento, de que o referido funcionário desabonasse sua conduta, tanto de cidadão, como de funcionário do Pôsto.

Cordialmente saúdo




1.º Tabelionato

Dr. Arico Lopes - Juiz de Direito.

1.º TABELIONATO
Rua Cel. Passos Maia, 197
Fone. 272 - XANXERÊ - S. C.

~~Fone, 272 - XANXER: - S. C.~~

~~Fone, 272 - XANXER: - S. C.~~

Recibo(s) unifirma(s) ret Indica-
da(s) com a seta  1  llonato 
de uso deste Tabenonato.

Em test.º *168* da verdade.

Xanxerê, 04 de abril de 1968.
Honório p. 1 Portugal



Declaração

Declaro, para os devidos fins e efeitos legais, a quem interessar possa, que o sr. João Garcia de Lima, quando chefiou o Posto Indígena "José Maria de Paula", neste município, foi um bom administrador durante os quatro anos (1959 até inclusive 1962) que o conheci, que deu sempre a devida assistência e atendimento aos indígenas do Posto que chefiava e aos índios que por ventura chegavam de outros Postos. Houve sempre no Posto uma ordem extraordinária; com trabalhos em conjunto, rigorosa proibição de uso de bebidas alcoólicas, o que favoreceu um aspecto de bem estar no referido Posto. O Sr. João Garcia de Lima é pessoa querida por todos que o conhecem neste município, principalmente aos índios, posso afirmar a presente, porque tive oportunidade de verificar por muitas vezes quando lá estive.

Por ser verdade, dato e assino a presente declaração, para que surta seus efeitos legais.

Quarapuava, 3 de maio de 1968

Pe. João Adolfo Barendse

Vig. Cooperador

Casa paróquial de Sant'Ana

C.P. 199

Quarapuava Pr.

Reconheço verdadeira a firma supra
de Pe. João Adolfo Barendse
que dou fé.

Distrito Tur.

Quarapuava, 3 de maio de 1968

Oné Lopes Sobrinho
Nº LOPES SOBRINHO
Tabelião Inteiro



Exmo. Sr. Presidente da Comissão do Processo Administrativo Sobre Irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

LUIZ DE FRANÇA PEREIRA

DE ARAÚJO, funcionário público federal (contador, nível 22), brasileiro, casado, por seu advogado e bastante procurador, citado que foi para responder ao Processo Administrativo em epígrafe, pede vênia para apresentar, em anexo, d e f e s a às imputações que no mesmo lhe são formuladas, certo de que responde a tudo quanto se trouxe contra, do ponto de vista disciplinar e criminal, a longa atividade funcional do defendente, votada sempre aos superiores interesses da Administração e ao respeito à hierarquia.

R E Q U E R, pois, a juntada das presentes razões, com seus documentos, protestando, desde já, pela apresentação de novos, assim como por todos os gêneros de prova em direito permitidos, ex-vi do artigo 103, II, da Constituição do Brasil.

P. Deferimento.

Rio, 5 de maio de 1968.

Rildo T. Souto Maior

RILDO T. SOUTO MAIOR

Advogado - Inscrição 41 B

Rua Senador Dantas, 117

Conjunto 1.623 — Tel. 22-9598

Ilustrada Comissão!

A série de acusações trazidas contra o defendente após a instrução do presente processo administrativo parece buscar o enquadramento de sua conduta em limites compatíveis com as mais sérias sanções. O presente processo, sem dúvida, no que se refere ao defendente, extravasa, pela simples enunciação das imputações, a área tida stricto sensu como disciplinar, caracterizando efetivamente um processo administrativo criminal.

Esse fato traz implicações de grande importância para o próprio procedimento mandado instaurar pela Administração Pública; e, do mesmo modo, para as partes que processualmente nêle se defrontam.

É preciso encarar, antes de tudo, e acentuar, o caráter de parte, da Administração, no processo administrativo onde, segundo HERNÁNDEZ CORUJO, ela comparece "não como Poder, que corresponde ao Estado, mas como gestora dos interesses públicos", ressaltando-se, porém, que essa intervenção tem duplo caráter, pois a Administração aqui comparece também como órgão de decisão. (Cfr. PROCEDIMIENTOS ADMINISTRATIVOS, La Habana, 1955, pág. 13).

No Estado-de-direito o processo administrativo, sobretudo o processo administrativo criminal, existe para conter a discricionariedade da Administração nos limites da lei e dos princípios gerais de direito. Comparecendo como parte, ainda que igualmente como centro decisor, não pode o interesse da Administração prevalecer solitário do próprio limite que lhe impõe a legalidade.

Por isso que VILLAR Y ROMERO precisa a finalidade do processo jurídico administrativo nestes termos: "obter uma decisão concreta da Administração que individualize uma norma jurídica ou declare, reconheça ou proteja um direito, cuja afirmação se pede, quer pela pessoa interessada, quer pela própria Administração" (in Derecho Procesal Administrativo, pág. 16).

Ingressando, como o faz o presente processo em pleno regime constitucional, na faixa da imputação de atos criminosos ao defendente, forçosamente há de se informar, quanto a estes, nos princípios do direito penal, notadamente a irrefragabilidade da conduta típica — vislumbrada desde FEUERBACH com a sentença "nullum

crimen, nulla poena sine previa lege — a fôrça da coisa julgada administrativa, o non bis in idem e a prescrição.

Dêste modo, tenha-se em conta in casu a magistral síntese de J. CRETELLA JR. avaliando os efeitos da coisa julgada administrativa no direito brasileiro; e ainda mais porque, em muitas das acusações aqui trazidas, plasma-se em cheio a exceção, como se verá na defesa ao pé de cada item, a seguir.

Com efeito, diz o mestre paulista:

"... a contrario sensu configuram de maneira inequívoca exemplos de coisa julgada administrativa os atos que geram situações jurídicas individuais ; - nos casos de absolvição em processo administrativo, a decisão final, verdadeira sentença, configura também a coisa julgada administrativa...; - instaurado processo administrativo contra funcionário e chegando os trabalhos, regularmente, até o fim, prevalece para todos os efeitos a sentença administrativa e, transitada em julgado, não sofre influência alguma do que se apurou no juízo criminal, quando, neste, a absolvição se deu por ineficiência ou deficiência de provas; - constituem, enfim, categoria inatacável, na órbita administrativa, os atos atingidos pela prescrição e cujo prazo de decadência, na esfera judicial, já se extinguiu, pelo menos nos países onde existe o contrôlle judicial dos atos administrativos" (in DIREITO ADMINISTRATIVO DO BRASIL, vol. V, páginas 201/202).

A MATÉRIA DA ACUSAÇÃO

Item 1 - Deixou, por desídia, de remeter a prestação de contas de 1966, da Renda Indígena (fô-lhas 1.545).

5771/898

3 57-60

A Renda do Patrimônio Indígena foi definida pela Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, através do Parecer nº 842/64, de 6 de outubro, como "sendo a soma de todos os bens e econômicos ou valores monetários, que o SPI, na sua posição tutelar, a crescenta à riqueza indígena anterior e mantém à sua disposição, em determinado período econômico, para a satisfação das necessidades de seus tutelados".

Há peculiaridades, portanto, que lhe são inerentes. A ela não se pode aplicar excessivo rigor burocrático, que afetaria irreparavelmente sua finalidade institucional. Da mesma forma, a comprovação das despesas não se comporta nos angustos prazos da contabilidade pública, ordinariamente deferidos aos aplicadores de verbas consignadas na Lei de Meios.

Isto porque, mesmo na manipulação dos recursos orçamentários, tinha o SPI — como atualmente continua tendo — tra-
tamento especial, que se traduz pela dilatação de prazos ordinariamente concedidos aos demais órgãos da Administração.

O Decreto-lei nº 2.483, de 14 de setembro de 1940, que dispõe "sobre a aplicação dos créditos concedidos ao Serviço de Proteção aos Índios", diz:

"Art. 2º ...

§ 1º. A comprovação do adiantamento se
rá feita, no máximo, dentro de nove
meses a partir do dia em que tiver si
do recebido".

Especificamente quanto à prestação de contas de 1966, da Renda Indígena, cumpre esclarecer que incidem sobre o alegado retardamento dois motivos de força maior, capazes de justificar à sociedade a conduta que se pretende imputar ao servidor.

Primeiro, porque o mesmo esteve afastado do ser
viço, por 60 dias, no período de 17 de abril a 15 de junho de 1967, pa
ra tratamento de saúde, uma vez que foi vítima de um acidente automobilístico na estrada Anápolis-Goiânia (doc. nº 1).

Segundo, porque no dia imediato ao término da referida licença, isto é, 16 de junho, sobreveio o fato do sinistro no Edifício-séde do Ministério da Agricultura, em Brasília, onde funcionava o SPI.

O incêndio, como é notório, destruiu todo o patrimônio documental dos órgãos instalados no referido prédio.

A desídia, como elemento subjetivo do comporta-

mento funcional do acusado, não pode, portanto, ser configurada in casu, ante os fatores impeditentes supramencionados que, além de negar suporte à imputação, elidem inteiramente a responsabilidade do funcionário. O simples descumprimento da norma administrativa, sem a presença do componente volitivo, não constitui infração punível.

Item 2 - Recebeu e movimentou o adiantamento feito pelo Fundo Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, mas não sabia a importância exata (fls. 1.584).

O resumo incriminatório deste item traduz apenas uma eventual desinformação, o que não corresponde, necessariamente, à ignorância dos fatos integrantes da gestão financeira.

O defendente, ao depor perante a Comissão de Inquérito — submetido a uma natural tensão nervosa — não conseguiu memorizar o quantum dos adiantamentos recebidos do referido Fundo.

É certo, no entanto, que encaminhou "à Diretoria da Despesa Pública" as "prestações de contas relativas a todos os adiantamentos que lhe foram entregues através do Ministério da Agricultura", conforme atesta o Chefe da Seção de Fiscalização da Divisão do Orçamento do referido Ministério.

Por isso que o defendente "goza de bom conceito, quer em relação à sua conduta funcional, quer no que diz respeito à sua competência profissional". Não estranha que tenha demonstrado "particular capacidade e extrema dedicação" nas tarefas que lhe foram atribuídas, para usar expressões do próprio Inspetor Geral de Finanças do Ministério da Agricultura que, com toda a sua autoridade, conclui ressaltando a "conduta exemplar" e uniforme do funcionário (docs. nºs 3-A, 3-B e 3-C).

Diante disto, não atinamos como possa ser falto so quem, por mero lapso de memória, deixou de recitar cifras, datas e outras peculiaridades que aguçavam a curiosidade de seus eventuais inquisidores.

Item 3 - Conivente na venda irregular de 150,000 dormentes no Posto Guarita (fls. 1.608 a 1.624, 910).

Fala-se em venda irregular. Portanto, a venda é o pressuposto necessário da apontada irregularidade. Todavia, como ficou exaustivamente apurado em Inquérito Policial-Militar (IPM), instaurado em 1964, tal venda não chegou a se realizar: efetivamente não houve alienação.

Ora, se o fato gerador da irregularidade inexistente, é óbvio que esta sucumbe como modalidade de procedimento írrito.

Por igual, é impróprio relacionar no plano objetivo, o acusado — membro integrante de uma Comissão especialmente designada para apreciar a possibilidade da venda de dormentes no Pôsto Guarita — com as conclusões tomadas pelo colegiado, expressão do pensamento da maioria, e não necessariamente da unanimidade de seus membros. Não cabia ao defendente sequer a responsabilidade de presidir o grupo. Para fixar a convivência, seria imprescindível remontar aos debates que precederam a recomendação da venda; saber a posição assumida por cada um dos partícipes; identificar os que resistiram, desaconselharam, ou até mesmo protestaram contra a alienação.

Aliás, nenhum poder decisório foi delegado à referida Comissão. Tampouco suas conclusões vincularam, de forma cogente, o Diretor Geral do SPI, único capaz de decidir sobre a conveniência e oportunidade da venda.

Mesmo os aspectos de legalidade fugiam à competência do grupo, limitada à fixação do quadro fático que encontrasse.

A matéria foi amplamente examinada pela Comissão de Inquérito designada ao tempo da gestão do Gal. J. Luiz Guedes no SPI. E é exatamente esse ilustre General que, referindo-se ao defendente, afirma nunca ter tido "a menor dúvida sobre a sua integridade moral". Além de se prontificar a depor, refere mais:

"Sobre o caso do PI Guarita, devo esclarecer que o sr. Gail fez uma sindicância, que foi, depois, transformada em inquérito, constituída a meu pedido por elementos estranhos ao SPI (nomeada pelo sr. Ministro da Agricultura). Essa Comissão concluiu pela inexistência de crime e a solução foi dada pelo Ministro. Os autos devem estar arquivados no M.A. (aqui, ou em Brasília)..." (doc. nº 4).

Reabrir agora a questão, sem a superveniência de qualquer fato novo, é mais que um bis in idem, desde que há uma decisão anterior da Administração, beneficiando o defendente.

Por maior desvalor que se possa atribuir àquela Comissão de Inquérito, integrada por elementos estranhos ao SPI e designada pelo próprio Ministro da Agricultura; e, do mesmo modo, ao In

quérito Policial-Militar, de nítida inspiração revolucionária; esbarra o precedente procedimento com dois irremovíveis impedientes: a res iudicata e a prescrição.

E assim porque "nos casos de absolvição em processo administrativo, a decisão final, verdadeira sentença, configura também a coisa julgada administrativa" (autor e obra cit., fls. 2 da presente defesa). Em verdade, acentua BILAC PINTO, a restauração de processo definitivamente julgado para nêle proferir despacho contraditório com o anterior, atenta contra a estabilidade das decisões administrativas de caráter jurisdicional e é inválida e ineficaz" (in Estudos de Direito Público, pág. 309).

Quanto à prescrição, é de se ressaltar que, não constituindo a conduta que se pretende atribuir ao acusado um dos tipos descritos pela lei penal, se falta dela adviesse, estaria prescrita nos exatos termos do inciso I do art. 213 da Lei 1.711/52.

Item 4 - Conivente no empréstimo de dinheiro público por vales (fls. 1.539, 4.057, 4.058 e 1.527).

Os vales referidos integram o sistema legal de manipulação de recursos do SPI, tanto orçamentários como da Renda Indígena. Com efeito, dispõe o Decreto-lei nº 2.583/40:

"Art. 2º - ...

§ 3º - Os documentos comprobatórios de despesas serão válidos, desde que estejam assinados por autoridade competente, **DISPENSADAS QUAISQUER OUTRAS EXIGÊNCIAS.**

§ 4º - Serão considerados legais, quando impraticável a obtenção de documentos regulares, as despesas de imediato pagamento e de natureza urgente, feitas por qualquer serventuário, devidamente autorizado pelo SPI, bem como as referentes à recepção, transporte, hospedagem, alimentação e auxílio aos índios, em espécie ou em dinheiro, desde que a respectiva demonstração seja assinada pelo encarregado do Serviço e visada pela autoridade superior".

Não se pode visualizar no procedimento imputado, cuja base legal é inquestionável, o caráter privado de favorecimento, por contrato verbal mútuo. A entrega de certas quantias a funcionários do SPI, mediante vales, SEMPRE AUTORIZADOS PELO DIRETOR GERAL, visava a habilitá-los financeiramente aos encargos emergenciais de assistência aos índios em trânsito, tais como hospedagem, alimentação e ou-

tros. Embora as razões que inspiravam o Diretor do SPI, na gestão da Renda Indígena, não figurassem fundamentadamente em cada comprovante, ou seja VALE, de adiantamento, era lícito supor critérios na concessão dos mesmos.

E, se a pretexto de atender às finalidades assistenciais acima mencionadas, algum funcionário metamorfoseou o adiantamento em empréstimo pessoal, não lhe cabe, ao defendente, qualquer responsabilidade.

A função do defendente, de mero controle contábil dos recursos da Renda Indígena, não lhe permitia subverter o escalonamento hierárquico da Administração, valorando ordens superiores para o efeito de impugnar qualquer adiantamento.

Não se poderia tornar exigível tal procedimento pelas características de insubordinação, que inevitavelmente assumiria. Cumprir uma ordem, desde que não seja manifestamente ilegal, é um dever que não se tinge de qualquer conotação solidária. E, sem este ajuste direcional de elementos subjetivos da vontade, não se pode falar em convivência.

Item 5 - Perjúrio: nega conhecer o em
-préstimo a Benedito Pimentel, quando no vale existam
-notações do seu próprio pu-
-nho (fls. 4.057/8).

Com o caráter de empréstimo pessoal, a negativa não só abrange o sr. Benedito Pimentel, como qualquer outro servidor, lotado no SPI. Não poderia o defendente, ao depor perante a Comissão de Inquérito, ter presente na memória todos os adiantamentos feitos pelo sistema indicado na resposta do item anterior. É de se admitir, no entanto, tenha o sr. Pimentel, funcionário durante longos anos do SPI, recebido suprimentos através de vales, a exemplo de outros servidores, mas tudo rigorosamente nos termos da lei.

Item 6 - Pagou a compra do telefone
particular para o Cel. Hamil
-ton de Oliveira Castro ao
Dr. Lídio Diniz, com dinheiro
do SPI, em cheque de NCr\$
1.500,00 e NCr\$ 500,00 para
o telefone (fls. 916, 918,
940, 1.547, 4.164, 4.167/8 e
1.518).

5776/910
B7D

8 57-65

Na verdade, o acusado recebeu ordens do Cel. Hamilton para pagar a importância de NCr\$ 2.000,00 ao dr. Lídio Diniz, advogado do SPI. Segundo as instruções que lhe foram transmitidas pelo Gabinete do Diretor, NCr\$ 1.500,00 destinavam-se ao pagamento de honorários profissionais do referido causídico e NCr\$ 500,00 à aquisição do aparelho telefônico número 2-0787, que pertencia ao mesmo.

Efetuada o pagamento, mediante quitação regular do bacharel, o defendente tomou imediatas providências no sentido de transferir para o SPI o aparelho que acabara de comprar, já instalado na residência oficial dos Diretores do órgão (apartamento 102, bloco 2, da SQ 203, em Brasília), eventualmente cedido ao dr. Lídio.

Sómente no dia seguinte, ao submeter a minuta do ofício que deveria ser encaminhado ao Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, solicitando a transferência do telefone para o SPI, é que foi o defendente surpreendido com a informação do Cel. Hamilton, segundo a qual o aparelho fôra adquirido em caráter privado e particular.

Diante disto, só restou ao defendente recomendar a imediata reposição da importância de NCr\$ 500,00, o que foi feito incontinenti pelo então Diretor do SPI.

Dêsse equívoco não se pode inferir qualquer ação dolosa, nem por parte do acusado, nem por parte do Diretor. Este tinha à sua disposição expressiva quantia da Renda Indígena. Se pretendesse suprir momentaneamente qualquer dificuldade financeira particular, não o faria certamente através de dotações orçamentárias, por via de cheque, cujo saque deixaria prova da utilização irregular da referida importância. O defendente, por igual, não atenderia a pretensão particular do seu Diretor, através de recursos orçamentários, depositados em conta corrente no Banco do Brasil, quando poderia fazê-lo, se má fé existisse, com o dinheiro entesourado na repartição, pertencente ao Patrimônio Indígena.

Ao demais, a irregularidade não intencional foi prontamente corrigida, sem qualquer prejuízo para o SPI.

Item 7 - Compras durante o prazo de proibição e sem concorrência, principalmente na Casa Mathias e na Importadora Municipal de Ferragens, do Rio (a fls. 904).

O defendente nunca fez compras diretamente nos estabelecimentos citados. Poderia, quando muito, ter visado documentos, na qualidade de Diretor Substituto do SPI. A aquisição de mercadorias, sem concorrência pública e na vigência de norma genérica impe-

diente, atendeu rigorosamente o procedimento excepcional previsto na própria lei. O SPI, pela natureza dos seus serviços, sempre obteve isenção de concorrências e de coleta de preços. Isto, com base nos artigos 1º, 2º e §§ 1º e 2º, do Decreto-lei nº 2.583, de 14.9.1940, conforme se verifica da Exposição de Motivos nº 91, de 28.4.66, formulada pelo então Ministro da Agricultura, Ney Braga, ao honrado Marechal Castelo Branco (docs. 7, 7-A e 8).

O "autorizo" lançado de próprio punho pelo saudoso chefe revolucionário não só viabilizou formalmente as compras, como homologou a prática legal e consuetudinária, escoimando-a de qualquer suspeição quanto à lisura e honestidade do procedimento.

Aliás, o próprio Tribunal de Contas da União, com o seu notório zelo fiscalizador, jamais baixou em diligência, ou rejeitou, qualquer das prestações de contas oferecidas pelo defendente, dentro das normas só agora inquinadas de irregulares.

Item 8 - Conivente na retroação de da
-tas de admissão para efeito
de amparar sua filha Marim
Araújo pela Lei nº 3.772 (fô
lhas 802, 891).

A infamante acusação, que só pode ser atribuída à leviandade ou à maledicência de inimigos gratuitos do defendente, não merece acolhida à vista dos fatos.

O defendente nunca foi lotado na Seção de Administração do SPI e suas tarefas funcionais não abrangiam a manipulação direta ou mediata do cadastro de funcionários do órgão. A alegada conivência, sem a definição dos atos comissivos ou omissivos que possam objetivamente ser identificados como de autoria do defendente, retira-lhe a capacidade de defesa, em flagrante conflito com os preceitos constitucionais vigentes.

Como, quando e onde se estabeleceu o nexo causal capaz de interligar o acusado à ação espúria de terceiros? Quem é o autor material da retroação de datas de admissão para o efeito de amparar funcionários? Sem as respostas, sucumbem os pressupostos da viabilidade da presente defesa.

A imputação é genérica e irrepelível por sua própria natureza, sendo imprestável como suporte à pretensão punitiva da Administração.

Item 9 - Tinha ciência de invasão de
terras que estavam afetas à
Seção do Patrimônio Indígena
e não tomou nenhuma providên
cia (fls. 891).

O defendente sempre tomou iniciativas contra invasões de terras e crimes cometidos contra índios. O que não lhe cabe responder é pelos resultados, pois na verdade o SPI nunca conseguiu colher bons frutos do seu árduo trabalho, devido à potência dos inimigos. A própria Comissão de Inquérito, segundo foi largamente divulgado pela imprensa, apontou à responsabilidade elementos do mundo oficial, em bora sem citar nomes.

Como exemplo da conduta do defendente, basta invocar o contato mantido com o Gal. Riograndino Kruehl, quando à frente do DFSP, em que foi solicitada a prisão de MIGUEL VERÍSSIMO, chaciador de índios Canelas, na invasão da área do Pôsto Uirá, Aldeia do Ponto, no Estado do Maranhão. O facínora esteve prêso, mas foi sôlto e permanece até hoje na impunidade. Só a providência da prisão é que pode ser atribuída ao defendente. Nesse episódio, a solução encontrada pelo Diretor Geral do SPI, à época, foi o deslocamento dos Canelas para a Aldeia Sardinha, junto à Barra do Corda, como única maneira para preservar-lhes os remanescentes.

Isto, porém, não desfigurou — ao contrário caracterizou — a derrota do SPI, com o consequente estímulo aos aventureiros genocidas, que colecionavam impunidades à sombra de misteriosas tutelas regionais.

O Pôsto Nonoai, no Rio Grande do Sul, teve sua área igualmente invadida. Por iniciativa da Seção chefiada pelo defendente, o Ministro da Agricultura instituiu uma comissão de alto nível, com representantes do Exército, Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, D. F.S.P. e SPI, entre outros. Todos os avisos ministeriais foram redigidos e elaborados na Seção do Patrimônio Indígena. E o resultado? A despeito do alto nível da comissão, o quadro espoliativo continua o mesmo, até hoje, no Pôsto Nonoai.

A invasão da Colônia Teresa Cristina, em Mato Grosso, é outro caso, em que a Seção do Patrimônio Indígena dispensou o máximo interesse e diligência. A solução dada pelo então Diretor, Coronel Afrânio Fialho de Figueirêdo, foi a elaboração de um convênio — nos altos escalões — para tentar reprimir o esbulho. Resultado: permaneceu tudo na mesma.

O Pôsto Pancaru, em Pernambuco, foi igualmente invadido por grileiros. Sua história é longa. Vários anos atrás, por ação movida pelo SPI, o emérito juiz Nelson Hungria, através de magnífica sentença, deu ganho de causa aos índios Pancarus. Logo depois, os "interessados" recorreram da decisão e o SPI, sem corpo jurídico, viu-se perdido nos meandros labirínticos da Justiça. E a ocupação das terras indígenas prosseguiu.

Enfim, a história do SPI é constituída, infeliz

mente, de carências e dificuldades. A luta entre civilizações antagônicas; a ganância dos "civilizados"; a mentalidade acadêmica dos indianistas; a burocratização e o formalismo estéril da Administração e a tradicional impunidade dos verdadeiros responsáveis pelos crimes praticados contra os índios leva^m ao desalento. O problema do índio não se resolverá em assentadas inquisitoriais, bafejadas pela viração marinha da metrópole, quando se sabe que entre funcionários humildes e dedicados não se identificará os genocidas que a opinião mundial deseja conhecer, para vergonha nossa.

Apesar da Carta Régia de 5 de novembro de 1808 ter sucumbido no tempo e no espaço da legalidade, parece que há muitos a se orientarem por ela, aplicando avidamente o seu texto:

"... todo o miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes índios, poderá considerá-los por quinze anos como prisioneiro de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier..."

Engajado totalmente na resistência a essa guerra, de que fala o édito real, o defendente viu seus apelos fenecerem, ontem e hoje, no procidementalismo álgido da burocracia. Em agosto de 1967, já com o SPI subordinado ao Ministério do Interior, temos o ofício nº 109, dirigido ao Dr. Américo Santiago, Diretor Geral do SPI, no qual o defendente repete a catilinária crônica da repartição que serve há tantos anos: impontualidade na liberação de verbas, carência e modicidade dos recursos, etc. (docs. 9, 9-A e 9-B). E os índios continuam massacrados, espoliados, marginalizados...

Item 10 - Manipulador da Renda do Patrimônio Indígena, cuja escrituração deixou de efetuar desde 1964 (fls. 910).

O defendente, como disse nos seus depoimentos, jamais deixou de fazer os registros contábeis, citando-se como prova, o exame feito por uma comissão de inquérito, presidida pelo Dr. Auto Timm; e, agora, a juntada do espelho da prestação de contas da gestão do Major Luís Vinhas Neves, até abril de 1966 (docs. 10, 10-A, 10-B, 10-C, 10-D, 10-E e 10-F). É óbvio que a mesma prova documental não se poderá fazer com relação à gestão do Cel. Hamilton Castro, em virtude do incêndio que destruiu todo o acervo do SPI. Mas, como se poderá verificar pela prova testemunhal, a contabilidade nunca deixou de funcionar, em qualquer tempo. Apesar do incêndio, estávamos — com base nos documentos existentes nas Inspetorias — tentando reconstituir e reorganizar o setor contábil, conforme exposição de motivos feita ao

Sr. Ministro do Interior.

No caso, a imputação consiste em declarações do servidor Alcides Veloso, quando ele próprio assinou a prestação de contas que constitui o documento acima referido. Tal leviandade dimensiona a consistência da acusação.

Item 11 - Recebeu a quantia de 20 milhões, do Major Luís Vinhas Neves, confirmando não possuir a prestação de contas do referido dinheiro (fls. 1.518).

A quantia mencionada neste item não corresponde ao que foi efetivamente recebido pelo defendente. Tratasse, na verdade, de NCr\$ 18.000,00 remetidos através do Banco Mercantil de Minas Gerais S/A, conforme consta expressamente da Demonstração da Receita, parte da Sétima Inspetoria Regional, da prestação de contas do Major Luís Vinhas Neves (doc. nº 10-B). Este esclarecimento só agora pode ser prestado, pois a cópia do referido documento não se encontrava em poder do defendente, quando foi ele ouvido pela Comissão de Inquérito.

Item 12 - Emitiu cheque ao portador, em saques de verba orçamentária, contrariando o § 3º, do artigo 47, do Decreto nº 2.206, de 12.5.40 (fls. 1518, 4.679, 4.775).

A um órgão que merece o tratamento especial dada pelo Decreto-lei nº 2.583/40, no que tange à aplicação dos seus haveres e créditos, não se pode fazer exigências formais em conflito absoluto com a sistemática legal que lhe é peculiar. Ao demais, o próprio Tribunal de Contas, único órgão competente para apreciar e julgar as contas do SPI, reconhecendo as dificuldades deste, tem amenizado o rigorismo formal, ao perseguir apenas o controle da exata aplicação dos dinheiros públicos. Nunca uma prestação de contas do SPI baixou em diligência determinada pelo Tribunal de Contas por essa razão.

Item 13 - Os vales referentes à hospedagem de índios, mesmo depois de processada a fatura, não eram devolvidos ao interessado e que as faturas eram de valor superior à so

ma dos vales correspondentes -
(fls. 1.535/6/7 e 1534).

A acusação é leviana e sem consistência objetiva. Foi prestada de má fé, em depoimento capcioso, por elemento incapaz de enfrentar uma acareação. A hospedagem de índios, em Brasília, era controlada pela Seção de Proteção e Assistência, que formava processo, especificando devidamente a quantidade de índios, por nome, e o período de diárias, com os valores respectivos. Só depois de tudo certificado, o processo passava à Seção do Patrimônio Indígena, para pagamento, onde recebia outra conferência, colocando-o em condições de resgate. Quase sempre o valor da conta de hospedagem ultrapassava a importância dos vales concedidos. Então, os pagamentos eram efetuados com a soma dos vales existentes e devolvidos na ocasião, sendo a diferença paga em dinheiro.

Os vales eram emitidos, em face da condição modesta dos hospedeiros e o volume de gastos com a hospedagem, que ia além das suas possibilidades. Nunca o defendente deixou de devolver tais documentos, somente agora reclamados.

Item 14 - Responsável pela entrega das
chaves e segredo do cofre a
Boanerges Fagundes de Oli-
veira, sem ter feito o têr-
mo de tomada de contas e a
conferência de valores (fls.

As circunstâncias em que se deu a referida entrega das chaves e segredo do cofre não permitiram ao defendente cumprir o ritual de formalidades burocráticas a que estaria normalmente obrigado. Hospitalizado, em estado precaríssimo de saúde, pelas lesões que sofrera em desastre automobilístico, mal lhe foi possível indicar os elementos básicos para evitar a paralisação dos trabalhos da seção que chefiava. A presunção de fidelidade funcional de um Assessor, e do Diretor Geral, em tal emergência, não poderia ser impugnada, sem razão objetiva.

Item 15 - Incluiu o nome de servido-
res em telegrama, no qual
solicitava a permanência do
Cel. Hamilton de O. Castro
à frente do SPI, sem os mes
mos terem conhecimento do
texto (fls. 1.538).

Tal telegrama não existe. Seu texto é tão desconhecido para o defendente, como para os tais funcionários. O ônus da prova é de quem acusa.

Item 16 - Entrega criminosa do cheque nº 192.162, no valor de NCr 18.840,20 ao sr. Cildo Furtado Meireles, sabendo que o mesmo tinha sido demitido do SPI (fls. 197).

Todos os pagamentos, com verbas orçamentárias e não orçamentárias, eram efetuados mediante autorização expressa do Diretor Geral. O defendente sabia que o sr. Cildo Meireles havia sido demitido em época anterior ao seu ingresso (do defendente) no SPI.

Jamais, entretanto, teve oportunidade de examinar o processo que culminou com o afastamento do referido servidor. Ignota mesmo as razões. Ora, se a Seção Administrativa jamais impugnou, ela que cuida da vida funcional dos servidores, a prestação de serviços eventuais por parte do sr. Cildo Meireles, não competia ao defendente tomar qualquer providência nesse sentido.

Sabia-se, com relação ao sr. Cildo Meireles, que era contratado pela NOVACAP, prestava excelentes serviços eventuais a essa repartição e ao SPI, sendo pago sempre pela verba do Patrimônio; e que havia prestado relevantes serviços à Inspetoria de Gimiânia, no sentido de assegurar aos índios Kraõs o direito às terras, hoje conhecidas por Kraolândia.

Item 17 - Pagou indevidamente, com re-cursos da Renda Indígena, o aluguel do apartamento 102 da SQ 203, em Brasília, residência particular do Diretor do SPI, Cel. Hamilton Oliveira Castro.

O referido documento nº 6 indica que o apartamento em questão era destinado oficialmente aos Diretores do SPI. Só mais recentemente, em face das normas estabelecidas pela CODEBRÁS para a venda de imóveis em Brasília, é que a referida unidade residencial perdeu o seu caráter oficial. O aludido pagamento, além de autorizado regularmente pelos Diretores, resultou da Exposição de Motivos aprovada, também regularmente, pelo Ministro da Agricultura, conforme poderá ser confirmado naquela Pasta.

Item 18 - Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de NCr\$ 34.200,00, correspondente ao TC-23 018/67 (fls 1.525).

O defendente foi suprido pelo Cel. Hamilton Oliveira Castro, então Diretor, na referida importância. A prestação de contas respectiva, entregue à Seção de Administração do SPI para preenchimento das exigências legais e posterior remessa ao Tribunal de Con-

tas da União, foi inteiramente destruída pelo incêndio ocorrido no bloco 6 da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Depois do sinistro, o defendente ficou aguardando orientação do Tribunal, em resposta ao ofício nº 004, de 20 de junho de 1967, dirigido à 2a. Diretoria de Tomada de Contas, cuja cópia deve ser encontrada nos arquivos do SPI.

A intempestiva prisão administrativa a que foi submetido o defendente, por esta mesma razão, obrigou-o a reconstituir a prestação de contas destruída pelas chamas, a qual foi encaminhada à repartição jurisdicional competente, o TRIBUNAL DE CONTAS, no dia 29 de dezembro último, conforme comunicação feita a essa Ilustrada Comissão (docs. 11, 12, 13, 13-A e 13-B).

O defendente, anteriormente, jamais foi punido, ao longo dos seus quase trinta anos de serviços à Administração Pública (doc. nº 14).

Por todo exposto é que se espera a absolvição do defendente, pela inexistência de infração nos fatos apontados, ou pela ausência de responsabilidade do defendente nos mesmos.

JUSTIÇA.

Rildo T. Souto Maior

RILDO T. SOUTO MAIOR

Advogado - Inscrição 41 B

Rua Senador Dantas, 117

Conjunto 1.623 — Tel. 22-9598

*Requerimento único
às fls. 11. p.
Vontade*

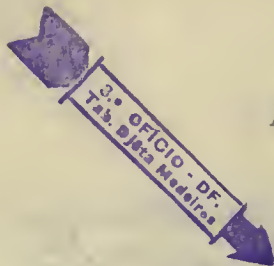
5784
3916

5773

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, brasileiro, casado, funcionário público federal, residente e domiciliado nesta capital, na QGD 403/4, bloco 25, aptº 207, nomeia e constitui seu bastante procurador o doutor Marcos Heusi Netto, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, sob o nº 311, com escritório no Setor Comercial Sul, Edifício Ceará, sala 504, nesta Capital, investindo-o nos poderes AD JUDITIA, e mais os expressamente ressalvados pelo art. 108 do Código do Processo Civil, podendo ainda, SUBSTABELECER.

Brasília, 15 de abril de 1968.



Luiz de França Pereira de Araújo
LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO
3.º OFÍCIO DE NOTAS
TAB. DJÊTA MEDEIROS

Reconheço a firma *de Luiz de França*
Pereira de Araújo

Brasília, *15* de *4* de *1968*
Em testemunho *[assinatura]* da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIÃO SUBSTITUTO

Substabeleço os poderes retro ao Dr. Rildo Tavares Souto
Maior, inscrito na OAB/GB sob o nº 41 B, estabelecido na
cidade do Rio de Janeiro, fazendo reserva dos mesmos.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1968

Marcos Heusi Netto

a) Marcos Heusi Netto

CARTÓRIO BALBINO
22.º Ofício de Notas
TABELIÃO
Dr. EDVARD C. BALBINO
SUBSTITUO
DR. NEY FIBEIRO
1.ª AUTORIZAÇÃO
Pedro Joaquim da Silva
2.ª AUTORIZAÇÃO
José Maria Cuiheira
R. Sen. Dantas, 81 - C. B. B. e
Av. 13 de Maio, 23, Galeria do Ed. Darke
Rio - Guanabara - Brasil

Reconheço a _____ firma

Marcos Heusi Netto

Rio de Janeiro

9 MAI. 68

Em test.º

Marcos Heusi Netto



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5785
BIA Doc 15774
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DO PESSOAL
SEÇÃO DE CADASTRO

DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de prova junto à
Comissão de Inquérito, a pedido, do Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, matrícula nº 1.981.457, ocupante do cargo de Contador nível 22, deste Ministério, esteve licenciado para tratamento de saúde no período de 17 de abril a 15 de junho de 1967, por 60 dias na forma do artigo 97, de Lei 1.711, de 28-10-52 (EF), conforme processo MA010.20 608/67.

3.º OFÍCIO - DF.
Tab. Djêta Medeiros

SOP. em 24 de abril de 1968

Luiz Ayres Cunha
LUIZ AYRES CUNHA - CHEFE DA SOP.

3.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabellionato DJÊTA MEDEIROS
Reconheço a(s) Firma(s) SUPRA
INFRA
RETRO
Assinaladas. 25 ABR 1968
Brasília,
Em testemunho da verdade

Dorival Noce
DORIVAL NOCE
Tabellão Substituto

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJÊTA MEDEIROS

De acordo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4/1940 aut. nico esta cópia, a qual é reprodução fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este

Certificado em público e raso
Brasília, de 25 ABR 1968 de 19
Em testemunho da verdade

Dorival Noce
DORIVAL NOCE
TABELÃO SUBSTITUTO

5786
EJA

Doc. 2

5745

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, tendo em vista os assentamento da Seção de Fiscalização da Divisão do Orçamento do Ministério da Agricultura, que o Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO comunicou, por ofício, o encaminhamento à Diretoria da Despesa Pública das prestações de contas relativas a todos os adiantamentos que lhe foram entregues através do Ministério da Agricultura.

DO- SFO., em 29/4/68

3.º OFÍCIO - DF.
Tab. Djêta Medeiros

Osmarina Cordeiro de Miranda
Osmarina Cordeiro de Miranda

C h e f e

Alcides
Alcides
DIRETOR ADJ.

3.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelionato DJÊTA MEDEIROS
Reconheço a(s) Firma(s) SUPRA
Assinaladas 8961 88V 03 INFRA
Brasília, 30 ABR 1968 RETRO
Em testemunho da verdade.
DORIVAL NOCÉ
TABELIÃO SUBSTITUTO

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJÉTA MEDEIROS

De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4/1940
autentico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este
Certificado em público e lido.
Brasília, _____ de _____ de 19____
Em testemunho _____ da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIAO SUBSTITUTO

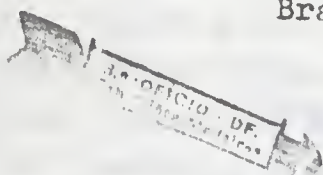
5787
CJA

5786

3

Atesto que, o Sr. Luiz de França Pereira de Araújo, Contador nível 22, de janeiro até esta data, período em que vem exercendo suas funções dentro do Sistema Financeiro, dêste Ministério, goza de bom conceito, quer em relação à sua conduta funcional, quer no que diz respeito à sua competência profissional. Participou do Grupo de Trabalho, criado para coordenar os trabalhos de organização e instalação da Contabilidade dêste Ministério, onde demonstrou particular capacidade e extrema dedicação. Tem exercício no Setor de Contabilidade e Administração Financeira, em Brasília, e, em suas atividades, vem patenteando a mesma conduta exemplar.

Brasília, 26 de abril de 1968



[Handwritten Signature]
Reinhold Stephanes
Inspetor Geral de Finanças

3.º OFÍCIO DE NOTAS

TABELÃO DUTTA MEDEIROS

Supra
Infra
Retro

Apostiladas.

Brasília, 26 ABR 1968

Em testemunho da verdade.

[Handwritten Signature]
DORIVAL NOGUEIRA
TABELÃO SUBSTITUTO



REPUBLICA DE PORTUGAL

Brasília, 25 de Abril de 1968

25 de Abril de 1968

De: TABELIÃO SUBSTITUTO

Para: DORIVAL NOCE

CPF: 123.456.789

Assinatura

Eu, Dorival Noce, Tabelião Substituto, por este documento público e legalmente válido, certifico que a cópia aqui reproduzida é fiel e verdadeira do original que me foi exibido para conferência. E por ser verdade, dou fé, assinando este Certificado em público e raso.

Brasília, 25 de Abril de 1968

Em testemunho

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJÊTA MEDEIROS

De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4.1940 autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do documento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este

Certificado em público e raso.

Brasília, 25 de 25 ABR 1968 de 19

Em testemunho da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIÃO SUBSTITUTO

5789
RJA

f2
Doc 3-B

Ao Senhorinho, para que se digne informar quanto a prestação de contas do Sr. Luiz de França Pereira de Araújo.

Assessoria Financeira, 24/4/68

BENEDITO MARCOLINO DE SENNA
Resp. p/ expediente

5778

Informo que o suprido em questão, comprovou a despesa apenas com uma relação de cheques nominais, constantes do extrato de C/C Banco do Brasil S/A.

2. O suprimto foi concedido em três parcelas. A saber:

O. B. nº 602 de 30/6/66	-	NCr\$	13.000,00
O. T. nº 1254 de 12/12/66	-	NCr\$	5.000,00
O. B. nº 791 de 5/8/66	-	NCr\$	5.000,00
Importância recebida		NCr\$	23.000,00

3. No referido extrato de C/C bancária, está acusando um saldo devedor de NCr\$ 14,60, que em face das alegações apresentadas pelo responsável que se encontram anexa ao processo MA-002-2108/67, consideramos comprovado integralmente, no levantamento de rol de supridos que receberam recursos concedidos pelo FFAP, no exercício de 1966, pelo fato do lamentável incêndio que destruiu toda documentação e instrumentos de trabalho pertencente ao SPI, sediado neste Ministério, conforme esclarecimento no ofício s/nº de 30/11/67, constante do processo acima citado.

4. Na ocasião do exame será exigida a respectiva guia de recolhimento do sitado valor, por esta Assessoria Financeira,

3.º OFICIO DE NOTAS
Belionato DJÊTA MEDEIROS
SUPRA
reconheço a(s) Firma(s) INFRA
RETRO
assinadas 25, ABR 1968
Bresília,
em testemunho de verdade

Assessoria Financeira, em 24/4/68

Senhorinho Duraes de Vasconcelos
SENHORINHO DURAES DE VASCONCELOS
Aux. Adm.

BONIVAL NOCE
Tobélido Substituto

Secretário Executivo

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJETA MEDEIROS

De acordo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4.1940
autntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este

Certificado em público e raso.

Brasília, _____ de _____ 25 ABR 1968 de 19 _____

Em testemunho _____ da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIAO SUBSTITUTO

AO

SR. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO/
NESTA

5790

Doc. 3-C

5799

LANÇAMENTOS — Pedimos notar que fizemos os seguintes em sua conta 31201-66-401542/8

HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
IMPORTE transferido para a conta 31201- 80-402343/X-MAG FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO Lei delg. nº 8, de 11.10.62, valor do saldo de sua conta acima, cfe. suas instruções em ofício s/nº, de 26.1.68 NCr\$ 14,60		
QUATORZE CRUZEIROS NOVOS E SESSENTA CENTAVOS		

Maí 04/68

King

5791
B/A

57-80

Doc. 4 4

Rio de Janeiro, 16-X-67

Prezado Am.^o Sr. Luis Araujo,

Acurso sua carta de 12, que respon-
do com esta.

Devo dizer, inicialmente, que
nunca tive a menor duvida sobre
sua integridade moral. Se for
chamado a depor, confirmarei esse
juizo.

Sobre o caso do PI Guarita, devo
declarar que o Sr. Gail fez uma
sindicancia, que foi, depois, transfor-
mada em inquerito, constituída
em meu pedido por elementos es-tra-
nhos ao D.P.I. (nomeada pelo Sr. Mi-
nistro da Agricultura). Essa comissão
concluiu pela inexistência de crime
e a solução foi dada pelo ministro.
Os autos devem estar arquivados no
M.A. (aqui, ou em Brasília).

Não tenho passado bem de saúde.
Estou, ha quase um ano, atacado
de forte depressão nervosa, com

5792
396

5781

Doc. 4-A

'dificuldade até' para escrever. Se
for convocado para depor, vou po-
der citar para prestar aqui (por carta
precatória) o meu depoimento, pois
de maneira alguma poderei viajar.

Nesse sentido, estou escrevendo
ao Ten. Eufrásio (a quem peço procu-
rar, mostrando esta) para que
entre em entendimento com a Co-
missão de Inquérito e peça que o
meu depoimento (se necessário) se-
ja prestado aqui no Rio.

Recomendações minhas ao Inot
Cabral e amigos do S.P.I.

Sem mais, desejando-lhe e a
Exma Família completa Felici-
dade, aqui fica, com um abraço,
o seu certo

J. Luiz Silva

R. Dias da Rocha, 53/402 - Cop-
cabana - Rio - Gb.

Fico aguardando resposta desta.

PR 3.883-66 — Nº 266, de 6 de maio de 1966. Afastamento do País, pelo período de um (1) ano, a partir de 19 de março de 1966, do servidor JOSÉ MARIA POMPEU MEMÓRIA da Universidade Federal de Minas Gerais, para, sem vencimentos e quaisquer outros ônus para os cofres públicos servir à disposição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (F.A.O.). — Anterior: Fin 21-5-66". — (Rest. ao M.E.C., em 25-5 de 1966).

SOS 113 (Cont)

Ed Laranjeiras	
ap102 Emb Americana	2-7796
ap105 Emb Americana	2-7022
ap106 Emb Americana	2-7023
ap201 Emb Americana	2-7466
ap202 Emb Americana	2-7606
ap203 Emb Americana	2-7714
ap206 Emb Americana	2-7720
ap301 Emb Americana	2-7278
ap302 Emb Americana	2-7872
ap303 Emb Americana	2-7873
ap304 Emb Americana	2-7080
ap305 Emb Americana	2-7994
ap306 Emb Americana	2-7993
ap405 Emb Americana	2-7992
ap406 Emb Americana	2-7991
ap501 Emb Americana	2-7238
ap504 Dean, Robert	2-7243
ap505 Embaixada Ame-	
ricana	2-7990
ap506 Emb Americana	2-7989
ap605 Emb Americana	2-7988
ap606 Emb Americana	2-7080
h11ap302 Frisina, A J	2-7872
h11ap604 Desmond, T	2-7240
Emb Americana Ponto IV	
ap401 Residência	2-7140
ap402 Residência	2-7139
ap403 Residência	2-7142
ap404 Residência	2-7143
ap601 Residência	2-7338
ap603 Residência	2-7340
ap606 Residência	2-7080
Ed Tijuca	
Emb Americana Ponto IV	
h11ap502 Residência	2-7341
Emb Britânica res ofic	2-6778
Emb União Rep Socialistas	
Soviét	
h11ap205 Res Oficial	2-9894
h11ap206 Res Oficial	2-9895
ap101 Willis, Judith	2-0419
ap102 Gershenson, Robert	2-3361
ap106 Chaite Polónia,	
res secr	2-1431
ap201 Cuinn, Harry A	2-5967
ap204 Canevari, Mario	2-6431
ap402 Barret, Thomaz	2-1226
ap401 Elam, Richard	2-0982
ap602 Brettell, J A	2-3495
ap604 Menandro, A	2-7046
h110 Facit Máq Escritório	
ap503 Res Gerente	2-9923
h11ap203 Cardoso	
A S J	2-6370
h11ap305 Emb Britânica	
res ofic	2-9449
h11ap401 Grodsky, Morris	2-3963
h11ap405 Santos, A	2-6482
h11ap502 Emb Americana	
Ponto IV, resid	2-7341
h11ap606 Pan American	
Airways Inc	2-4834
h11ap606 Bassous, Roberto	2-4834
Embaixada Tchecoslovaquia	
ap104 Res 2º Secr	2-2990
h11ap12/3 Rocha, A	2-9634
Sector Comercial Local	
h11ap9 Irmãos Fares	2-0391
h110 Lavanderia Suíça	2-9817
h112 Santos, Josima	
Vieira	3-1688
h124/5 Peña, Dionizio	0-6117
h11ap12/3 Casa Carnes	
Rei Frango	2-9634
h11/3 PERSIANAS COLUMBIA	
SA	2-3252
h120 Ofic Rád Mec Edison	2-8355
h121 Transp Goiaz	2-6164
h11ap105 Jaguaribe,	
Silvio C	2-3374
h106 Peixoto, J	2-7672
h107 Emb Canadá	2-6806
h11ap201 Prior, Russell	2-6044
h11ap205 Almeida,	
Claudete	3-1274
h11ap207 Ferreira, M A	2-8726
h11ap208 Loello, Oscar	2-9615
h11ap304 Figueiredo,	
Renato	2-0112
h11ap305 Barbosa, José	2-8089
h11ap307 Melo, Carlos	2-9203
h11ap405 Brant, Maria M	2-7295
h11ap406 Taurizano,	
Orlando	2-3551
h11ap501 Cashin, W	2-6583
h11ap503 Maschwitz,	
Hugo S	3-2602
h11ap601 Stack, Tomas	2-6598
h11ap602 Coley, Joel	2-6592
h11ap603 Kahl, R	2-0766
h11ap603 Magalhães, L	2-1360
h11ap304 Lemos, Alfredo	
E	2-1209

b110 Embaixada Suecia	
ap403 Res Oficial	2-5000
ap404 Res Oficial	2-6422
b110,ap504 Lins, Miguel	2-0874
b110ap506 Eng Civil	
Sanit	2-7161
b110,ap601 McCulley, R M	2-2015
b110,ap603 Rodrigues, N	2-7224
b110,ap605 Pedone A	2-7821
b110ap606 Bassous,	
Roberto	2-4834
b110ap606 Pan American	
World Airways Inc-Res	
Gerente	2-4834
b111,ap101 Manuel, E	2-2262
b111,ap103 Creeden, W	2-7278
b111,ap103 Shetterly, H	2-7798
b111,ap104 Bowdwm,	
Lewis	2-7973
b111,ap201 Tomacart, D	2-7466
b111,ap202 Menatos, S	2-7606
b111,ap204 Bailey, Dale	2-7715
b111,ap204 Beal, W	2-7995
b111,ap401 Bentley, R	2-7140
b111,ap402 Hooper Paul	2-7139
b111,ap402 Hammond, C	2-7239
b111,ap601 Ryan, Henry	2-7338
b111,ap602 Cookson, C	2-7339
b111ap604 Desmond, T	2-7240

SOS 114

Ed Banco Brasil	
Secretaria Educação Cultura	
Coordenação Ensino	
Primário	
Escola Classe 114	2-3114
Jardim Infância	2-3242
BANCO BRASIL SA	
Agência Central	
h11ap101 Gerente	
Res	2-8740
Administração Edifício	
Sede	
Sector Obras Super-	
quadra 114	2-5358
Fiscalização Super-	
quadra 114	2-8754
Presidência	
h11ap602 Presidente	
Res	2-8395
Res Diretores	
h11ap304 Ch Gab	
Superint	2-0495
Banco Econômico Bahia	
h11ap303 Res Gerente	2-5117
Ministério Aeronáutica	
Residências Oficiais	
Gabinete	
h11ap202 Cap José	
Moura Fiúza	2-9711
Ministério Educação Cultura	
h11ap202 Res Ministro	3-0348
Ministério Fazenda	
h11 Gabinete Minlstro	
ap501 Residência	2-5868
Fundação Educacional	
Escola Classe 114	2-3114
Presidência República	
Gabinete Civil	
h11ap401 Res Oficial	2-6041
Gabinete Militar	
h11ap403 Res Cel Av	
Gulherme Rebello	
Silva	2-4198
h11ap603 Res Oficiais	2-8733
h11ap602 Res Ofic	2-5960
h11ap604 Res Ofic	2-5492
h11ap604 Res Ofic	2-4544
h11ap611 Res Oficiais	2-6913
h11ap608 Res Ofic	2-7834
h11ap609 Res Oficial	2-5301
h11ap609 Res Ofic	2-6913
h11ap610 Res Ofic	2-5258
h11ap607 Gab Civil	2-7571
h11ap601 Res Ofic	2-5500
h11ap605 Res Ofic	2-5640
h11ap603 Res Ofic	2-0094
h11ap402 Gab Pres, res	
ofic	2-8680
h11ap403 Res Ofic	2-4198
Vice Presidência República	
h11ap302 Res Vice Pres	3-0181
Sector Comercial Local	
h11 SEC Ltda	2-9956
h12 Medeiros Djêta	2-7774
h12 Armadilha	2-7774
h12 EME	2-7774
h13 Nicastri, Renato	
Remy	2-4919
h17 Peixoto F,	
Murilo	3-2010
h17 Auto Elétrica	
Guanabara	3-2010
h17 Soc Guanabara Comércio	
Representação Ltda	3-2010
h14 Associação Servidores	
D F S P	3-0252
h121 Ramon Cabelleiros	2-6836
h124/5 Agro Com Imp	
Ducan	2-6963
h130/1 Casas Calça	2-6681
h18/11 Vidroplex Ltda	2-4444
h118/9 Fernandes, José	2-6836
h128/9 Bar do Careca	2-3545
h128/9 Gastone Torno	
Solda	2-3545
h11ap103 Lima, Warner	
M	3-1131
h11ap104 Gonçalves, O R	2-5448
h11ap203 Barroso, F L	2-6840

b11,ap204 Silva, Fernando	2-9823
b11ap302 Alkimim, José M	2-2019
b11,ap403 Manso, Luiz B	2-5576
b11,ap404 Vieira, Carlos	2-5962
b11ap502 Serv Nac Inform	2-3397
b11,ap503 Borges, João L	2-7692
b11,ap504 Lima, Enio B M	2-6952
b11,ap603 Moraes, S C	2-6854
b12,ap101 Rangel, Alexis	2-5420
b12,ap102 Silva, Joaquim	2-5698
b12ap104 Pires, Jovelino	
G	2-5758
b12,ap106 Cassis, Adelfino	2-4875
b12ap108 Albuquerque, A	
M	2-9914
b12,ap201 Gomes, Lucio A	2-4522
b12,ap202 Castilho, Frco	2-5439
b12,ap203 Gomes, Deyr	2-5638
b12,ap205 Ardisson, Jozar	2-5511
b12,ap207 Maurer, Rudy	2-5478
b12,ap208 Borges, João B	2-5472
b12ap301 Castro, Helio	2-5419
b12ap303 Toledo, Coraci	2-6039
b12,ap304 Magalhães, F B	2-5029
b12,ap305 Pereira, Carlos	2-5495
b12,ap306 Cecilio E T	2-5895
b12ap307 Fernandes, J H	2-5446
b12,ap307 Fernandes, João	2-5446
b12,ap308 Cunha, Paulo	
M	2-3823
b12,ap401 Costa, Thiers	2-5684
b12,ap402 Xavier, Luiz F	2-5694
b12,ap403 Pinheiro, C A	2-5428
b12,ap404 Borges, Roberto	2-3648
b12,ap405 Dias, Orlando	
E	2-0723
b12,ap406 Fonseca, Anauri	2-5043
b12,ap407 Cerqueira, J	2-1291
b12,ap408 Oliveira, Hélio	2-3222
b12,ap501 Monteiro, Cesar	2-4226
b12,ap502 Oliva, Frco A	2-5364
b12ap503 Silva, Cleber	
José	3-1917
b12,ap504 Braga F, P	2-9142
b12ap505 Costa, Maria G	
B	2-5903
b12,ap505 Guerra, José C	2-9350
b12,ap507 Brum, Jethro	2-9419
b12,ap508 Teixeira, Frco	2-5418
b12ap601 Simões, Hen-	
derson	2-7842
b12,ap604 Henning, João	2-5438
b12,ap605 Pontual, C	2-5411
b12,ap606 Almeida, N	2-5726
b12ap607 Santos, Hélio A	2-9828
b12,ap608 Carvalho, C	2-5521
b13,ap101 Gueiros, Esdras	2-5543
b13,ap102 Teixeira, Mucio	2-8810
b13,ap103 Mello, Oswaldo	2-7681
b12ap104 Prazeres, Emir	2-5764
b13,ap201 Freire, E	2-2368
b13,ap202 Menezes, R C	2-5981
b13,ap203 Coaracy, A R	2-5736
b13,ap204 Monteiro, Ede	
S	2-5490
b13,ap301 Cruz, Vicente F	2-0287
b13,ap302 Souza, Nivaldo	2-5826
b13,ap303 Guerra, João J	2-5910
b13,ap304 Santiago, Frco	2-4159
b13,ap402 Andrade, Maria	2-2325
b13,ap402 Andrade, P M	2-5791
b13,ap403 Penna, Cláudio	2-9986
b13,ap404 Abreu O, João	
B	2-5841
b13,ap501 Hernilida, M F	2-5921
b13,ap502 Marreco, A S	2-0625
b13ap503 Godinho, A O	2-2024
b13ap504 Mendonça,	
Dalio R	2-6940
b13,ap601 Lima, Altair S	2-5208
b13,ap602 Ziolkoski, E	2-5942
b13ap603 Lima, Jaldir T	2-5836
b13ap604 Mello, Lamartine	
J	2-6265
b14ap101 Mannarino, O	2-2667
b14,ap103 Correa, Niva A	2-0302
b14,ap104 Feljo, Germinal	3-0065
b14,ap203 Lima, Adélio V	2-9377
b14,ap204 Gontijo, Pedro	2-7491
b14,ap301 Costa, Hebe B	2-5887
b14ap302 Soares, Henrique	2-6145
b14ap304 Benn, Marcos	
Mário	2-8485
b14,ap401 Serwy, Aloysio	2-1237
b14ap404 Lima, Haroldo	
C	3-1708
b15,ap101 Cunha, Simão	2-9172
b15,ap103 Teixeira, Antão	2-4923
b15,ap104 Macedo, Hermes	2-5733
b15,ap201 Galvão, Paulo	2-1301
b15,ap202 Freitas, A M	2-6495
b15ap301 Zuany, Beliza	2-3180
b15ap301 Zuany, Beliza V	2-3180
b15ap302 Pietro, Maria L	2-7124
b15,ap303 Sabbá, Abraão	2-9812
b15ap304 Silva, Carmen	
A	2-2346
b15,ap403 Leão, Jerônimo	2-9040
b15,ap404 Ribeiro, João	2-6271
b16 Banco Brasil	
ap101 Coniss Cons-	
trução	2-5358
b16,ap101 Mendonça, A R	2-0132
b16,ap102 Araújo, Olga M	2-2703
b16ap103 Xavier, Antonio	3-2213
b16,ap105 Goes, Oswaldo	2-8693
b16ap106 Silveira, Lúcia	2-3409
b16,ap107 Costa, T Silva	2-7409
b16ap108 Rist, Horácio	2-5812
b16,ap109 Souza, Enaura	2-0115
b16,ap110 Souza, Isis	2-6084
b16,ap201 Barcellos, W P	2-9751
b16ap202 Scherrer, Paulo	2-9711
b16ap203 Gotschall, A R	3-0154

b16,ap204	Ponce Arruda, J	2-4191
b16ap205	Palva, Maria	
H A		2-0461
b16,ap206	Castello Branco, Mario Dornelles	2-7063
b16,ap207	Rezende, Hélio	2-6831
b16ap208	Verissimo, Mauro	3-2108
b16,ap210	Cortes, S C	2-6596
b16ap301	Baena, Arnaldo	3-0081
b16,ap302	Passos, Ojalma	2-9759
b16,ap303	Curi, Jorge	2-9813
b16,ap304	Catalão, Pedro	2-9507
b16,ap305	Ramos, Getúlio	2-7408
b16,ap306	Bacellar, D S	2-5930
b16,ap307	Souza, Afonso	2-1063
b16ap308	Torely, Ary	3-1528
b16ap310	Barros, João	
Paulo		2-5844
b16,ap401	Paranaçu C W	2-9137
b16ap402	Albuquerque, C A	3-0293
b16,ap403	Pimenta, M	2-7914
b16ap406	Lins, Dalton V	2-1156
b16,ap407	Adnet, Julio C	2-7354
b16ap408	Silva, Cassiano	
M		2-7906
b16ap409	Dolabela,	
Frco A		2-1467
b16,ap410	Braz, Chloris	2-6909
b16ap501	Levy, Hugo A	2-2673
b16ap503	Catão, Alvaro	2-5421
b16,ap505	Rochia, Alvaro J	2-7845
b16,ap506	Motta, Oylton	2-7413
b16ap508	Varejão, Athayde	3-0423
b16ap509	Aversa, José S	2-2077
b16,ap601	Luna Freire, O	2-9670
b16,ap602	Carneiro, N	2-9815
b16ap603	Nogueira F,	
José		3-0674
b16ap604	Salles, Walter	2-1369
b16,ap605	Alencar, I D	2-7532
b16,ap606	Jesus, Ana Z	2-5396
b16ap607	Xexeo, Frco M C	2-2083
b16,ap608	Castro, Aloysio	2-7880
b16ap609	Carvalho,	
Anauri		2-7015
b17,ap101	Duarte, C S	2-5927
b17,ap102	Bensusan, S	2-7112
b17,ap103	Pinto Ewald	2-8432
b17ap104	Grobman, Paul	2-6419
b17ap105	Oliveira, Ney M	2-9220
b17,ap106	Oliveira, J	2-3757
b17ap107	Vilhena, José A	2-3284
b17ap108	Toscano, Custo-	
dio		2-0208
b17ap201	Oliveira F	2-5719
b17ap203	Cabral, Carlos	2-4091
b17ap204	Pinheiro, Nélio	2-3995
b17,ap208	Pina, Oscar C	2-2606
b17,ap301	Oliveira, Luoy	2-7229
b17,ap302	Melo Nultane	2-5620
b17ap304	Catalão, Paulo	
C		3-0292
b17,ap305	Cunha, Luiz G	
M		2-9606
b17,ap306	Almeida, José	2-6358
b17ap307	Gonçalves,	
Nylio		3-0372
b17ap308	Ribeiro, Ary C	
M		2-6612
b17,ap401	Bueno, João R	2-8106
b17ap402	Esquilosa,	
Leônicio		3-2222
b17,ap404	Maya, José A	2-5125
b17ap405	Carmo, Italo E	2-5528
b17,ap406	Oliveira, W T	2-7460
b17,ap407	Fernandes, A C	2-5652
b17,ap501	Neves, Sávio L	2-5984
b17,ap502	Cândido José A	2-5017
b17,ap503	Silva, Celso M	2-4765
b17ap504	Carvalho, H M	2-5792
b17ap505	Figueira N, S	2-0090
b17,ap506	Souza, Marilha	2-5603
b17,ap507	Pinheiro, Raul	2-6209
b17ap508	Carmo,	
Raymundo		3-1804
b17,ap601	Fonseca, Luiz F	2-5918
b17,ap603	Carvalho, Ney	2-5563
b17,ap604	Costa, Angelo	2-5780
b17,ap605	Souza, Nelson	2-5211
b17,ap606	Beltrão, Benoni	
D		2-5379
b17,ap607	Cunha, Itamar C	2-6269
b17ap608	Alvarenga, S	
Cruz		2-5997
b18ap102	Martins, Ignácio	3-2601
b18ap103	Lima, Hermes	2-9828
b18ap106	Saenger, Sebald	
E		3-2568
b18ap107	Corqueira, A M	2-9639
b18ap201	Leite, Archimede	
des		2-5649
b18ap207	Nogueira,	
Adalício		3-2589
b18ap208	Rezende, Gilberto	3-0848
b18ap301	Silva, Fº Mario	
B		2-6315
b18ap302	Nascimento, A F	2-5175
b18ap303	Atta, Almir	
Araújo		2-4210
b18ap305	Wanderley, F G	2-8764
b18ap306	Nunes, Olinto	
Costa		2-9839
b18ap307	Ziller, Amílcar	
L		2-6052
b18ap308	Starling, Hugo	
N		2-9409
b18ap401	Baer, João	
R P		2-2618
b18ap402	Bicalho, Wal-	
demiro		2-5914
b18ap403	Maíra, Helvécio	
S		2-0036
b18ap407	Jacobi, Wilmar	
V		2-5993

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJÊTA MEDEIROS
De acordo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 25/4/1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.
É por ser verdade, dou fé, assinando este
Certificado em público e raso.
Brasília, de 26 ABR 1968 e 196
Em testemunho da verdade
BORIVAL NOCE
TABELÃO SUBSTITUTO

5794
B7b 5789 Doc. 6-6

CERTIDÃO do despacho exarado às
fls. 2 e 2v, do processo nº 2394/
68, pela Chefia da Seção de Ca
dastro.

Pelo of. nº 597/63, ratificado pelo de nº 174/64, juntado ao pro
cesso nº 1751/64, o Gabinete Civil da Presidência da República, distribuiu o
apartamento 102, bloco AP/02, da SQS. 203 ao Dr. NOEL NUTELS, que no entanto
não chegou a assinar o competente Termo de Ocupação, em razão de transferên
cia do servidor, para outro Estado.

Em virtude do Dr. NOEL NUTELS pertencer ao Ministério da Agricultu
ra, ficou o aludido imóvel englobado na cota dêsse, e pelo of. RMA/11-/BR/66,
foi redistribuído ao Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, na qualidade de chefe'
do S.P.I. — proc. 1404 — fls. 1.

Com essa função, o Cel. HAMILTON assinou documento, — of. 281 —
SPI, de 25.5.66, declarando que o S.P.I., responsabilizar-se-ia por todos e
quaisquer débitos existentes para o citado imóvel — fls. 4 — proc. 1404/66.

Já no processo nº 1225/66, o novo chefe daquele Órgão — Major Avia
dor LUIZ VINHAS NEVES redistribuiu aquele imóvel, ao Dr. LYDIO DINIZ HENRI
QUES, chefe de seu Setor Jurídico, para quem, pedia fôsse lavrado novo T.O.

Como se verificava nesse processo, muito embora autorizado, não
foi concretizada, oficialmente, a ocupação.

Em síntese, declarado pelo próprio of. nº RMA/11/BR/66, êsse imó
vel foi sempre considerado como residência oficial do Serviço de Proteção aos
Índios — S.P.I.

Brasília-DF, 29 de abril de 1968

Confere com o
original.
Em 29.4.68

Francisco Fabiano Portella
Chefe da Seção de Cadastro

Visto
30/4/68
3.º OFÍCIO - DF.
Tab. DJêta Medeiros

Osvaldo G. Ramagem
Chefe da Divisão de Administração
de Imóveis

3.º OFÍCIO DE NOTAS
Tabelionato DJÊTA MEDEIROS

Reconheço a(s) Firma(s)

Assinaladas.

Brasília,

Em testemunho

DORIVAL NOCÉ
TABELÃO SUBSTITUTO

SUPRA
INFRA
RETRO

30 ABR 1968

da verdade

3.º OFÍCIO DE NOTAS. TAB. DJÊTA MEDEIROS
De acordo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 25.10.60
autentico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este
Certificado em público e reso.

Em _____ de _____ 30 ABR 1968 de 196_____

Em _____ de _____ da verdade

Djêta Medeiros
TABELIÃO

5795 5784

Doc. 72

Antônio. Ben B. 66.
To. C. 66

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
003740 - 4.MAI.1966
SECRETARIA

FICHADO

DIRETORIA DO EXPEDIENTE
Encaminhado para o D.O. 25 MAI 1966

Alto 91

Chefe da S.R.B. da Costa
THIERS MOREIRA

Em 28.4.66

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O Orçamento da União consignou ao Serviço de Proteção aos Índios, dentre outras, a importância de Cr\$ 302.500.000 (trezentos e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), constante da Categoria Econômica 3.1.4.0 - Encargos Diversos.

2. Na distribuição apresentada por aquele Serviço, constante do Orçamento Analítico, atribui-se aos itens enumerados os quantitativos seguintes:

01.00 - Despesas miudas de pronto pagamento	200.000
03.00 - Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	800.000
04.00 - Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	1.000.000
08.00 - Expedições, congressos e conferências	500.000
10.00 - Assistência Social	294.000.000
13.00 - Outros Encargos:	
1) Manutenção e conservação de veículos	6.000.000

3. Nestas condições, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos, solicitando sejam aplicadas no corrente exercício financeiro, em regime especial de adiantamento e dispensadas das concorrências públicas e das coletas de preços, as parcelas de Cr\$ 294.000.000 (duzentos e noventa e quatro milhões de cruzeiros) e Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), constantes do Orçamento Analítico e referentes aos sub-elementos - 10.00 e 13.00

3.º OFÍCIO DE NOTAS-TAB. DJÊTA MEDEIROS
De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 25.4.1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando ~~este~~
Certificado em público e raso.

Brasil, de 30 ABR 1968 de 1968

Em testemunho da verdade.

Djêta Medeiros
TABELIÃO

57 96
3/16

Doc 77/19

5725-

4. O regime supra está devidamente previsto nos artigos 1º, 2º e § 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2 583, de 14 de setembro de 1940, e é o único que atende às peculiaridades do funcionamento do Serviço de Proteção aos Índios no interior do país, em face das reconhecidas dificuldades ali existentes para a aplicação de recursos em locais de difícil acesso e distante dos centros mais populosos.

5. Em razão de tais dificuldades, justifica-se, pois, plenamente, o pedido que ora faço a Vossa Excelência.

Renovo a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Ky Braga

3.º OFÍCIO DE NOTAS-TAB. DJÊTA MEDEIROS
De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 25.4.1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.
E por ser verdade, dou fôr assinando este
Certificado em público e raso.
Brasília, de 30 ABR 1968 de 196
Em testemunho da verdade
Djêta Medeiros
TABELIAO

C Ó P I A

MINISTÉRIO DO INTERIOR

5787

5798

BIB

Doc. 9

9

Offício nº 109

Brasília, D.F.

Em, 16 de agosto de 1967.

Senhor Diretor Geral:

Com a pressençançã ditada por nossa responsabilidade pública, vários expedientes temos dirigido às autoridades competentes dêste Ministério, dando conta da angustiosa posição em que se encontra o Serviço de Proteção aos Índios, sob a perspectiva de sugerir medidas, que comportem a solução de seus graves problemas.

2. Nossas mensagens, todavia, até aqui, não têm alcançado a ressonância de que tanto carecem. E, na pendência de decisões superiores, a situação vem tomando proporções alarmantes, capazes de determinar colapso total de nossas atividades. Anteontem, por Ofício nº 101, fizemos, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, sucinta e substancial explanação, sobre nossas questões administrativas. Nesta ocasião, porém, estamos vindo à presença de Vossa Senhoria, para reafirmar nossa conduta, caracterizando, de modo categórico, as radicais de tal situação:

a) - Nesta altura do ano, não recebemos qualquer verba, com exceção das que se destinam a Pessoal;

b) - nessas circunstâncias, tôdas as instâncias do Serviço, para atender a encargos inadiáveis, de ordem assistencial, vivem em regime deficitário, já sistemático e progressivo, em todos os exercícios, por modicidade de recursos;

Ilustríssimo Senhor
Doutor Américo Santiago
Digníssimo Diretor Geral do Departamento de Administração
Ministério do Interior.

Rio de Janeiro - Guanabara

LA/maps

3.º OFÍCIO DE NOTAS-TAB. DJÊTA MEDEIROS
De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 25.4.1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.
E por ser verdade, dou fé assinando este
Certificado em público e resq
Brasília,.....de 30 ABR 1968 de 196.....
Em testemunho.....da verdade
Djêta Medeiros
TABELIAO

~~5799~~
B9A
5799
B9A

5788 9-A
~~5800~~
B9A - 2 -
Doc 9-A

- c) - nosso compromisso oficial de assistência, objeto de nossa finalidade, recai sobre 70.000 índios, em caráter permanente, distribuídos por mais de 100 Pôstos, além de grupos de tribo, arredios, de frequência periódica;
- d) - a verba de "Assistência Social", para o exercício corrente, com a contenção adotada pelo Governo, ficou na importância de NCR\$416.282,00 (quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e dois cruzeiros novos);
- e) - sem computar os grupos de tribo, arredios, caberá, matematicamente, para cada índio de assistência permanente, DURANTE O ANO, da verba apropriada, acima referida, a ridícula importância de NCR\$6,00 (seis cruzeiros novos), em números redondos;
- f) - no desespero de satisfazer suas necessidades vitais, índios de quase todas as regiões, em grupos, vêm bater à porta da Diretoria, à procura da assistência que lhes é devida, e que, infelizmente, estamos sem condições de fazê-lo;
- g) - com o incêndio do dia 16 de junho último, no edifício do Ministério da Agricultura, perdemos todo nosso acervo administrativo;
- h) - em consequência, mediante exposição feita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, através de ofício s/nº, do dia 23 de junho préterito, solicitamos a fineza de providências, para a concessão de uma verba de emergência, no valor de NCR\$..... 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos), destinada à recomposição de nosso dispositivo de trabalho;
- i) - continuamos localizados, precariamente, em um dos andares do edifício do Banco da Amazônia S. A., ainda em construção, sem qualquer condição de atividade normal, e só não ficamos impedidos de trabalhar, totalmente, graças à cessão providencial de dez pequenas carteiras obsoletas, por parte do Dr. Pedro Carlos Machado Peixoto, ilustre Subchefe do Gabinete deste Ministério, em Brasília, e à nímia gentileza da firma Olivetti Industrial S.A., que colocou a nosso dispor, para uso, dez máquinas de datilografia e quatro máquinas de calcular;
- j) - nosso quadro de funcionários, desfalcado e superado, há muitos anos perdeu sua capacidade executiva, dentro dos limites de nossa finalidade, o que implica, logicamente, na amulação quase total, de nossa ação fiscalizadora;

3.º OFÍCIO DE NOTAS-TAB. DJÊTA MEDEIROS
De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 25.4.1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este
Certificado em público e para
Brasília, de 30 ABR 1968 de 196.....
Em testemunho..... da verdade

Djêta Medeiros
TABELIAO

~~5801~~
B9/b

~~5789~~

9. B

5800
B9/b

- 3 -

k) - nosso complexo de transporte, sofrendo os mesmos efeitos da ampliação constante de nossos deveres, está muito longe de atender ao equilíbrio de nossas necessidades, em número, condição e espécie;

1) - Há Postos, que, em virtude de sua localização e de sua distância, requerem, para ser visitados pela Inspetoria, em matéria de serviço, no tempo das águas, mais de um mês, em viagem de ida e volta, e uma média de três meses, no tempo da seca.

Com a presente manifestação, estampamos, sem qualquer retoque, com a maior fidelidade, o panorama administrativo deste Serviço, cumprindo, realmente, com nossa obrigação.

Permita-nos Vossa Senhoria, nesta oportunidade, apresentar-lhe protestos mais elevados de nosso apreço.

As.) Luiz de França Pereira de Araújo
Diretor Subst^a - SPI.

LA/maps

COPIA DESTA ATUAÇÃO PARA O ARQUIVO
OBSERVAÇÃO: O presente documento é
um documento de trabalho e não deve ser
utilizado para fins de divulgação ou
para fins de processo administrativo.
O presente documento é de propriedade
do Ministério do Interior e deve ser
guardado em local seguro.
O presente documento é de propriedade
do Ministério do Interior e deve ser
guardado em local seguro.

3.º OFÍCIO DE NOTAS-TAB. DJÊTA MEDEIROS

De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.143, de 25.4.1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este
Certificado em público e reso.

Brasília, de **23 ABR 1968** 196

Em testemunho da verdade

Djêta Medeiros
TABELIAO

0000

ccoco

LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA DE ARAUJO
CHOCOLATE SINDI

LUIZ VILHAS REYES Maj Av
Diretor do S.P.I.

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DUTTA MPEIROS
De acordo com o art. 2º do D. Lei 2.148, de 25/4 1940
aut. n.º 10 e a cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para este Ofício.
É por ser verídica, dou fe, assinando este
Certificado em público e caso
trazida, de 24 ABR - de 19
Em testemunho da verdade
DO-IVA. NOCE
TABELIAO CONSTITUTO

2

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5791 5803 10-A
396
Doc 10-A

F O N T E S D A R E C E I T A

S E R V I Ç O D E P R O T E Ç Ã O A O S I N D I O S

E X E R C Í C I O D E 1 9 6 5

P R I M E I R A I N S P E T O R I A R E G I O N A L

1.4.01 - B o v i n o s Cr.\$ 14.960.500

Q U I N T A I N S P E T O R I A R E G I O N A L

1.6.01 - A r r e n d a m e n t o s Cr.\$ 18.000.000

S É T I M A I N S P E T O R I A R E G I O N A L

1.1.04 - M a d e i r a s Cr.\$ 162.459.250

A J U D Â N C I A D O S U L

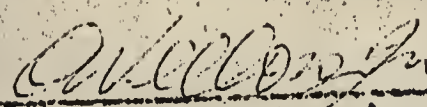
1.1.04 - M a d e i r a s Cr.\$ 14.000.000

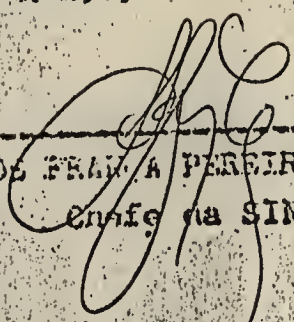
P O S T O C E T Ú L I O V A R C A S " B R A M A N A L "

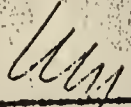
1.4.01 - B o v i n o s Cr.\$ 6.700.000

Cr.\$ 206.119.750

BRASÍLIA, 21. DE DEZEMBRO DE 1965


ALCIDES VELOSO JÚNIOR
Contador da SINDI


LUIZ DE FÁRRIA PEREIRA DE ARAÚJO
Chefe da SINDI


LUÍS VINÍCIUS NEVES Maj Av
Diretor do S.P.I.

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DUETA MEDEIROS

De acordo com o art. 2.º do D. Lei 2.149, de 25/4. 1940
então a cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fe, assinando este

Certificado em público, rasando, de 24 ABR 1968 de 19

Em testemunho da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIAO SUBSTITUTO

3

5792 10 73
5804 5804
Doc 10-B

MINISTERIO DA AGRICULTURA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA

EXERCÍCIO DE 1965

0.0.06 - SUPRIMENTOS RECEBIDOS

PRIMEIRA INSPECTORIA REGIONAL

Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 57.979.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 6.981.500	14.960.500

QUINTA INSPECTORIA REGIONAL

Entrega direta	Cr.\$ 4.000.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 3.000.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 1.000.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 10.000.000	18.000.000

SÉTIMA INSPECTORIA REGIONAL

Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 12.468.250	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 5.000.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 5.000.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 6.491.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 3.000.000	
Remessa Banco do Brasil S/A	Cr.\$ 20.000.000 V	
Remessa Banco Mercantil MG S/A	Cr.\$ 35.000.000 V	
Remessa Banco Mercantil MG S/A	Cr.\$ 7.000.000 V	
Remessa Banco Mercantil MG S/A	Cr.\$ 12.000.000 V	
Remessa Banco Mercantil MG S/A	Cr.\$ 18.000.000 V	
Entrega direta	Cr.\$ 15.000.000 V	
Entrega direta	Cr.\$ 5.000.000 V	
Entrega direta	Cr.\$ 14.000.000 V	
Entrega direta	Cr.\$ 2.500.000	162.459.250

AJUDÂNCIA DO SUL

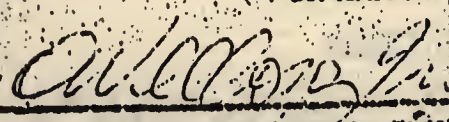
Entrega direta	Cr.\$	4.000.000
----------------------	-------	-----------

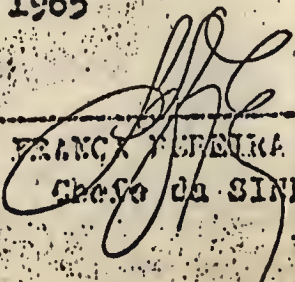
POSTO GIBULIO VARGAS "LAVAPAL"

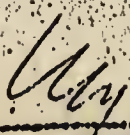
Entrega direta	Cr.\$	6.700.000
----------------------	-------	-----------

TOTAL 236.119.750

BRASÍLIA, 31 DE DEZEMBRO DE 1965


ALCIDES VELLOSO JÚNIOR
Contador em SINT


LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO
Chefe de SINDI


LUIZ VIANA NEVES Maj AV

LUIZ VIANA NEVES Maj AV
Diretor do S.P.I.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, DORIVAL NOCE, Tabelião Público, no exercício de minhas funções, declaro a autenticidade das cópias e reproduções feitas por mim, em conformidade com o art. 2º da Lei 2.148, de 25/4/1940, e a reprodução foi do documento original que me foi exibido para certificação, e por ser verdade, eu lo, assinando este

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJETA MPOBROS

De acordo com o art. 2º do D Lei 2.148, de 25/4/1940
aut. esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para certificação,
e por ser verdade, eu lo, assinando este

Certifico do em público e lido.
e rasura, de 24 ABR 1968 do 13
Em testemunho da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIÃO PÚBLICO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA, GESTÃO DO MAJOR AVIADOR
LUÍS VIMÍAS NEVES, REFERENTE AO MOVIMENTO FINANCEIRO ECO-
NÔMICO DO PATRIMÔNIO INDICADA, ATÉ 19 DE ABRIL DE 1966 -

RECEITA Cr.\$ 27.000.000
DESPESA Cr.\$ 20.536.573
* SALDO POSITIVO Cr.\$ 102.608

SALDO POSITIVO:

BANCO DO BRASIL S/A Cr.\$ 85.846
BANCO MERCANTIL DE RIOS GERAIS S/A Cr.\$ 16.762

Paraná, 19 de abril de 1966

ALCILOS VELLOSO JUNIOR
Contador da SINDI

LUÍS DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO
Chefe da SINDI

LUÍS VIMÍAS NEVES Maj. Av
Diretor do S.P.I.

3.º OFICIO DE NOTAS - TAB. DUJETA MEDEIROS

De acordo com o art. 2.º da Lei 2.148, de 25/4 1940
do título e da cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para a conferência,
e por ser verdadeiro, dou fe, assinando este

Certificado em público e razão
brasília, _____ de 24 ABR 1968 de 19 _____
Em testemunho _____ da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIÃO SUBSTITUTO

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJETA MEDEIROS

De acordo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4/1940
seu texto e a cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este
(certificado em público e lido)

Brasil, _____ de _____ 24 ABR 1968 19 _____
da verdade

Em testemunho

DORIVAL NOCE
TABELIAO SUBSTITUTO

6

5801 5795- 10-E
5806 Doc 10-E

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITAEXERCÍCIO DE 19660.0.06 - SUPLEMENTOS RECEBIDOSQUINTA INSPECTORIA REGIONAL

Remessa Banco do Brasil S/A.....	Cr.\$ 15.000.000
Remessa Banco do Brasil S/A.....	Cr.\$ 3.320.000
Remessa Banco do Brasil S/A.....	Cr.\$ 1.680.000
TOTAL	Cr.\$ 20.000.000

FORTE DA RENDAQUINTA INSPECTORIA REGIONAL

1.0.01 - Arrendamentos	Cr.\$ 20.000.000
------------------------	------------------

BRASÍLIA, 19 DE ABRIL DE 1966

Alcides Velloso Junior
ALCIDES VELLOSO JUNIOR
Contador da SINDI

Luiz de Fátima Pereira de Araújo
LUIZ DE FÁTIMA PEREIRA DE ARAÚJ
Chefe da SINDI

Luís Vinhas Neves Maj AV
Diretor do S.P.A.

7

572 5808 58040-F
Doc 9160-F

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 1966

2.0.00 - DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO

2.0.01 - Salários e Gratificações	CR\$ 9.972.000	
2.0.02 - Custeio de Viagens	CR\$ 1.496.149	
2.0.03 - Combustíveis e Lubrificantes	CR\$ 200.000	
2.0.05 - Consertos e Reparos	CR\$ 33.500	
2.0.07 - Impostos e Taxas	CR\$ 100.000	
2.0.08 - Artigos de Expediente	CR\$ 705.140	
2.0.12 - Despesas Bancárias	CR\$ 2.000	12.508.789

2.1.00 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1.04 - Assistência Jurídica	CR\$ 1.970.000	
2.1.07 - Provisões	CR\$ 5.089.464	
2.1.06 - Medicamentos	CR\$ 8.320	7.067.784

2.6.00 - SUBVENÇÕES INTERNAS

2.6.01 - Suprimentos Concedidos	CR\$	800.000
---------------------------------------	------	---------

5.1.00 - BENS IMÓVEIS

5.1.07 - Móveis e Utensílios	CR\$	160.000
------------------------------------	------	---------

TOTAL

CR\$

20.536.573

BRASÍLIA, 19 de ABRIL de 1966

Alcides Velloso Junior
Contador da SINDI

Luiz de França Pereira de Araújo
Chefe da SINDI

Luís Vinhas Neves Maj Av
Diretor do S.P.I.

3.º OFICIO DE NOTAS - TAB. DUETA MENEZES

De acordo com o art. 2º do D. Lei 2.140, de 28.4.1940
autêntico e faz cópia, a qual é reprodução fiel do co-
currente original que me foi exibido para a autenticação.

E por ser verdade, dou fe, assinando este
Certificado em público e lido.

Brasília, _____ de _____ de 19____
Em testemunho _____ da verdade

DORIVAL NOCE
TABELÃO SUBSTITUTO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

5794- Doc 11 11 5804
5808
5808
5808

TRIBUNAL DE CONTAS
Serviço de Contas
28 DEZ 1967

Almy

Brasília, D. F.,

27 de dezembro de 1967.

Ofício s/nº.

Luiz de França Pereira de Araújo, Contador, nível 22 - SPI
Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Egrégio Tribunal
de Contas da União

4 Prestação de Contas (encaminha)

Senhor Ministro Presidente:

No afã de conservar o equilíbrio de minha conduta, no trato de dinheiros públicos, e procurando consolidar os propósitos definidos em meu requerimento do dia 04/12/67, que tive a honra de dirigir a Vossa Excelência, protocolado no Serviço de Comunicações desse Egrégio Tribunal sob nº 23.018/67-ref., em data de 05/12/67, experimento a imensurável satisfação de encaminhar-lhe, com o presente, a Prestação de Contas do suprimento de R\$34.200.000 (trinta e quatro milhões e duzentos mil cruzeiros), recebido do Sr. Coronel Hamilton de Oliveira Castro, então Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, e relativo à verba Categoria Econômica 3.1.4.0 - Subelemento 10.00 - Encargos Diversos - Assistência Social (Assistência ao Índio).

Cabe-me particularizar, que assim estou procedendo, com o encaminhamento direto a esse Insigne Tribunal, levado pelo receio de maiores delongas em sua tramitação, marcada por exigências burocráticas, nas instâncias da Repartição beneficiada pela verba. Receioso fiquei, também, de obter, através do Correio, o visto do Sr. Coronel Hamilton de Oliveira Castro, que se encontra, atualmente, em Curitiba, exercendo alta função no Governo do Estado do Paraná. Formalizada, nessa Egrégia Corte, a apresentação de minhas contas, em diligência oportuna, poderá aquela autoridade ratificá-las, como o fez com a Prestação de Contas original, danificada, inteiramente, pelo notório incêndio do dia 16/06/67.

Nestas condições, espero e agradeço a prestigiosa consideração de Vossa Excelência, significando-lhe, neste instante, protestos do mais elevado apreço.

Luiz de França Pereira de Araújo
Contador, nível 22

28 DEZ 1967
Serviço de Contas
TRIBUNAL DE CONTAS

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. PÁG. 148
De acordo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 26/4/1940
autêntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do co-
cumento original que me foi exibido para a conferência.
E por ser verdade, dou fe, assinando este
Certificado em público e lido.
de 24 ABR 1968 de 19
Em testemunho da verdade
DORIVAL NOCE
TABELA SUBSTITUTIVA

57-98

12

5809

310 Dec. 12

Ofício nº nº.

Brasília, D. F.,
4 de janeiro de 1968.

Luiz de França Pereira de Araújo
Ilustríssimo Senhor Doutor Jader de Figueiredo Correia
Digníssimo Presidente da Comissão de Inquerito do SPI
: Comunicação (faz)

Senhor Presidente:

De acôrdo com a comunicação feita em meu ofício s/nº, datado de 13 de dezembro último, venho trazer ao conhecimento de Vossa Senhoria, que, em data de 29/12/67, tive a imensa satisfação de entregar ao Colendo Tribunal de Contas da União, mediante expediente próprio, minha prestação de contas, relativa ao suprimento recebido do Coronel Hamilton de Oliveira Castro, então Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no valor de R\$ 34.200.000 (trinta e quatro milhões e duzentos mil cruzeiros). Nas mesmas condições, estarei apto a solucionar o problema do Patrimônio Indígena, assim que me seja esclarecido. De consciência limpa, estou certo de que essa illustre Comissão, levada por depoimentos maldosos, e no afã de não cometer parcialidade, tenha incorrido em equívoco, francamente sanável, na fase de defesa ou de esclarecimentos.

Nesta oportunidade, apresento a Vossa Senhoria, protestos de consideração.

Luiz de França Pereira de Araújo
Luiz de França Pereira de Araújo

Recebido
em
5/01/68
[assinatura]

3.º OFICIO DE NOTAS - TAB. DJETA MEDeiros

De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4 1940
aut ntico esta cópia, a qual é reprodução fiel do do-
cumento original que me foi exibido para este efeito.

E por ser verdade, dou fe, assinando este
Certificado em público e lido.

Brasil, _____ de _____ **24 ABR 1968** de 19 _____

Em testemunho _____ da verdade

DORIVAL NOCE
TABELIAO SUBSTITUTO

5799

13

5810
398

Doc. 13

Excelentíssimo Senhor

General de Divisão Afonso Augusto de Albuquerque Lima

DD. Ministro de Estado do Interior

LUIZ FRANÇA FERREIRA DE ARAUJO, contador nível 22, lotado na Administração Central do SPI em Brasília, expõe e requer a Vossa Excelência na forma abaixo:

O requerente está recolhido desde 19/10/67 na Delegacia Geral de Investigações em Brasília, por força de prisão administrativa, conforme Portaria 296/67 publicada no D.O. de 26/10/67, (Seção I, Parte I), onde se verifica que em face de ausência de prestação de contas no Tribunal de Contas da União, relativa a suprimento recebido do então Diretor do SPI, foi considerado em alcance de N^o 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos cruzeiros novos).

Funcionário do SPI há mais de 15 anos, a exemplo de outros suprimentos que recebeu e prestou contas, o fez também em relação suprimento epigrafado.

Recebido o suprimento em questão em 18/8/66 (extrato de contas/correntes em anexo) sua aplicação deu-se paulatinamente em despesas realizadas em Teófilo Otoni, MG, Goiânia, GO e Brasília, DF., obedecendo ao fim específico a que se destinava, tudo dentro da orientação traçada pelo então Diretor do SPI.

Feita a aplicação total do suprimento ingressou em janeiro do corrente ano, com a prestação de contas respectiva, no próprio SPI em Brasília.

Com o incêndio do prédio do Ministério da Agricultura onde funcionava o SPI teve sua prestação de contas destruída pelo fogo juntamente com todos os demais documentos do Serviço e as demais vias relativas a comprovação do suprimento aplicado.

Por esta particularidade, ser funcionário da Administração Central, e tudo ter sido destruído pelo fogo, não pode re-

~~5811~~ ~~5780~~ 13.17
B286 58.11
B286 Dec. 13.17

correr às quartas vias da sua prestação de contas, ao contrário do que fizeram alguns colegas que encaminharam suas prestações de contas através dos diversos postos do SPI distribuídos pelo país, onde ficavam cópias das mesmas.

Dúvida, entretanto, não há quanto a aplicação do suprimento, conforme se verifica do extrato da conta bancária anexo por fotocópia.

A prestação de contas anteriormente apresentada e destruída pelo fogo poderá ser reconstituída a vista do extrato anexo. É uma questão de tempo e de diligência a ser pessoalmente realizada pelo aplicador do suprimento nas cidades mencionadas. Preso é impossível fazê-lo já que não dispõe de filhos homens para desempenhar essa tarefa.

Desse modo a situação do requerente apresenta certa peculiaridade, e por isso merece de Vossa Excelência, homem justo que é, um tratamento razoável.

E esse tratamento razoável consiste, em relaxando a sua prisão, dar-lhe um prazo fatal, improrrogável porém suficiente que lhe permita reconstituição da prestação de contas.

Aliás, quando surpreendido pela prisão, vinha tomando providências para reconstituição da aludida prestação de contas.

Conclue-se do exposto:

- a) que o suprimento recebido foi aplicado (extrato anexo);
- b) que o original da prestação de contas não chegou ao Tribunal de Contas da União por motivos alheios à sua vontade;
- c) que as quartas vias dos documentos comprobatórios foram destruídos pelo fogo com os demais documentos do SPI em Brasília;
- d) que é perfeitamente possível através do extrato da conta bancária, dentro de prazo razoável, reconstituir-se a prestação de contas.

Assim, justo e humano é que se conceda um prazo razoável para atender as razões acima expostas.

Da mesma forma deve ser o procedimento em relação aos R\$ 1.500,00 da renda do patrimônio indígena indicado na Portaria 296/67,

5812 5813 5787 13-B
B96 B96
Doc. 13-13³

Isto posto, requer a Vossa Excelência o relaxamento de sua prisão, tendo em vista o decidido nas Portarias 328, 329, 330 e 331 e 332/67, a fim de que possa diligenciar no sentido da mais breve reconstituição da prestação de contas, dentro do prazo a ser fixado.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília, 10 de novembro de 1967

LUIZ FRANÇA FERREIRA DE ARAUJO

DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de prova junto à COMISSÃO DE INQUERITO, a pedido do Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, ocupante do cargo de Contador nível 22-C deste Ministério, que à vista dos assentamentos individuais do referido servidor, consta que ingressou no Serviço Público em 8 de julho de 1929 na Rede Ferroviária Federal permanecendo até 31 de agosto de 1935, sem interrupção.

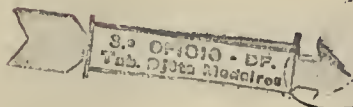
Possui ainda tempo de serviço prestado na Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos Oficial em Salvador-Baia no período de 1º de outubro de 1939 a 31 de julho de 1942. Tendo ingressado neste Ministério em 16 de agosto de 1952, onde permanece em exercício até a presente data.

Declaro ainda que na pasta de assentamentos não consta que o mesmo tenha sofrido quaisquer penalidade no período acima mencionado.

SCP. em 30 de abril de 1968

[Handwritten signature]

LUIZ AYRÉS CUNHA = CHEFE DA S.C.P.



AL/AL.

3.º OFÍCIO DE NOTAS

Tabellionato DJÊTA MEDEIROS

Reconheço a(s) Firma(s) SUPRA
 INFRA
 RETRO

Assinadas. 30 APR 1968

Expelida.

Em cartório. Em verificação.

[Handwritten signature]
 DORIVAL NOCE
 TABELIÃO SUBSTITUTO

3.º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. DJÊTA MEDFIROS

De acôrdo com o art. 2.º do D. Lei 2.148, de 25/4 '1940
autentico esta cópia, a qual é reprodução fiel do co-
cumento original que me foi exibido para conferência.

E por ser verdade, dou fé, assinando este

Certificado em público e raso

Brasília, _____ de _____

Em testemunho

30 ABR 1968
DORIVAL NOCE
TABELÃO SUBSTITUTO

de 19 _____

da verdade

5814 5815
B910 B91A

5783

NILSON DE ASSIS CASTRO nos autos do processo administrativo a que responde perante esse Ministério, vem em sua defesa dizer a V.Sa. o seguinte:

PRELIMINARMENTE

Para um melhor entendimento quanto as denúncias que lhe foram formuladas, vem o denunciado, pedir venia, a V.Sa., no sentido de equacionar item por item " In separatuor", para melhor esplanção de sua defesa.

NO MÉRITO

1ª DENÚNCIA:

ATESTAR RECIBOS FALSOS (volume XI- fls 2487)

O ora acusado jamais assinou qualquer recibo que se pudesse taxar de falso, visto todos êles terem sido assinados de próprio punho para pagamento de despesas realmente feitas, tais / como, construção no Posto de sede nova (Posto indigena FIORAVANTI Esp.), feitura de um prédio escolar e de uma capela e pagamento de indenizações a operários da serraria do Posto, estas de acôrdo com o que esta belece a Consolidação vigente.

2ª DENÚNCIA:

TACÃO DE CONTAS FORNECER RECIBOS GRACIOSOS PARA FRAUDE EM PRESTAÇÃO DE CONTAS (volume IX fls. 1723)

As acusações fundamentadas neste item, improcedem totalmente. Em data que não se pode precisar, foram as terras / indigenas invadidas por posseiros, que além de nela se estabelecerem ainda espancavam os selvicolas, sem que o ora acusado, encarregado do Posto (NONOAI) nada pudesse fazer face ao total desprovinimento de recursos para tal medida repressiva.

Se tornou necessária a participação do Delegado de Policia de NONOAI para as medidas policiais, não só para desalojar os invasores, como também, evitarem-se as agressões de que /

5815/398 5816/398 *Adorno*
eram vítimas os índios, com o perigo de uma sublevação de consequências ^{IMPREVISÍVEIS} Graças a êle, tudo foi resolvido conseguindo o Posto continuar a manter o trabalho a que foi destinado. 5784

Pediu-nos, então o Delegado de Polícia para cultivar "3" alqueires de Terra, o que permitimos por nos faltar razões morais para negá-lo. A renda cobrada por alqueiro é de NCR\$... 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) anuais.

Pergunta-se: pode-se capitular como um delito a permissão para a lavragem de 3 alqueires por parte do Delegado de Polícia?

Quanto ao uso da parte da renda na manutenção de sua família, pergunta-se: será crime alimentar-se o Encarregado do Posto Indígena com produtos da roça do Posto, quando não recebe êste gratificações pelos serviços que realiza?.....

3ª ACUSAÇÃO:

PERMITIR AO SR. LUIZ CARLOS BERBERGIER e MAIS 12 LAVRAREM TERRAS NO POSTO SEM PAGAR RENDA

No que concerne ao Sr. Luiz Carlos Berbergier a resposta foi dada no item anterior.

Quanto aos demais, 9 são maridos de índias, estando isentos do pagamento de renda e, os 3 restantes são arrendatários inválidos, sendo paralíticos e cancerosos.

4ª ACUSAÇÃO:

CONTRATAR A SRª EUCIA ALVES CASTRO, PARA TRABALHAR SENDO PAGA PELA RENDA INDIGENA

Improcede totalmente tal alegação visto a referida senhora, ainda que sendo a responsável pela enfermagem, cozinheira da escola e da sede do posto, jamais ter recebido qualquer pagamento por seus serviços.

5ª ACUSAÇÃO:

EFETUOU PAGAMENTO COM DINHEIRO DO POSTO DE SUA RESIDÊNCIA PARTICULAR (fls 1819)

Improcede totalmente tal acusação visto que o material referente a nota no valor de NCR\$ 37,57 foi empregado na feitura do prédio escolar (pregos) e o restante, distribuído aos índios. (farinha de mandioca, açúcar, etc.)

6ª ACUSAÇÃO:

CORRESPONSÁVEL PELO DESAPARECIMENTO DE 9 RESES do PATRIMONIO INDIGENA e 7 do PATRIMONIO NACIONAL:

Improcede totalmente tal acusação visto o desaparecimento ter se dado em 1963 e somente em 1967 termos

5816/5817
assumido a Chefia do Posto. É de esclarecer, ainda, que tal fato foi
verificado por V.Sa. no livro de registro de animais. 5785-

7ª ACUSAÇÃO

ACUSADO EM HAVER NOMEADO A SRª BELMIRA VAZ,
SEM AUTORIZAÇÃO PARA PELA RENDA INDIGENA

Improcede a acusação visto que no amparo a própria renda indigena, o contrato feito com a SRª BELMIRA VAZ foi no valor de NCR\$ 40,00 mensais, quantia muito inferior aquela que há 8 anos, vinha recebendo, pois, anteriormente percebia como remuneração mercadorias pertencentes à renda indigena.

Mãe de 7 filhos e esposa de um funcionário do posto, pergunta-se:

O que mais compensador, uma quantia fixa em dinheiro mensalmente, ou mercadorias para sustento de 9 pessoas?

8ª ACUSAÇÃO:

SUBLEVAÇÃO DE INDIOS CONTRA RENDEIROS

Tal acusação não tem a menor consistência, visto nunca ter havido tal sublevação. O que deu ensejo a tal denúncia, foi uma correspondência enviada ao Sr. SEBASTIÃO L. da SILVA - Chefe da 7ª Inspeção - Relatando-lhe a situação e a que ponto chegar-se-ia para evitar-se a desordem dentro da área e os consequentes prejuízos para os índios, com a saída do Delegado de Polícia de / NONOAI.

9ª ACUSAÇÃO:

IRREGULARIDADES CONTRATUAIS: NÃO COMPROVOU O
SUPRIMENTO RECEBIDO DA 7ª INSPEÇÃO REGIONAL NO VALOR DE NCR\$.....
5.000,00 E NEM TEM ESCRITURAÇÃO REGULAR.

Tal denúncia é improcedente visto não ter sido recebida a citada importância, fato acontecido com outros Encarregados de Postos. O que na verdade aconteceu, foi o tráfico de influência havido pelo chefe hierarquicamente superior, no sentido de receber em Brasília a verba correspondente.

Tal quantia jamais foi remetida ao Posto, chegando após a passagem de alguns dias a informação de sua destituição o que nos levou a crer no não recebimento do dinheiro por parte daquele Chefe.

Quanto a escrituração do Posto, a mesma foi sempre mantida dentro da diretrizes baixadas pelo serviço, com todas as pastas em perfeita ordem, improcedendo, por via de consequência,

tal denúncia.

10ª ACUSAÇÃO:

5817 5818
B910 B910

5786

PAGAMENTO DE SERVIÇOS COM MADEIRAS SEM OBSER=
VÂNCIA DE QUALQUER REQUISITO LEGAL. (folha 3528 - Vol. XV)

O pagamento de serviços o foi em consonância a autorização verbal recebida do SR. SAMUEL BRASIL - Chefe da 7ª inspetoria, mais tarde substituído pelo SR. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, baseado nos fatos seguintes: Os srs. AMÉRICO BERTONCELLO e GERALDO LOVO beneficiaram madeiras para a construção do Posto Indígena FIORAVANTI ESPERANÇA.

Como os pagamentos pelos serviços realizados não se consumavam entenderam eles em receber a importância de qualquer maneira mesmo que fosse em mercadoria.

É bom que se frize que tais acontecimentos se passaram em zona em que a vida humana não tem muito valor e que se mata por qualquer insignificância.

Até a agressão física chagaram sendo testemunhas oculares o reverendo Natalício e o funcionário do Posto Francisco Tavares.

Não resta^{va} outra solução senão, após comunicação pelo rádio amador com o Chefe da Inspeção, entregar madeiras de pinho serrado nos valores correspondentes aos serviços prestados, passando os citados senhores os recibos hábeis, não sendo em consequência desembolsada mais nenhuma quantia em dinheiro para pagamento de tal trabalho.

Não se pode, assim, dizer, que houve malbaratamento ou desvio de dinheiros públicos e sim pagamento em mercadoria do Posto Indígena que deveria ser comercializada mais tarde.

11ª ACUSAÇÃO:

CÁRCERE PRIVADO PARA INDIOS

Improcede totalmente tal acusação. Em nossa gestão à frente do Posto Indígena de NONOAI, terminamos com uma cela medindo 1m x 1,30m que encontramos e que não continha os requisitos mínimos de uso.

Nandamos construir uma de 2,50 x 3m, com os requisitos indispensáveis de uso.

Diga-se a bem da verdade que durante o tempo que lá permanecemos procuramos reprimir os abusos e mesmo crimes dos índios de modo diverso ao do carcerário.

Assim como castigo o índio era obrigado a varrer o pátio da sede e outras dependências, procurando com tal trabalho recupera-lo para o seu próprio meio.

5818/5819
BIA

Diga-se, ainda, que V.Sa. Sr. Presidente, quando da passagem pelo Posto de NONOAI, encontrou o indio JOÃO MARIA SALES em serviços de limpeza, pelo fato de ter seduzido uma india de 11 anos de idade. 5789

A cela anterior de 1m x 1,30m passou a ser usada como depósito de ferramentas.

12ª ACUSAÇÃO:

PAGO COM DINEHIRO DA RENDA INDIGENA A EMPREGADA DOMÉSTICA DE SUA RESIDÊNCIA

Não procede tal alegação. O que na verdade / existiu foi que a India TEREZA EUFRÁZIO prestava serviços como cozinheira da sede do Posto e da enfermaria, recebendo pelo seu serviço remuneração, conforme recibo assinado pela mesma e com prestação de contas a 7ª Inspeção Regional.

Acresce a circunstância que a india TEREZA não é analfabeta, pois cursou até o 2º ano ginasial em Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sr. Presidente

Com o longo arrazoado, procuramos demonstrar a V.Sa. e a seus pares, a improcedência das acusações formuladas.

O peticionário, homem humilde de formação intelectual mínima, foi admitido no S.P.I. em 2.3.1945, como escrevente datilógrafo, nível 7, percebendo no momento cerca de Ncr\$165,00 (cento e sessenta cruzeiros novos) de vencimentos.

Durante sua vida funcional foi Encarregado de Posto em ICATÚ, CAPITÃO IAKRI, FIORAVANTI ESPERANÇA e NONOAI.

Sua família e sua vida se resume na esposa e nos seus oito filhos.

Seus haveres e bens resumem-se apenas na sua família. Em todos os cargos que ocupou, jamais deles se locupletou.

O que espera tão somente o ora defendente da presente Comissão de Inquérito, é que declarando-o isento das acusações contra ele feitas, seja feita paena, digo apenas

J U S T I Ç A !

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968


Nilson de Assis Castro



MINISTÉRIO DO INTERIOR

5819

29/10

5820
BIA
5788

DEFESA

ALBERTO PIZARRO JACOBINA

Impossível deixar de revelar a estranheza com que recebi a citação datada de 10 do corrente, para apresentar defesa escrita/ neste já rumoroso processo administrativo a que estaria respondendo no Ministério do Interior, na forma do Artigo 222 do Estatuto dos / Funcionários Públicos Cíveis da União, pois sómente agora tomei conhecimento de que meu nome nêle figurava como indiciado. Dizem os léxicos: Indiciado - "Indivíduo que, num processo, é considerado / como sendo o criminoso ou culpado". Eu não havia sido inquirido, nem notificado de coisa alguma! Indiciado, como? Para saber do que se tratava, teria vistas dos autos por 20 dias úteis. Atendendo ao / chamado, como me cumpria, deparei em seu bojo com apenas duas acusações, inteiramente graciosas.

Primeira acusação:- "Apesar de demitido, voltou a integrar o Quadro do SPI na condição de contratado" (Fls. 1572, 1578, 4054 4055 e 4056)

Indicadas as páginas da infundada acusação, ao percorrê-las encontrei o leviano depoimento de BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, à página 1572:

- a) - "Que o Major Neves, entre outras coisas, é responsável pela contratação irregular do ex-funcionário 7 Jacobina demitido do SPI por Inquérito Administrativo por prática de irregularidades;"

Não conheço êsse Sr. Fagundes, nem lhe sei a idade. Creio o mesmo que nunca o vi. Soube, agora, por indagações, que é funcionário do SPI, em Brasília. Parece tratar-se de um retardado mental, ou de algum poltrão teleguiado. O fato é que "ouvira cantar o galo mas não sabia onde". Houvesse consultado o C.N.P.I. e teria encontrado o parecer apresentado pela Eminente Conselheira D. HELOÍSA / ALBERTO TORRES, ao tempo Diretora do Museu Nacional, e aprovado em sessão presidida pelo General CÂNDIDO MARIANO RONDON. Na voz profética de tão ilustre Conselheira, dizia o referido parecer: " Temos a convicção de que o caso criado em torno da administração do Sr./

Jacobina constitui um "quiproquó" da parte da administração central do SPI e que será desmanchado completamente ao exame sereno e justo da ampla documentação apresentada por aquêlê entusiasta defensor do índio, que, no exercício da chefia da mais importante e da mais trabalhosa Inspetoria, como é a I.R.1, demonstrou qualidades notáveis de administrador, uma incansável atividade, de que derivavam as / constantes inspeções pessoais aos Postos do interior e às malocas / de índios, homem de iniciativa, habituado a perlustrar os sertões."

Se o denunciante tivesse procurado informar-se, ao invés de faser uma acusação falsa, teria sabido das razões que assistiam / à D. BELOÍSA ALBERTO TÔRRES para assim falar, pois que o Exmo. Sr. / General RONDON honrou-me com uma carta em que dizia: "Estou certo de que um entendimento pessoal resolveria tudo a contento do escrúpulo administrativo que faz questão de proclamar o Diretor do SPI. / Em relação à sua vinda a esta Capital para prestação de contas, como acontecia nos anos anteriores, o atual Diretor do SPI se mantém inflexível, declarando não convir e ser contrária aos interesses da administração da Inspetoria. Em palestra íntima com êle, tenho // aventado a idéia de êle ouvi-lo pessoalmente para esclarecer o assunto administrativo que deu lugar ao desentendimento do Diretor / com o Chefe da Inspetoria. Mas, encerra-se na sua obstinação. Com tal atitude individualista se isola dos seus auxiliares e do próprio Conselho Nacional de Proteção aos Índios".

O consagrado jurisconsulto amazonense, Professor Felix - Valois Coelho, que foi Secretário da Educação e Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, teve oportunidade de dizer, conforme consta dos Autos daquele meu primitivo processo: "Uma simples vista d'olhos no relatório do Senhor Kneese convence que foi político o motivo do aqodado e absurdo procedimento administrativo. Afóra as manifestações políticas, em tórno das quais, principalmente, circundou a atividade impolítica da parelha JOSÉ MARIA/OSWALDO KNEESE, que outra falha se irroga a Alberto Pizarro Jacobina? Entremos, confiantes, na sublime esfera judicial".

Pois bem, nessa esfera, a minha vitória foi absoluta. -

5822 5790 3
340

Transcrevo, aqui, o final de sentença judicial exarada pelo Meritisimo Sr. Juiz de Direito, Dr. AMANDO DE QUEIROZ TEIXEIRA:

"CONSIDERANDO que se violados fôram dispositivos regulamentares na venda em questão, êsse fato não caracteriza/ o delito por que responde, pois é incontroverso que o / mesmo fato não revela a intenção criminosa por parte do acusado de se apropriar do produto da venda em proveito/ próprio ou alheio, de vez que reverteu em benefício da / própria repartição que dirigia, e, assim, não havendo do lo, inexistente o crime; CONSIDERANDO o mais que dos autos consta; JULGO improcedente a denúncia de fôlhas duas e , em consequência, ABSOLVO ALBERTO PIZARRO JACOBINA da / ação que, contra êle, intentou a Justiça Pública. CERTI FICO mais que, a presente sentença passou em julgado no dia vinte de fevereiro de 1948 e dela, pelas partes, nenhum recurso foi interposto apra a Superior Instância."

Prestadas, a contento, as minhas contas e liberado pe lo Tesouro Nacional, sanado estava o Processo Administrativo intempestivamente movido contra mim. No Diário Oficial da União de 28 de julho de 1955 - Seção I - Página 14.538, pode ser lida a portaria nº 693 de 18/07/55, em que o Ministro da Agricultura, "resolve/ tornar sem efeito a Portaria nº 1300, de 13 de Setembro de 1954, que considerou dispensado, a bem do serviço público, a Alberto Pizarro/ Jacobina." Profética e autorizada a sentença de D. HELOÍSA ALBERTO TORRES: "o quiproquô" da parte da administração central do SPI será desmanchado completamente ao exame sereno e justo da ampla documentação apresentada por aquêlê entusiasta defensor do índio".

Como, pois, ousou o Sr. Fagundes asseverar tamanha san dice? mormente já tendo sido eu nomeado oficialmente Representante do Território Federal de Roraima, no Rio de Janeiro, cargo que exercí, conforme Decreto de nomeação datado de 25 de maio de 1959 e / aqui anéxado por fotocópia. Após isso, eu havia também sido designa do, por D. HELOÍSA ALBERTO TÔRRES, para proceder ao censo indígena/ no Sul do Estado de Mato Grosso. Só muita leviandade de um acusa dor gratuito ou apavorado asseveraria que o Sr. Major NEVES se tor nara "responsavel pela contratação irregular do ex-funcionário / /

5823/91
5791 4

JACOBINA, demitido do SPI por Inquérito Administrativo por prática de irregularidade".

b)- "Que o Major Neves designou Jacobina para administrador das Fazendas do SPI com gorda gratificação mensal;"

Sobre o assunto, o documento que figura à página 4054 / do Processo, é uma "CREDENCIAL" do seguinte teor: "O Sr. Alberto / Pizarro Jacobina está credenciado por essa Diretoria, como administrador das seguintes Fazendas do S.P.I.: Fazenda "Kadiuêus", da 5a. I.R.; Fazenda "Simões Lopes", da 6a. I.R.; e Fazenda "São Marcos", da 1a. I.R.". Está datada de Brasília, 22 de outubro de 1964 e assinada por "Luiz Vinhas Neves, Cap. Av., Diretor do SPI. " Onde, / pois, pelo documento, a gorda gratificação mensal? A Portaria de mente, só por si, a malévola asseveração. Reclamei, na oportunidade, ao já Major Diretor, que não era possível trabalhar convenientemente com tão parca remuneração, ao que ele me respondeu que era o quanto era permitido em tais casos, e que fora dessas condições/ nada haveria a fazer. Onde, portanto, a gorda remuneração mensal? Ncr\$240,00 por mês! Mesmo que se acrescentem algumas diárias esporádicas que mal davam para as despesas de hotéis e refeições, quase nada se acresceria àquela insignificante remuneração mensal! Quanto tempo se perde com os delírios de um Sr. Fagundes!

Segunda Acusação:- "Venda de gado da Fazenda São Marcos, sem concorrência, em benefício pessoal do Major Luiz Vinhas Neves. (- Fls. 4022/23, 4055, 4056)

Na página indicada, lá está o libelo, ainda de Fagundes (vide o verbete "Fagundes" no volume III do Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa de Laudelino Freire):

a) - "Que Jacobina fez verdadeira devastação nos rebanhos bovinos do SPI, com vendas absurdas; que o depoente quer se referir a transações como a ocorrida em Manaus, objeto das cartas datadas de 22 e 26 de junho de 1965, dirigidas por Jacobina ao Major Neves e que foram apresentadas e lidas pelo depoente no momento;"

Ora, aí está! Cartas apresentadas e lidas pelo depoente, naquele momento, e que lhe fizeram subir à cabeça incríveis / fantasias! Afirma, inconscientemente, que fez verdadeira devastação nos rebanhos bovinos do SPI, com vendas absurdas. Não sabe/ ele que eu não tinha autorização para vender ~~nada~~ nada, mas /

apenas supervisionava as vendas. Nada cita êle de concreto. Não alude a uma única transação absurda. A de São Marcos foi relatada por mim nas cartas que êle acabava de ler. Nada melhor do que valer-me do depoimento de fls. 4022/23, de Gilberto Pinto de Figueiredo Costa, verdadeiro autor da venda, para que tudo se esclareça. Assim, diz êle:

"Que Jacobina trazia ordens do Major VINHAS para vender uma partida de gado que totalizasse Cr\$15.000.000,00 / (Quinze milhões de cruzeiros antigos); que o depoente/ ponderou ser inconveniente venda tão grande porque iria atingir 250 bois adultos, quantidade esta que não existia na Fazenda São Marcos; que haveria, então, que vender gado mais jovem e prejudicaria o desfrute da Fazenda São Marcos nos anos subsequentes; que Jacobina não aceitou a ponderação porque o Major Neves não se satisfaria com quantia inferior; que o depoente na ocasião/ era o administrador da Fazenda São Marcos; que o negócio foi entabulado inicialmente com o Sr. Francisco / Hortêncio da Silva, vulgo Mitônio, tido como Rei dos / Marchantes de Manaus; que efetivamente presenciou quando Jacobina recebeu o telefonema do Advogado de Mitônio cancelando as negociações da venda do gado; que o referido advogado alegou o cancelamento do negócio devido à interferência do funcionário Aureliano Ribeiro/ Carminé mas este último, ao ser interpelado pelo depoente, negou a interferência; que o gado foi vendido / posteriormente a Adauto Leite da Silva, a 24 de Junho/ de 1966, ao preço de Cr\$225,00 (duzentos e vinte e cinco cruzeiros antigos) o quilo vivo; que o gado é pesado pelo sistema de amostragem, isto é, pesavam-se 10 reses para fazer a média; que a venda importou em / / Cr\$18.000.000.00(dezoito milhões de cruzeiros antigos) recebidos pelo depoente; que foi recebida em três parcelas; que a primeira parcela foi remetida integralmente ao Major Vinhas Neves, conforme OT-15, de 25.06.65, de Cr\$-8.000.000,00(oito milhões de cruzeiros antigos)

por intermédio do Banco do Brasil S/A de Manaus; que a segunda parcela de Cr\$-7.000.000,00 (sete milhões / de cruzeiros antigos), também foi transferida integralmente ao Major Vinhas Neves pela OT-16 de 03.06.65, do mesmo Banco; que o restante, Cr\$3.000.000,00 / (três milhões de cruzeiros antigos) foi pago ao final da entrega e foi empregado em despesas da Fazenda São Marcos e da IR-1; que foram vendidas mais 65 / reses à Prefeitura de Boa Vista como contribuição / obrigatória de todas as fazendas ao abastecimento da população do Território de Roraima;"

Como se vê, é tranquilo e sereno o depoimento do Gilberto Pinto de Figueiredo Costa. São declarações de um homem de bem, cômico de suas responsabilidades. Nada tenho que tirar nem / pôr nesse depoimento, que considero exato. A minha defesa, se é / que me caberia apresentar alguma, está toda ali. Apenas, a título / de esclarecimento, devo ponderar que o Diretor do SPI, Sr. Major / Neves, terá recebido as importâncias das duas remessas por nós efetuadas, de 7 e 8 milhões, respectivamente, descontadas, certamente, das despesas de remessa cobradas pelo Banco do Brasil sobre o valor das OT. Como se vê a transação efetuada foi perfeita, isto é, o negócio foi absolutamente lícito. Onde a base para a acusação? Outros / sim, quero esclarecer um ponto ponderado por Gilberto sobre a inconveniência do solicitado pelo Diretor. Embora concordando em tese / com Gilberto (pois ele sabia que a Fazenda São Marcos era a minha / menina dos olhos"), urgia atendermos à determinação do Diretor, em situação difícil para fazer face a despesas com o corpo de advogados contratados para a defesa das terras dos índios. Um motivo superior exigia aquela providência, segundo o Diretor. Aliás, Francisco Meireles declara, em seu depoimento, fls. 1578: "Posso acrescentar que Jacobina lamentou não ter o Major Vinhas empregado pelo menos uma parte do produto da venda na melhoria da Fazenda e dos / seus rebanhos".

Foi vendido, pois, como é de praxe e conforme manda a conveniência, a safra anual de um rebanho que só na Fazenda São / Marcos importava em 2.647 reses, entre as quais 1.732 fêmeas e a

5826 5794 7

disponibilidade de 534 garrotes à venda, 124 garrotes de 1 a 2 - anos e 200 bezerros com menos de 1 ano. O contrato de compra e venda, rezava em seu item 1: "O Sr. ADAUTO LEITE DA SILVA, agropecuarista que subscreve o presente documento, se compromete a pagar a / importância de Cr\$-15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros antigos) para garantia e início de pagamento da compra que ora fazem à Fazenda Nacional de São Marcos, através de seu administrador, Sr./ GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA, que também assina o presente, de 250 bois de corte com o peso mínimo de 300 ks por cabeça, ao preço da tabela oficial vigente, que é de Cr\$225,00 por quilo de gado em pé, com peso de 300 ks a 349 ks por cabeça". Firmado em 24 de Junho de 1965 pelos dois contratantes, acima referidos, serviram de testemunhas: José Corrêa de Araujo - Ten.Cel. R.I e Alberto Pizarro Jacobina - Superintendente da SPVERI do S.P.I.. Não se verificaram portanto os temores, um tanto exagerados, do escrupuloso e competente administrador da Fazenda São Marcos, tanto que foi possível comprar-se 250 bois que produziram além dos 15 milhões desejados, mais 3 milhões que foram aplicados na própria Fazenda e ainda foram vendidos mais 65 bois à Prefeitura de Boa Vista.

Do extenso Relatório que apresentei ao Diretor do S.P.I. Major Luiz Vinhas Neves, consta em anexo, o quadro do levantamento/ por mim efetuado, dos rebanhos bovinos das três Fazendas sob a minha supervisão:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE BOVINOS DAS 3 RESERVAS INDÍGENAS

Reservas Indígenas	BEZERROS		BEZERRAS		GARROTES.	NOVI-LHAS.	TOUROS	VACAS	BOIS DE CARRO	TOTAL RESES
	De 1 ano	De 1 a 2 anos.	De 1 ano.	De 1 a 2 anos						
KADIUÉOS	90	92	97	149	61	362	48	358	28	1.646
SIMÕES LOPES	20	20	20	20	60	100	4	80	11	335
SÃO MARCOS	200	124	200	154	534	406	40	972	17	2.647
TOTAIS	310	236	317	323	655	868	92	1310	56	4.628

Se a operação feita, baseada na disponibilidade da safra pecuária de São Marcos, foi a única por mim supervisionada, como / pois dizer-se que eu fiz "verdadeira devastação" nos rebanhos do / S.P.I. com vendas absurdas"? Como dizer-se que eu "vendi gado da Fa- zenda de São Marcos em benefício pessoal do Major Luiz Vinhas Ne- ves"? Só um irresponsável poderia engendrar tamanha torpeza! Re- velei em meu relatório que a deficiente produção dos rebanhos bovi- nos das 3 grandes Fazendas sob a minha supervisão, residia na fal- ta de touros. Além das epizotias, essa era uma razão para o peque- no rendimento da reprodução bovina.

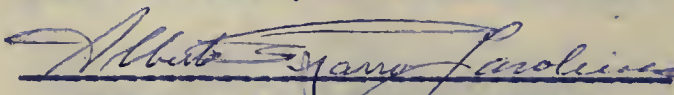
Nas criações extensivas, como se verifica naquelas fazen- das, é adotada a proporção de 10% de touros sobre o número de fê- meas, entre vacas e novilhas desmamadas. Assim a Fazenda dos Kadi- uêos, com 869 fêmeas solta nos campos, necessitando de 86 touros, / tinha apenas 48. A Fazenda Simões Lopes com 200 fêmeas soltas nos campos, necessitando de 20 touros, tinha apenas 4. E a Fazenda de São Marcos, com 1.532 fêmeas soltas nos seus vastos campos gerais, carecendo de 153 touros, tinha apenas 40. A descontinuidade admi- nistrativa, certamente impediu que se reestruturasse a conjuntura / econômica dos referidos rebanhos e a deficiente produção dessas fa- zendas ha de estar perdurando até hoje.

Tudo claro, tudo dentro de absoluta lisura. As minhas / duas cartas ao Major Neves, Diretor do SPI, que constituem os docu- mentos de fls. 4055 e 4056, datadas respectivamente de 22 e 26 de junho de 1965, e concernentes a única transação que acompanhei, co- mo supervisor, são de uma clareza diamantina. Só a maldade poderá deturpar-lhes o sentido! Quanto ao fato de não ter havido concor- rência, não só está o SPI, naquelas regiões longínquas, isento da referida exigência, como, não se tratando de semoventes do patrimô- nio nacional, mas, sim, do patrimônio indígena, gerido diretamente e sob a responsabilidade do Diretor do SPI, aquela transação esta- va livre desse requisito. Mas, o que impediria qualquer possibili- dade de concorrência é o fato de que os preços de venda eram tabe- lados oficialmente, na região, pelo Governo do Território Federal / de Roraima, como se observa pela declaração constante do contrato

em pauta: "250 bois de corte com o peso minimo de 300 ks por ca
beça, ao preço da tebêla oficial vigente, que é de Cr\$225,00 /
por quilo de gado em pé com o peso de 300 ks a 349 por cabeça".
Assim, com o preço e o peso oficialmente tabelados, na haveria/
porque formalizar-se uma concorrência pública.

Assim, na qualidade de informante e não de indiciado,
estou certo de haver bem esclarecido as dúvidas que assaltaram/
a Comissão de Inquérito, devidas a capciosas e atrevidas acusa-
ções de um denunciante inescrupuloso. Peço venia para anexar á
presente, além do meu currículo, mais os seguintes documentos /
abaixo enumerados.

Rio de Janeiro, 06 de Maio de 1968


Alberto Pizarro Jacobina

ANEXOS.

- 1) - Currículo de Alberto Pizarro Jacobina
- 2) - Sentença Judicial exarada pelo Juiz Dr. Armando de Queiroz
(Teixeira.
- 3) - Decréto de Nomeação de 25 de maio de 1959 do Governo do /
Território Federal de Rio Branco.

5829
916

5794-

ELOGIOS RECEBIDOS POR ALBERTO PIZARRO JACOBINA

NO EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO PÚBLICA

"Alberto Pizarro Jacobina - pelo incansável interesse demonstrado nas funções de pagador da 2ª Residência, intelectual de valor e burocrata competente, o Pagador Jacobina desempenha brilhantemente, com honestidade e agrado geral, o cargo importante que lhe foi confiado". (Capitão Heleodoro Senandes - Tesoureiro - Bol. nº 31 de 13/VIII/40 da C.E.O.P.R. Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra).

"Em atenção ao seu pedido, foi concedida exoneração ao oficial de Gabinete Alberto Pizarro Jacobina; assim lamento a perda da colaboração eficiente de funcionário que na esfera de suas atribuições, quer na 2ª Residência, quer junto a esta Chefia, se mostrou sempre possuidor de caráter ilibado, intransigente e cioso de sua probidade e compostura. Com sua erudição polimorfa muito bem se houve no desempenho de suas funções, sendo possível mostrar-se prestimoso em todos os seus cometimentos e tornando-se credor, por isso, de nossos encômios e agradecimentos". (General Luiz Sá de Affonseca - Bol. nº 56 de 22/VII/41 da C.E.O.P.R. Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra).

"Eu te ficaria muitíssimo agradecido se pudesses sonhar, por mim, o nosso amigo e correligionário Alberto Pizarro Jacobina, quanto ao preenchimento do cargo de Ajudante (e meu eventual substituto) desta Inspetoria de S. Paulo e Sul de Mato Grosso. Caso ao Jacobina conviesse aceitar o cargo, isto me daria imenso prazer e repouso, reforçando-me o ânimo para o exercício do meu cargo. Eu lhe ficaria devendo muito por admitir em vir ser o meu ajudante; e estou certo que mais lhe ficará devendo a Inspetoria com o devotamento ativo desse ardoroso amigo do S.P.I., isto é, da Causa Indígena". (Coronel Nicolau Horta Barbosa - Trecho de sua carta ao Major A. Estigarribia, datada de São Paulo, 7/2/40).

"Temos grande satisfação acusar e agradecer vossos/n de 23 corrente enviando-vos efusivas congratulações da Diretoria S.P.I. pt Diretor Coronel Vasconcelos vos envia um grande abraço expressivo de seu cívico contentamento pela vossa promissora investitura administrativa na maior e mais focalizada Inspetoria do S.P.I. nas condições em que o fazeis relegando a segundo plano vantagens materiais a bem de atender altos interesses do S.P.I. no Amazonas. Sds A. Estigarribia Chefe SOF". (Telegrama de Janeiro de 1943).

"Nº 361 de 18/11/44 - Ciente agradecido vosso telegrama 677 de ontem pt Acabo de ouvir Diretor SPI ler-me vosso despacho e vos felicito vivamente pelo êxito vossa diligência, cujos resultados não só denunciam nível moral elevado funcionários SPI, assim como atestam índole pacífica nossos índios. Saudações General RONDCN".

"Nº 1238 de 18/11/44. Vosso telegrama 673 de 16 corrente hoje recebido. Diretoria manifesta sua satisfação pelos resultados expedição promovida por essa Chefia, assim cumpriu integralmente seu dever, concorrendo para consolidar conceitos no serviço goza na opinião pública do país. Saudações José Paula Diretor SPI".

"Breve seguirei para Tabatinga, para apreciar sua obra benemérita, que surge de um coração grande e generoso em benefício da humanidade sofrente, em benefício dos nossos silvícolas, cuja chefia em boa hora foi entregue aos cuidados de V.S., homem verdadeiramente providencial e de grandiosas atualidades. Deus o conserve longos anos, dando-lhe sorte e felicidade em tôdas as suas emprêsas". (Trecho de carta de Frei Pio de Casa-Castalda, Missionário Capuchinho, datada de São Paulo de Olivença, 20/12/45).

"Com a nota alegre da sinceridade e amizade chega em meu poder a sua amável carta, trazendo a harmonia de sua palavra, que é a palavra de amigo, que não esquece, e não se aborrece em auxiliar os necessitados, com a generosidade do seu grandioso Coração. Dr. Jacobina, Deus lhe pague! pois nem sempre e não de todos podemos esperar gratidão, neste mundo, onde reina a maldade". (Trecho de carta de Frei Pio de Casa-Castalda, Missionário Capuchinho, datada de São Paulo de Olivença, 15/2/46).

"Qual a sua opinião a respeito das missões religiosas que atuam no Solimões? - Faço-lhes restrições como as faço ao SPI não deixando de reconhecer o que em ambos merece admiração e incentivo e mesmo auxílio. Visitei em Amaturá a Igreja e o Colégio em construção sob a direção de Frei Pio, figura moça e enérgica. A antiga escola do lugar dia a dia se vai tornando imprópria e acanhada, pois a frequência ali é de cerca de cem crianças. É uma escola com curso de prendas, música, desenho. Felicitando Frei Pio por essa obra ele me pediu que dissesse de público, devê-la em grande parte, ao espírito de cooperação do Dr. Alberto Pizarro Jacobina, Inspetor Regional do SPI no Amazonas. E isso me surpreendeu porque nunca vi de mãos dadas as Missões Religiosas e o SPI, desde que me dedico à apreciação das suas atividades na Amazônia. A meu ver eis um belo prenúncio de boa amizade no campo educacional dêste Estado". (Entrevista ao Jornal do Comércio de Manaus, 4/7/46, do Professor e Etnólogo Dr. Nunes Pereira).

"São porções de terras onde instalou grandes benfeitorias, tôdas em benefício dos índios seus assistidos, enriquecendo o Patrimônio Indígena. Propriedades adquiridas que se nos afiguram valiosas, visto como vêm sendo utilizadas com real proveito para o S.P.I.". (Parecer emitido pela S.A. do S.P.I. com relação às propriedades adquiridas pelo Chefe da I.R.1, Alberto Pizarro Jacobina).

"Levou a efeito como Chefe da Inspetoria Regional do Amazonas, grandes realizações, não só em relação à catequese do índio, como também pela execução de um programa de construções de sedes definitivas para vários Postos, dentre os quais se destacam o grande prédio da fazenda de São Marcos e os dos Postos de Iauraté, Manoel Miranda, Barbosa Rodrigues e outros". (Parecer da Comissão de Tomada de Contas do Ministério da Agricultura, presidida pelo Dr. Mario da Silva Barros, então Diretor do Fomento da Produção Agrícola).

"No decorrer das nossas viagens, entretanto, não deixamos de nos impressionar pela frequente evidência da excelente obra, que está sendo realizada pela sua repartição. O espírito liberal e progressista, que com tanta clareza anima o S.P.I., constitui seguramente um modelo para o resto do mundo, no tratamento das populações atrasadas. Tivemos oportunidade de avaliar as tremendas dificuldades que o Sr. teve de superar. Congratulo-me sobremaneira com o Sr. pelo magnífico Posto novo que o Sr. está construindo em São Marcos. As edificações são um modelo de limpeza e de conveniência, não se devendo esquecer a atmosfera de zelo e de felicidade em que vivem tanto a direção como os subordinados. Desejamos-lhe de futuro todo o sucesso possível nesta bela obra humanitária". (Impressões subscritas por Mr. Derek Twist, ilustre escritor inglês, ao tomar contato com a Inspetoria de Manaus, após haver percorrido o Território Federal do Rio Branco).

"Não desconheço, também, a obra do Serviço de Proteção aos Índios na Amazônia, agora mesmo ali confiada à operosidade de um brilhante sociólogo e homem público, como é o Dr. Alberto Pizarro Jacobina". (Discursos do saudoso Deputado Federal Dr. Leopoldo Pérez, durante os debates sobre a integração do elemento indígena no plano econômico da Amazônia, em plena Assembleia Constituinte - Anais da Constituição de 17/4/46).

"Disse que por todo o interior do Amazonas encontrava-se o Serviço de Proteção aos Índios em sua meritória obra de assistência e que, com a gestão do Dr. Jacobina, chegavam constantemente a Manaus notícias de novas obras iniciadas. Pediu que não vissem em suas palavras nenhuma retribuição de gentileza, mas sim um sincero e justo reconhecimento de um esforço que todos testemunhavam. Eu mesmo, disse ele, em minhas viagens à hinterlândia verificarei essa realidade". (Discurso do Governador Alvaro Maia, ao agradecer a homenagem que lhe fora prestada no Dia do Índio em Manaus - Publicação do DEIP sobre as comemorações do Dia do Índio, em 19 de abril de 1945).

"Alberto Pizarro Jacobina - entusiasta defensor do Índio, que, no exercício da Chefia da mais importante e da mais trabalhosa Inspetoria, como é a I.R. I, demonstrou qualidades notáveis de administrador, uma incansável atividade, de que derivavam as constantes inspeções pessoais aos postos do interior e as malocas de índios, homem de iniciativa, habituado a perlmstrar os sertões". (Trecho do Parecer elaborado pela Conselheira D. Heloísa Alberto Tôrres, então Diretora do Museu Nacional e aprovado em sessão do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, sob a presidência do General Cândido Mariano Rondon).

"O Sr. Alberto Pizarro Jacobina, mais que ninguém faz jus ao título de técnico-indigenista, ou seja, especialista no tratamento dos problemas peculiares que integram os programas de assistência às populações indígenas, tendo em vista sua incorporação à comunidade nacional. Trabalhando durante anos no Serviço de Proteção aos Índios e quase sempre nos setores mais difíceis e mais responsáveis, como a Chefia da I.R.i (1ª Inspeção Regional) que superintende todos os nossos serviços de assistência às populações indígenas da Amazônia, ele teve ocasião de reunir uma experiência invulgar e conhecimentos preciosos que hoje o indicam como a pessoa habilitada para a chefia da Seção de Orientação e Assistência. Quanto à sua capacidade administrativa, não poderia ser melhor atestada do que o foi pelo parecer aprovado no Conselho Nacional de Proteção aos Índios, sob a presidência do General Rondon, e apresentado pela Conselheira D. Heloísa Alberto Torres, então Diretora do Museu Nacional. É pois, Sr. Ministro, com a convicção de estar servindo ao nosso País dentro do setor de que estou incumbido, que tenho a honra de solicitar a admissão do Sr. Alberto Pizarro Jacobina nos quadros do S.P.I., através de um contrato como técnico-indigenista". (Trecho do Ofício 342 de 1 de agosto de 1955 dirigido ao Ministro da Agricultura, pelo então Diretor do S.P.I., Lourival Motta Cabral)

AMAZONAS

NOME PARA O SPI

MANAUS - O LEGISLATIVO AMAZONENSE
ACABA DE APROVAR REQUERIMENTO, POR
MAIORIA ABSOLUTA, INDICANDO O NO-
ME DO DR. ALBERTO PIZARRO JACOBI-
NA, PARA A DIREÇÃO DO SERVIÇO DE
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. O INDICADO PE-
LO LEGISLATIVO AMZONENSE JÁ EXER-
CEU O CARGO DE CHEFE DA 1ª INSPÉ-
TORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PRO-
TEÇÃO AOS ÍNDIOS, COM SEDE NA CA-
PITAL AMAZONENSE, TENDO PRESTADO
RELEVANTES SERVIÇOS EM PROL DO IN-
DÍO NO ESTADO DO AMAZONAS.

DIÁRIO CARIOCA
6/7/1963

tambem não foi debitado o Caixa pelos Trinta Mil Cruzeiros da compra do motor (fls. 87v. e 89); CONSIDERANDO que se violados// foram dispositivos regulamentares na venda em questao, esse / fato não caracteriza o delito por que responde, pois é incon- troverso que o mesmo fato não revela a intenção criminosa por parte do acusado de se apropriar do produto da venda em provei- to proprio ou alheio, de vez que reverteu em beneficio da pro- pria repartição que dirigia, e, assi, não havendo dolo, inexis- te o crime; CONSIDERANDO o mais que dos autos consta; JULGO im procedente a denúncia de folhas duas e, em consequência, ABSOL VO ALBERTO PIZARRO JACOBINA da ação que, contra ele, intentou/ a Justiça Pública. Custas pela municipalidade. Publique-se, in time-se e registre-se. Demorados por acúmulo de serviço eleito ral em cinco Zonas a meu cargo. Manaus, catorze (14) de Feverei ro de mil novecentos e quarenta e oito (1948). (Assinado) Ar - mando de Queiroz Teixeira - Juiz de Direito - " . CERTIFICO ma- is que, a presente sentença passou em julgado no dia vinte de/ Fevereiro (20), e dela, pelas partes, nenhum recurso foi inter posto para a Superior Instancia. ERA o que se continha em os / ditos autos, cuja peça para aqui transcreví bem e fielmente, e os quais se encontram em meu Cartório sob minha guarda e poder e, aos quais me reporto e dou fé. Dada e passada nesta cidade/ de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, no Palacio da Justi ça, aos vinte e sete dias do mês de Março de mil novecentos e/ quarenta e oito. Eu, *Paolino Herculano de Azevedo*, escri vão interino, datilografei e subscrevo.





5834 / 5807
396

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

DRECRETO . S/N DE 25 DE MAIO DE 1959 .

O GOVERNADOR DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO, usando das atribuições que lhe confere o art. 4º, item IX, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943,

R E S O L V E nomear, de acordo com o art. 12, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, ALBERTO PIZARRO JA COBINA, para exercer o cargo em comissão, padrão "O", de Representante no Distrito Federal, do Quadro Permanente deste Território, vago em virtude da exoneração de Nuno Bueno Brandão.

Palácio do Governo do Território Federal do Rio Branco, em Boa Vista, 25 de maio de 1959.

Hélio Araújo
HÉLIO ARAÚJO,
GOVERNADOR.

Reinaldo Fernandes Neves
REINALDO FERNANDES NEVES,
SECRETÁRIO GERAL.

/olq.

2254 Du Ross.

184 9
 26 mais 59
 Oreginalo inc

26 5 59

C. Henry

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

C PORTADOR DO PRESENTE TÍTULO

TOMOU POSSE DE SEU CARGO EM.....25.....

DE 11 de 01 DE 1959

Helio Missis.

Nov. 4. 1892.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

O POR:ADOR DO PRESENTE TÍTULO

ENTROU EM EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO

EM 3 DE Junho DE 1957

DE
Vostro Devoto

GOVERNADOR

5835
~~644~~

~~5802~~

Processo Administrativo 78/68. M. I.

Refesa.

de.
Eduis Gonçalves da Costa

Il.ªs. Srs. Presidente e demais membros da Comissão de Proce-
so Administrativo

Portaria nº 78/68, de 22 de março de 1968.

- DEFESA -

Eu, infra assinado, Elias Sonealves da Cos-
ta, pelo presente instrumento de defesa que faz, estabeleci-
do por base na indicação de que fui atingido pelo man-
dado de citação a fluir após 18 de abril préterito, no
Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº
78/68, de 22 de março do corrente ano, discorro sucinta-
mente, sobre as acusações a mim impostas no processo em
lide, e que são as seguintes:

1º Que; apesar de ser funcionário contratado à conta
da chamada Renda Indígena "Recursos Próprios", e des-
pensado das funções em 16 de novembro de 1967, não po-
deria me furtar direta ou indiretamente de conhecer os
processos administrativos que era regido o extinto Servi-
ço de Proteção aos Índios. Que; era já do meu conheci-
mento, antes de meu ingresso no referido Serviço, que a maior
luta em que se debatem servidores mais antigos e os chama-
dos invasores de terras indígenas consistia na posse de-
finitiva daquelas glebas, ou por força de direitos ou por
astúcia. Que; depois de inúmeras interpelações judiciais,
constituídas através de processos jurídicos e por ques-
tões puramente de tipo administrativo, houve por bem,
na pessoa do Governador do Estado de Santa Catarina, Dr.
Celso Ramos, titular em caráter definitivo, a favor dos
silvícolas, as áreas situadas naquele estado, nos mu-
nicipios de Canxerê e Ibirama respectivamente. Que; não cou-
be a mim, qualquer participação ativa na refrega

processual, que vinha se desenvolvendo há vários anos e ainda continua, o qual poderá ser constatado sua veracidade, nos autos do processo que deu por fim aos debates judiciais naquele setor, em prol da causa indígena. Que; das transformações radicais em que o extinto SPI, passara de 1965 para cá, sua ^{nova} administração restando ou por paixão demonstrada ou por interesses, os processos antigos de terras, resolveu atacar de início e com prioridade, os problemas em litígio. Que; naquela época, da contratação de vários causídicos, que até então não existia, índios e servidores viam diante de si, novos horizontes no que dizia respeito a questão "civilizados e silvícolas". Que; a partir daquela data, de contratação de advogados, foram empreendidas algumas viagens aquele estado, sem a minha participação, e os processos tiveram o seu andamento regular. Finalmente, a vitória sorriu ao serviço, que desprovido de recursos orçamentários suficientes, aqui na IR7, para suprir as necessidades mais imediatas. O que ainda existe se bem que precário, é oriundo de recursos próprios do Patrimônio Indígena. Que; por ocasião da entrega dos títulos definitivos, foi formulado ^{CONVITE} por escrito da chefia da IR7, que se viu contagiada de euforia, aos servidores subalternos inclusive o próprio, para junto com a administração se fazer representar naquele estado com o maior número possível de funcionários. Para tal evento. Não posso precisar o total de servidores que participaram, mas me parece 8(ito) que assinaram o convite oficial do então Chefe, e não 18 a 20 pessoas, como informou uma colaboradora desconhecida da esfera funcional, gratuitamente ao Ilustre Presidente da Comissão de Processo Adminis-

1º De Vader Figueiredo Correa, (fls. 1491) dos autos do Processo Administrativo 78/68. MI. Que, em hipótese alguma poderia ter autoridade na condição de contratado, trabalhando pela sobrevivência de meus familiares, para fazer parte da comitiva, sem a competente autorização de meus superiores. Que, em Florianópolis na entrega dos títulos em epigrafe, na pessoa do diretor da IBRA, naquele estado, acompanhado de sua dioníssima esposa, foi procedida durante um jantar no Hotel Querência daquela capital. Que, as despesas decorrentes do jantar não poderia precisar o seu total, como afirma a elaboradora gratuita, Rea Francônia (fls. 1491) de CR\$ 9.000.000,00 (nove milhões antigos), por não ser o agente pagador das despesas. Que, no trajeto de ida a Florianópolis somente esteve em minha companhia o servidor Sebastião Lucena da Silva e no retorno, o mesmo servidor e o transeiro José Vieira dos Santos.

2º No depoimento de (fls. 2394), do Processo Administrativo nº 78/68, desse Ministério, disse realmente que poderia indicar os recibos que presumia serem frios, mas no entanto não afirmei categoricamente a ilegalidade das mesmas, tendo-se em vista que as compras e pagamentos da extinta IR7, nunca foram a tribuições do Setor Contábil, apenas um carro de contabilidade e um fidejário foram adquiridos por minha pessoa.

3º Eu, próprio e administrações de 1965 a 1967, haviam observado as rasuras dos livros caixa da 7ª IR, mas no entanto dado o acúmulo de serviço ocasionado por

mudanças de chefia em número de 6 (seis) no curso
prazo de 1965, junho a outubro de 1967, deixei para
posteriormente confeccionar um único livro caixa
de todas as administrações e não vários, como ficaram
no volume do Processo Administrativo nº 78/68, M. INTE-
rior, e que foram transcritos dos balancetes do movi-
mento da Renda Indígena. Que; as confeições dos ba-
lancetes se procediam no último dia de cada mês, após
serem fornecidos todos os comprovantes de receita e des-
pesa, para posteriormente transcrever no respectivo li-
vro caixa. Que; a ausência dos termos de abertura e
encerramento não foram procedidas em virtude que pa-
ravam duvidas na rubrica de todas as folhas e assina-
tura nos competentes termos. Que não procedi a requi-
sitação de um único livro caixa devidamente auten-
ticado, porque aguardava um pronunciamento da
chefia, sobre quem recaia a responsabilidade de
assinaturas com lançamentos de diversas administra-
ções como fizerei acima, num livro caixa e nos subse-
quentes, a medida do término de cada um. Que; por
causa de insegurança no desempenho das funções, como con-
tratado, não me caberia a imposições e sim aceitar or-
dens, ou seja confeccionar um livro caixa para cada
gestão. Que; em razão do livro caixa ser a cópia fi-
dos balancetes, ocasião em que pode demonstrar ao mem-
bro da Comissão de Processo Administrativo nº 18/68, M. INTE-
rior, sobre a sequência de lançamentos de cada uma das
6 (seis) gestões, não me preocupei a tanto, tendo-se em vis-
ta que a qualquer tempo poderia-se reconstituir um
único livro desde que reunido dos mesmos anexos ao volu-
me do processo, ou das cópias dos balancetes por mim
entregues ao Tenente Alexandre Mafioletto, e que se
encontram na Fundação Nacional do Índio, em P. Alegre.

4.- Que; a eliminação completa de escrituração do recebimento e aplicação dos recursos orçamentários do ano de 1965, não ^{foram} por mim devidamente lançados no livro de verbas, por não possuir os elementos necessários para tal, isto é, a 5ª via da prestação, que deveria ter sido feita pelo próprio responsável do suprimento recebido, sua feitura, sua classificação e o enquadramento à consideração superior. Nota-se que até o ano de 1964, todas as verbas recebidas na IR7, estão lançadas no competente livro, devidamente rubricados, e com seus respectivos termos e não a de 1965, pelos motivos expostos no presente item.

5.- Que; a ausência dos termos de abertura e encerramento nos livros caixa, constam no item 3º do presente instrumento de defesa.

6.- Que; os extratos bancários, realmente não conferem com as prestações de conta do movimento da Fundação Inocência (recursos próprios), uma vez que só poderia coincidir, se todas as operações fossem realizadas pelas administrações, através de emissão de cheques. Por vezes os agentes pagadores emitiam cheques para algumas operações e outras faziam retiradas globais, como suprimento ao cofre da Repartição, a fim de atender a despesas cotidianas.

7.- Que; nunca houve a necessidade de desencaminhar livros ou documentos ante a chegada da Comissão de Inquérito, porquanto no curto prazo que estive à testa da confecção de prestações de contas, 1965 a 1967, sempre houve co-

5841
BPA

5808

1968/6/

missões de sindicância e inquérito e os livros e documentos eram sempre examinados. Não caberia a um profissional desviar dados sem que os responsáveis não se pronunciassem. Na minha condição de contratado, sempre fui fiscalizado pelas administrações em meus atos profissionais e particulares e todos eles me conservaram no setor, depositando-me irrestrita confiança.

8- Que; as folhas eliminadas que existem, e de acusação, não as foram por mim procedidas. O setor contábil da Inspetoria sempre esteve com suas portas abertas. Que; nunca foi preciso trancar a chaves qualquer armário ou escrivaninha. Que; se o livro com folhas eliminadas só poderá ser o livro caixa, únicos que eram usados no setor. Existiam também vários livros com começo de escrituração e depois abandonados, para confecção de outros. Motivo porque não constam os termos de abertura e de encerramento, para o seu devido cunho autêntico.

Isto posto, creio haver cumprido as determinações contidas no presente mandado de citação, apresentando-lhes os meus protestos de apreço, aguardando a consideração superior, do conteúdo da presente defesa.

Curitiba, 2 de maio de 1968.

Luiz Gonzales da Costa